

Parcerias

Público- Privadas e Segurança Cidadã

Guia para Ação



INTERNATIONAL
CENTRE
FOR THE
PREVENTION
OF CRIME

CENTRE
INTERNATIONAL
POUR LA
PRÉVENTION
DE LA CRIMINALITÉ

CENTRO
INTERNACIONAL
PARA LA
PREVENCIÓN
DE LA CRIMINALIDAD



CAMARA
DE COMERCIO DE BOGOTÁ

Por nuestra sociedad



INSTITUTO
SOU DA PAZ



opportunities for all

Parcerias

**Público-
Privadas
e Segurança
Cidadã**

Guia para Ação

Parcerias Público-Privadas e Segurança Cidadã: Guia para Ação

Setembro de 2011

Este Guia foi produzido por meio de um acordo entre o Centro Internacional para a Prevenção da Criminalidade (CIPC), o Banco Mundial e a Câmara de Comércio de Bogotá. O Guia está baseado em um estudo preliminar realizado pelo Instituto Sou da Paz e o Banco Mundial no primeiro semestre do ano de 2010.

Centro Internacional para a Prevenção da Criminalidade

Direção geral: Paula Miraglia
Equipe: Esteban Benavides, Marina Menezes e Margaret Shaw

465, rue St-Jean, bureau 803
Montréal, (Québec) H2Y 2R6
Canadá
www.crime-prevention-intl.org

Departamento de Desenvolvimento Sustentável para a América Latina e o Caribe do Banco Mundial

Gerente do Projeto: Rodrigo Serrano-Berthet
Equipe: Flávia Carbonari, Elizabeth Johnston e Elizabeth Gozzer

1818 H Street, NW
Washington, DC, 20433
EUA
www.bancomundial.org

Direção de Segurança e Convivência da Câmara de Comércio de Bogotá

Presidente Executiva: Consuelo Caldas Cano
Vice-presidente de Gestão Cívica e Social: Lina Maria Castaño Mesa
Equipe: Jairo García Guerrero, Paola Gómez Bolaños, Camila Larrea Prieto e Javier Villamil Santana

Av. Eldorado 68 D-35 Piso 7
Bogotá
Colômbia
www.ccb.org.co

Instituto Sou da Paz

Direção: Luciana Guimarães e Melina Risso
Equipe: Alice Andrés Ribeiro, Carolina de Mattos Ricardo, Erica Ribeiro, Ligia Rechenberg, Thiago da Rocha e Vânia Regina Fontanesi

Rua Luis Murat, 260, 05436-050
São Paulo - SP
Brasil
www.soudapaz.org

Edição gráfica: Émilie Gauduchon e Parution

Tradução: De Letra Tradução e Serviços Linguísticos – www.deletra.trd.br

ISBN: 978-2-921916-75-2

Palavras-chave: parcerias público-privadas, responsabilidade social empresarial, envolvimento do setor privado, segurança cidadã, prevenção da criminalidade e da violência.

DECLARAÇÃO DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Os resultados, interpretações e conclusões expressos neste documento são dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial e suas organizações afiliadas, dos diretores executivos do Banco Mundial ou dos governos que o representam.

Lista de siglas

CCB	Câmara de Comércio de Bogotá
CIPC	Centro Internacional para a Prevenção da Criminalidade
OIM	Organização Internacional de Migração
ONG/ONGs	Organização Não Governamental/Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP/PPPs	Parceria Público-Privada/Parcerias Público-Privadas
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
UN-HABITAT	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNODC	Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime

Sumário

APRESENTAÇÃO do Centro Internacional para a Prevenção da Criminalidade	7
APRESENTAÇÃO da Câmara de Comércio de Bogotá	9
APRESENTAÇÃO do Banco Mundial	11
APRESENTAÇÃO	13

CAPÍTULO I

A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO NA SEGURANÇA CIDADÃ	15
O desafio global da violência e o surgimento de novas estratégias de segurança cidadã	17
• A segurança é fundamental para o desenvolvimento dos países, das cidades e das comunidades	17
• Uma nova visão para elevar a segurança das comunidades	19
• A segurança necessita do envolvimento de novos atores	21
• O setor privado está em posição privilegiada para contribuir para o bem-estar e a segurança nas comunidades	23
O crescente interesse internacional em normas e padrões para o setor privado	24
• Normas e padrões internacionais sobre a prevenção da criminalidade e da violência e a segurança cidadã	27
Tendências recentes quanto ao envolvimento do setor privado na prevenção da criminalidade e da violência	31
• Redução de custos e responsabilidade compartilhada	31
• Parcerias público-privadas de primeira e segunda gerações: a transformação de interesse próprio em interesse comunitário	31
• Falta de integração sistemática quanto à avaliação dos projetos	33

CAPÍTULO II**COMO O SETOR PRIVADO PODE PARTICIPAR DA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA?**

.....	35
Modalidades de envolvimento do setor privado na prevenção	37
• Grau de envolvimento	37
• Parceiros das empresas	43
• Focos, beneficiários e estratégias dos projetos	46
Decidindo onde e como se envolver: dicas práticas	60
• Como escolher um projeto para apoiar?	60
• Conselhos e recomendações para empresas que desejem desenvolver ou apoiar projetos de prevenção da criminalidade e da violência	61
• As orientações internas da empresa quanto à prevenção da criminalidade e da violência	78
Quais os desafios para o envolvimento do setor privado? Como superá-los? ..	81
• Desconhecimento sobre segurança cidadã	81
• O setor privado não quer se associar a causas tidas como negativas	83
• O setor privado espera resultados imediatos	84
• A relação entre os setores público e privado	85
• Faltam incentivos para investir em projetos de prevenção da criminalidade e da violência	86

CAPÍTULO III**MOBILIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO: CONSELHOS PRÁTICOS PARA OUTROS ATORES (SETOR PÚBLICO OU SOCIEDADE CIVIL)**

.....	87
Diagnóstico e mapeamento	89
Mapeamento da rede empresarial	91
Mobilização do setor privado	91
Estabelecimento da parceria	93
Monitoramento	94
Avaliação	96
Mecanismos de prestação de contas	97

CAPÍTULO IV**COMPÊNDIO DE PRÁTICAS INTERNACIONAIS SOBRE O ENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO NA PREVENÇÃO**

.....	101
-------	-----

FONTES CONSULTADAS	147
--------------------------	-----

APRESENTAÇÃO do Centro Internacional para a Prevenção da Criminalidade

AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS no âmbito da segurança cidadã não são um tema novo para o Centro Internacional para a Prevenção da Criminalidade (CIPC). No ano de 2005, durante seu 5º Colóquio Internacional, realizado em Santiago do Chile, o tema das “parcerias estratégicas para a prevenção eficaz da criminalidade” foi central para o debate.

Para o CIPC, a prevenção da criminalidade e a promoção da segurança cidadã são tarefas que devem contar com o envolvimento de diferentes atores. Além dos governos nacionais e locais, também a sociedade civil está se envolvendo diretamente com o tema, especialmente por meio de organizações não governamentais. Entretanto, uma observação global permite avaliar que, embora crescente, o envolvimento do setor privado na promoção da segurança cidadã ainda está longe de alcançar seu máximo potencial.

Este Guia inédito busca, portanto, inspirar e estimular o envolvimento do setor privado na prevenção da criminalidade e da violência. Este documento apresenta os caminhos para as empresas e outros atores iniciarem ou aprimorem o envolvimento do setor privado na área.

Este Guia foi produzido por meio de uma parceria entre o CIPC, a Câmara de Comércio de Bogotá, um dos membros mais antigos do Centro, e o Banco Mundial. No caso de uma organização internacional como o CIPC, que tem a produção de conhecimento como elemento central em suas atividades, o diálogo constante com os membros é fundamental para garantir informações de vanguarda e o intercâmbio permanente de conhecimento.

Além disso, a união de esforços com o Banco Mundial para produzir conjuntamente este material destaca a importância do tema ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de difusão de seu conteúdo e o uso das informações.

O CIPC acredita que o envolvimento do setor privado nas iniciativas para prevenir a criminalidade é estratégico, não apenas por contribuir com todos os tipos de recursos, mas também – e principalmente – por assumir a responsabilidade sobre o trabalho de garantir a segurança cidadã de forma ampla. Esperamos que este Guia contribua para ampliar e aprimorar o envolvimento das empresas no trabalho em prol da qualidade de vida nas comunidades por meio da promoção da segurança. ■

Paula Miraglia

Diretora Geral

APRESENTAÇÃO da Câmara de Comércio de Bogotá

A CÂMARA DE COMÉRCIO DE BOGOTÁ (CCB) tem o compromisso de desempenhar um papel estratégico para a competitividade e a qualidade de vida de Bogotá, gerando soluções de impacto entre empresas, governo e sociedade mediante princípios de governança e construção coletiva. Para tanto, promovemos a concertação público-privada em âmbito local, regional e nacional com vistas a construir uma cidade-região sustentável, gerenciar o desenvolvimento urbano e a mobilidade, melhorar as condições de segurança, ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda de qualidade, obter uma educação de qualidade e promover a participação cidadã e um governo transparente.

O desenvolvimento de iniciativas para melhorar a segurança cidadã em Bogotá é uma prioridade para nossa entidade. Para tanto, trabalhamos com três enfoques: a geração de informações para avaliar as condições objetivas e subjetivas da segurança; uma estratégia para a gestão local da segurança com a participação do setor empresarial, da comunidade e das autoridades; e o desenvolvimento de modelos para fortalecer as competências institucionais em matéria de segurança cidadã.

A publicação do Guia de Alianças Público-Privadas para a Segurança Cidadã, que construímos juntamente com o Banco Mundial e o Centro Internacional para a Prevenção da Criminalidade (CIPC), é uma contribuição em busca de alternativas que gerem melhores condições para a qualidade de vida dos cidadãos e um ambiente propício para a atividade empresarial. Por meio do Guia, os empresários, as autoridades e a comunidade em geral obtêm informações valiosas e conhecimentos úteis de experiências internacionais da América Latina, América do Norte, África e Europa, com as quais podem orientar as decisões públicas e privadas de que necessitamos em Bogotá, na Colômbia- e no mundo para consolidar um ambiente institucional que facilite o financiamento, a concepção e a execução de iniciativas de segurança cidadã. ■

Consuelo Caldas Cano

Presidente Executiva

APRESENTAÇÃO do Banco Mundial

PROTEGER E PROMOVER a segurança dos cidadãos é uma prioridade para o desenvolvimento de países do mundo todo e, em consequência, para o Banco Mundial. Em resposta à crescente demanda dos governos para obter assistência para o desenvolvimento de estratégias e programas de aprimoramento da segurança cidadã, o Banco elevou seu compromisso e apoio nesta área. Sob a liderança do Departamento de Desenvolvimento Social, esta agenda reúne todos os setores do Banco Mundial e transformou a instituição em um ator-chave para o fortalecimento da segurança cidadã por meio da prevenção.

Evidências empíricas demonstram que a prevenção da violência funciona. Em termos de custos e benefícios, é a forma mais eficiente de responder ao crime e à violência, além de ser um componente essencial de qualquer estratégia sustentável para a promoção da segurança cidadã. O Banco Mundial tem como enfoque a prevenção primária e secundária da violência interpessoal e o fortalecimento dos sistemas de justiça criminal.

Dentro da instituição, trabalhamos por meio de diversos setores para integrar a prevenção da criminalidade e da violência a projetos tão diversos como os de educação, saúde, proteção social, desenvolvimento urbano e transporte. Também incorporamos aos trabalhos analíticos que realizamos, como avaliações de pobreza, revisões de gastos públicos e estratégias de auxílio a países, e trabalhamos em conjunto com equipes operacionais nas etapas de concepção, preparação, implementação e avaliação de projetos. Dentro dos países que atendemos, apoiamos a coordenação entre setores (como, por exemplo, segurança pública, educação, saúde e justiça) e promovemos o envolvimento de atores centrais dentro da sociedade: as organizações não governamentais e o setor privado.

O Banco Mundial oferece apoio a países clientes por meio de cinco áreas estratégicas: (i) trabalho analítico, buscando ampliar as evidências sobre o as ações que trazem resultados na área da segurança cidadã; (ii) experiência operacional, inclusive a integração da prevenção da criminalidade e da violência em projetos de melhorias de infra-estrutura em bairros pobres e a implementação de reformas no setor judicial; (iii) associações estratégicas com outros financiadores internacionais, com o objetivo de coordenar e otimizar as iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência; (iv) assistência técnica a governos na concepção de estratégias e programas integrados e multidisciplinares sobre segurança cidadã em nível local, nacional e regional; (v) capacitação em matéria de segurança cidadã a instituições regionais, nacionais e locais, além de outros interessados, como organizações da sociedade civil ou o setor privado.

Esperamos que este Guia possa ser utilizado como uma ferramenta a mais no processo de promoção da segurança cidadã. ■

APRESENTAÇÃO

O SETOR PRIVADO está em posição privilegiada para contribuir para o bem-estar e a segurança das comunidades. Este Guia destina-se a todas as empresas preocupadas com o bem-estar de suas comunidades e traz informações para que o setor privado possa conhecer e familiarizar-se com as diferentes possibilidades de participar ativamente de iniciativas de segurança cidadã e prevenção da violência. A segurança cidadã compõe um enfoque integral que necessita do envolvimento de uma ampla gama de atores. É por isso que este Guia também apresenta informações úteis para outros atores centrais envolvidos nestes esforços, tais como governos nacionais e locais, organizações da sociedade civil e as próprias comunidades. Estes são os principais atores com os quais as empresas têm se associado em iniciativas de prevenção da violência.

Por meio deste Guia, o Banco Mundial, o Centro Internacional para a Prevenção da Criminalidade (CIPC) e a Câmara de Comércio de Bogotá buscam inspirar o setor privado a atuar em iniciativas de prevenção em suas comunidades. Da mesma forma, o Guia busca orientar as autoridades locais sobre como buscar o apoio do setor privado em iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência. Este Guia revela a importância do envolvimento do setor privado na segurança das comunidades, apresentando possíveis formas de participação de empresas, negócios e comércios no que se refere à segurança cidadã, além de exemplos concretos de trabalhos realizados em parceria com governos, municípios, organizações da sociedade civil e as próprias comunidades.

A segurança é uma condição essencial para o desenvolvimento das comunidades. Até agora, os esforços de responsabilidade social empresarial, de investimento social privado ou outros formatos de engajamento de empresas em ações sociais têm possibilitado o enfrentamento e a redução de inúmeros problemas presentes na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de comunidades, cidades e países. Entretanto, ainda são escassas as iniciativas privadas dirigidas especificamente a reduzir a insegurança e a prevenir a violência que afeta a qualidade de vida das comunidades em diferentes regiões do mundo. Diante da gravidade do problema, de sua complexidade e das diversas oportunidades de intervenção, muito mais pode ser feito, e é isso que este material pretende estimular.

Este Guia pretende ser uma ferramenta prática e didática para mostrar como as empresas podem se envolver na segurança de suas comunidades. Ao mesmo tempo, o Guia fornece os elementos conceituais e explicativos que fundamentam essa atuação. O Guia está dividido em quatro partes. A primeira apresenta a importância do envolvimento do setor privado na segurança cidadã, revela os novos enfoques de abordagem da segurança e destaca a participação cada vez maior do setor privado em iniciativas sociais que buscam o bem-estar das comunidades. Com um enfoque mais prático, a parte seguinte apresenta as diferentes modalidades de envolvimento do setor privado, além de recomendações e orientações que servirão de apoio às empresas que desejem participar de iniciativas de segurança cidadã. A terceira parte apresenta conselhos práticos para outros atores, sejam eles do setor público ou da sociedade civil, que tenham o objetivo de mobilizar o setor privado. Por último, a quarta parte é constituída

de um conjunto de práticas e experiências internacionais que são exemplos concretos do envolvimento do setor privado em iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência.

Este trabalho foi elaborado a partir de duas fontes principais que foram editadas para a criação deste documento original. Em primeiro lugar, este Guia baseia-se amplamente em um trabalho realizado pela organização brasileira Instituto Sou da Paz, que elaborou a primeira versão de um documento sobre o envolvimento do setor privado na prevenção da violência, centrado principalmente no contexto brasileiro, mas igualmente aplicado à situação de outros países latino-americanos. Este trabalho foi elaborado, por um lado, com base na análise de 46 projetos em sete países latino-americanos (Argentina, Brasil,¹ Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala e México), por meio da qual foi possível construir uma tipologia das formas de envolvimento da empresa em iniciativas de segurança cidadã. Por outro lado, foram realizadas diversas consultas individuais e coletivas a profissionais do setor privado, de instituições públicas, da sociedade civil e da cooperação internacional para identificar as percepções dessas pessoas acerca do envolvimento do setor privado no que tange à prevenção da violência, bem como caminhos possíveis para incentivar a transformação da teoria em prática.

A segunda fonte foi um trabalho do Centro Internacional para a Prevenção da Criminalidade (CIPC), que realizou uma análise internacional sobre as parcerias público-privadas em segurança cidadã e prevenção da criminalidade e da violência, a qual demonstra como os enfoques de responsabilidade social empresarial vêm ganhando importância no mundo.² O documento traz uma série de exemplos de diferentes regiões, como América do Norte, África, Ásia e Oceania, e faz parte de uma série de trabalhos realizados pelo CIPC sobre o papel do setor privado na prevenção da criminalidade e da violência.³

Este Guia tem como foco as formas de envolvimento da iniciativa privada que complementam as do setor público ou de outros atores da comunidade no que tange à promoção da segurança cidadã. A participação das empresas em atividades de policiamento, investigação e aplicação de penas não será abordada. Desta maneira, os projetos apresentados neste Guia são os desenvolvidos no âmbito das próprias empresas, implementados por ONGs ou organizações comunitárias, além das iniciativas levadas a cabo pelo setor público e apoiadas por empresas. Portanto, o setor público continua tendo papel central como o principal responsável pela segurança cidadã e é quem pode trazer maior legitimidade e escala aos projetos.

Este Guia talvez seja um dos primeiros trabalhos internacionais realizados neste âmbito. Nesse sentido, não pretende dar um panorama definitivo desta área que se encontra em pleno desenvolvimento, mas estimular novas iniciativas ao oferecer uma perspectiva internacional e aprofundar o conhecimento sobre o envolvimento do setor privado na promoção da segurança das comunidades. ■

-
1. As informações sobre alguns projetos no Brasil foram obtidas graças ao auxílio especial do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
 2. CIPC. (2011). *ICPC contribution to Public Private Partnership publication*. Preparado por Esteban Benavides e Margaret Shaw. Documento interno.
 3. Capobianco, L. (2005). *Ajustando el lente: la participación del sector privado en la prevención del delito*. Documento de referência para o 5º Colóquio do CIPC, Montreal: CIPC; Capobianco, L. (2006). *Public Private Community Action Towards Safety: A focus of housing in disadvantages neighborhoods. Compendium of Practices*. Montreal: CIPC.

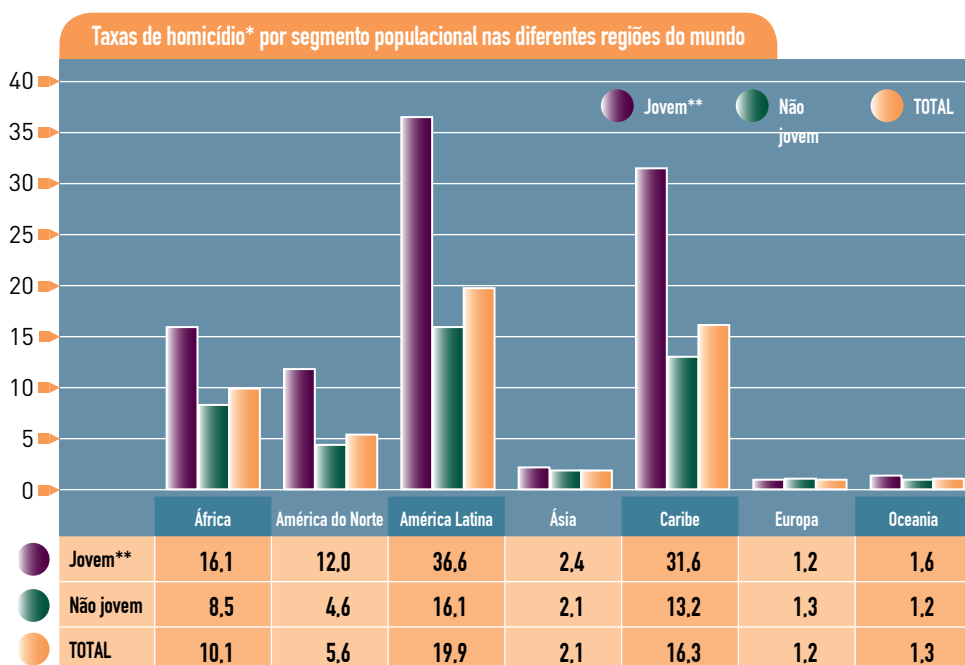
CAPÍTULO I

A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO NA SEGURANÇA CIDADÃ

O desafio global da violência e o surgimento de novas estratégias de segurança cidadã

A segurança é fundamental para o desenvolvimento dos países, das cidades e das comunidades

A segurança e a proteção dos cidadãos é uma grande preocupação dos países e das cidades na maioria das regiões do mundo. Por exemplo, em 2004, a violência interpessoal causou cerca de 600 mil mortes e 17,2 milhões de ferimentos graves no mundo.⁴ Entretanto, além de terem dimensão internacional, os níveis de violência e vitimização variam notavelmente entre as regiões e dentro delas e costumam afetar mais os jovens.



Fonte: Microdados WHOSIS e complementares [apud Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, Instituto Sangari e Ministério da Justiça.(2008). *Mapa da Violência: Os Jovens da América Latina*. Brasília, D.F. p. 16]. Os dados são os mais atuais possíveis, e não mais antigos que 2002.

* Por 100 mil habitantes.

** Corresponde à população de 15 a 24 anos.

4. Microdados WHOSIS e complementares [apud Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, Instituto Sangari e Ministério da Justiça. (2008). *Mapa da Violência: Os Jovens da América Latina*. Brasília, D.F. 2008. p. 16].

Como mostra o gráfico anterior, a América Latina e o Caribe são as regiões que apresentam as maiores taxas de homicídio do globo. É complexo explicar os níveis de violência nas diferentes regiões, países e cidades. Eles se relacionam em parte com a desigualdade de renda e de oportunidades e também com a qualidade da infraestrutura das cidades, além de com o impacto do crime organizado associado às drogas e às armas, assim como com as realidades culturais, econômicas e políticas.⁵ Outro aspecto importante é o fato de que a violência afeta principalmente os jovens, tanto como vítimas, quanto como vitimizadores: a taxa de homicídios de jovens é mais alta do que a de outros setores da população e costuma aumentar significativamente quando há presença de armas de fogo. Grande parte da violência costuma ocorrer nas cidades e áreas urbanas.⁶ Além disso, determinados crimes e situações concentram-se em certas regiões das cidades, afetando a grupos específicos. Por exemplo, os crimes contra o patrimônio ocorrem com mais frequência nos setores mais ricos, e os homicídios tendem a concentrar-se em áreas mais vulneráveis e marginalizadas.

Viver em segurança é um direito dos cidadãos. Nos últimos anos, vem havendo uma maior conscientização de que os países não poderão obter prosperidade social e econômica se não garantirem a segurança e a proteção de seus cidadãos. Atualmente, é amplamente reconhecido que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio não serão alcançados até 2015, a menos que uma resposta seja dada às questões de segurança. O crime e a violência afugentam os investimentos e esmorecem o desenvolvimento. Todos os relatórios do Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNODC) relacionados ao impacto do crime sobre os países do Balcãs, da África, da América Central e do Caribe evidenciaram os enormes custos da criminalidade e da vitimização de pessoas, cidades e países, além de destacarem a importância dos vínculos entre segurança e desenvolvimento.⁷

-
5. Para mais informações sobre a criminalidade e a violência em nível mundial, ver CIPC (2008) e (2010). *Informe internacional prevención de la criminalidad y seguridad cotidiana: tendencias y perspectivas*. Montreal:CIPC.
 6. Ver o artigo introdutório da oficina do 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção da Criminalidade em Shaw, M. & Carli, V. (2011). *Practical Approaches to Urban Crime Prevention*. Proceedings of the workshop held at the 12th UN Congress on Crime Prevention & Criminal Justice, Salvador Brazil April 12-15th 2010. Montreal: ICPC & UNODC.
 7. UNODC. *Crime and Development in Africa* (2005). Viena: UNODC; UNODC. *Caught in the Crossfire: Crime and Development in Central America*. (2007) Viena: UNODC; UNODC. *Crime, Violence & Development. Trends, Costs and Policy Options in the Caribbean*.(2007). Vienna: UNODC & Latin American and Caribbean Region World Bank; UNODC. *Crime and Its Impact on the Balkans and affected countries*. (2008). Viena: UNODC.

Os custos da violência

A violência solapa o desenvolvimento social e econômico de grupos e comunidades, além de resultar em milhares de vidas perdidas e em um número ainda maior de pessoas que sofrem lesões físicas e danos psicológicos. A violência gera uma sensação de insegurança que afeta a qualidade de vida, as interações sociais e a confiança nas instituições públicas. Os países, cidades e bairros com altos índices de violência acabam afastando a instalação de empresas, supermercados, bancos, comércios e investidores que poderiam não só promover o acesso da população a serviços importantes, mas também alavancar o comércio e a economia locais, gerando empregos e novas perspectivas de desenvolvimento.

Os custos econômicos da violência também são altíssimos e, em muitos casos, superam os investimentos públicos em áreas sociais. Estima-se que o custo da violência na América Latina e no Caribe possa chegar a até 15% do PIB dos países da região. Segundo Kliksberg, El Salvador, por exemplo, perde anualmente cerca de 11,5% do PIB em razão da violência⁸. De acordo com estimativas do Banco Mundial, a violência na América Central pode chegar a reduzir o produto interno bruto (PIB) da sub-região em 8%.⁹ No Brasil, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou que, em 2004, o custo da violência no país alcançou no mínimo R\$ 92,2 bilhões – o equivalente a 5,09% do PIB nacional.¹⁰ Deste total, cerca de 65% foram associados aos custos tangíveis e intangíveis com os quais o setor privado teve de arcar e cerca de 30% corresponderam a despesas efetuadas pelo setor público.

Em suma, a violência afeta o ambiente empresarial e a economia, além do nível de confiança entre as pessoas e nas instituições, constituindo assim um freio ao desenvolvimento humano.

Uma nova visão para elevar a segurança das comunidades

Juntamente com esta conscientização, hoje em dia existem amplas experiências e conhecimentos sobre as estratégias que podem ser implementadas para a prevenção da criminalidade e da violência.

Este fato foi ressaltado pelas normas e padrões das Nações Unidas sobre a prevenção da criminalidade, aprovadas em 1995 e 2002; pelo desenvolvimento de políticas nacionais de prevenção e intervenções estratégicas no que tange à segurança cidadã por parte dos governos em muitos países; pelo reconhecimento da importância da liderança

8. PNUD ¿Cuánto cuesta la violencia a El Salvador? (2005). San Salvador: PNUD-El Salvador.

9. World Bank. *Crimen y violencia en Centroamérica: Un desafío para el desarrollo*. (2011). Washington, DC: World Bank.

10. Cerqueira, D.; Carvalho, A.; Lobão, W.; Rodrigues, R. (2007). *Análise dos custos e consequências da violência no Brasil*. Brasília: Ipea (Texto para discussão, 1284).

social (municípios, ONGs etc.) no desenvolvimento de estratégias de prevenção; pelo aumento da pesquisa e da experiência em práticas de prevenção baseadas em evidências; e pelo surgimento de redes e organizações que promovem a prevenção da criminalidade e da violência. Todos estes fatos demonstram que a segurança cidadã, analisada sob o ponto de vista da prevenção da criminalidade e da violência, é um campo que se expandiu rapidamente – da teoria para a prática – nos últimos 20 anos.

Este novo enfoque da segurança cidadã não oferece uma receita ou uma fórmula que possa ser replicada em qualquer localidade, mas traz princípios e ideias centrais que têm norteado diversas iniciativas, independentemente da região onde sejam aplicadas ou do público beneficiado:

- **Proteção do cidadão.** O objetivo da segurança cidadã deve ser a proteção do cidadão, e não mais a defesa do Estado. Alguns marcos legais definem a segurança cidadã como um direito dos cidadãos. Ao ser entendida como um direito social, a segurança cidadã exige a implementação de políticas públicas integrais que envolvam diferentes áreas de governo e que contem com ampla participação da sociedade civil (comunidade, ONGs, iniciativa privada, universidades) para terem maior impacto, resultados e sustentabilidade.
- **Enfoque transversal.** A segurança cidadã e a prevenção da criminalidade e da violência estão baseadas em um enfoque transversal que requer o envolvimento de atores de diferentes setores (segurança e justiça, mas também desenvolvimento social, educação, saúde, urbanismo e outros) a fim de responder de maneira multidisciplinar às problemáticas de segurança.
- **Prioridade para as estratégias de prevenção.** Ou seja, em vez de atuar somente depois que o problema aconteceu, busca-se uma compreensão das causas e dinâmicas da violência para desenhar ações que evitem a ocorrência de mais crimes ou situações de violência. Para isso, fica clara a necessidade de realizar diagnósticos aprofundados sobre cada realidade, com informações sobre os autores, as vítimas e as condições em que a violência se manifesta, da mesma forma que sobre os fatores de risco e proteção presentes em cada comunidade.
- **Aperfeiçoamento das atividades de controle e repressão.** A repressão e o controle da criminalidade são essenciais e devem ser aperfeiçoados. Isso significa que as estratégias repressivas ou de controle devem se basear menos no uso da força e mais no uso da inteligência e tecnologias.
- **Segurança, um bem público.** Finalmente, por constituir um direito de todos, a segurança cidadã não deve ser orientada por interesses particulares. Este é um ponto de partida fundamental no que tange ao envolvimento de outros setores na área da segurança cidadã.

De alguma maneira, trata-se de um novo paradigma e de uma forma inovadora de entender as problemáticas associadas à violência e à criminalidade, identificando os responsáveis por sua solução e as possíveis formas de construir a segurança nas comunidades.

O fracasso dos enfoques puramente repressivos na resposta aos problemas de segurança

Por mais de 20 anos, gestores públicos, legisladores e até mesmo a opinião pública apostaram em um modelo de segurança pública com resultados ineficazes. As políticas de segurança foram concebidas a partir da lógica de uma atuação predominantemente reativa e baseada na aplicação da lei penal. Assim, acreditava-se que a segurança pública seria feita exclusivamente por meio de uma política conhecida na América Latina como *'mano dura'* ('mão forte' ou 'punho de ferro', em português): para combater o crime, mais repressão, mais penas, mais prisões. Segundo essa concepção, somente a polícia, o sistema judiciário e a administração penitenciária seriam responsáveis por conter o aumento da criminalidade.

Como já foi apontado e comprovado por todas as estatísticas criminais disponíveis, esse modelo não funcionou. Os investimentos estatais no endurecimento das leis penais, na construção de presídios e na valorização de uma polícia rígida e distante da população surtiram pouquíssimo efeito na redução da violência, não servindo para desestimular a ocorrência de novos crimes, nem para melhorar a sensação de segurança da população.

Um bom exemplo foi o que ocorreu no início da década de 2000 em alguns países da América Central, onde as medidas ultrarrepressivas levaram a um aumento indiscriminado das detenções, permitindo que lideranças se fortalecessem dentro das prisões e gangues se organizassem em âmbito nacional.

Um dos maiores problemas desse modelo está na supervalorização da atuação reativa, deixando em segundo plano a dimensão preventiva, ou seja, as ações destinadas a intervir nas causas profundas que levam ao crime e à violência.

A segurança necessita do envolvimento de novos atores

Quando a segurança é considerada um direito social e a prevenção da violência é entendida como um caminho prioritário para garantir esse direito, ampliam-se não só as possibilidades de atuação, mas também o leque de setores responsáveis por promover melhorias na segurança cidadã. Evidentemente, o principal responsável por promover a segurança cidadã continua sendo o poder público. Estes são alguns setores envolvidos e algumas possibilidades de atuação:

- **Governos.** A liderança dos governos nacionais é essencial, pois eles têm a capacidade de mobilizar suas instituições e outros setores sociais para elaborar estratégias nacionais de segurança cidadã. Os governos locais também têm um papel fundamental, pois são mais próximos da população e têm a vantagem de conhecer melhor as dinâmicas e organizações da localidade. Dessa maneira, também podem elaborar estratégias locais de segurança. Muitos governos locais na América Latina

obtiveram resultados bastante positivos com políticas de prevenção da violência. Esse é o caso, por exemplo, de Bogotá e Medellín, na Colômbia; Rosário, na Argentina; Diadema, no Brasil; e Santiago, no Chile.

- **ONGs e centros de estudos.** As organizações não governamentais e centros de estudos vêm desenvolvendo pesquisas, projetos e metodologias inovadoras para auxiliar os governos na concepção e implementação de políticas de segurança cidadã.
- **Setor privado.** O setor privado também se configura como um dos novos – e principais – atores que podem contribuir para a segurança cidadã. A iniciativa privada tem muito a contribuir por sua criatividade, dinamismo, poder político, acesso a recursos e experiência de gestão.

Estratégias nacionais para a prevenção

Em 2010, o CIPC identificou 57 países com uma estratégia nacional para a prevenção da criminalidade (contra nove em 1999)¹¹ que enfatizam a articulação entre os diferentes níveis de governo (nacional, estadual, municipal etc.) por meio de um enfoque transversal e intersetorial. De fato, as estratégias nacionais de prevenção costumam contar com um organismo encarregado da coordenação, o qual implementa a estratégia em articulação com outras instituições governamentais. Esse é o caso do Centro Nacional para a Prevenção do Crime no Canadá, da Secretaria Geral do Comitê Interministerial de Prevenção da Criminalidade na França – que responde ao Gabinete do Primeiro Ministro – ou do Ministério da Justiça na Austrália. No começo da década de 2000, o Chile foi um dos primeiros países da América do Sul a adotar uma estratégia nacional de segurança cidadã. Para tanto, implementou o programa *Comuna Segura*, que destacava a criação de conselhos comunitários de segurança cidadã, um espaço intersetorial de elaboração de estratégias em nível local. A nova estratégia nacional *Chile Seguro*¹² (2010-2014) dá grande importância à colaboração com o setor privado. Um exemplo é o programa *No compres robado*, que, em conjunto com os comerciantes, conscientiza sobre a revenda de bens roubados, ou o programa *Barrio comercial en paz*, no qual os comerciantes e moradores do bairro elaboram um plano de intervenção com o apoio do Ministério do Interior e da polícia a fim de recuperar espaços públicos e transformá-los em lugares seguros.

11. CIPC. (2008), (2010). *op.cit.*

12. Informações obtidas em www.planchileseguro.cl. Último acesso em 10/08/2011.

O setor privado está em posição privilegiada para contribuir para o bem-estar e a segurança nas comunidades

O setor privado é um componente importante da maioria das sociedades e, assim como os outros setores da sociedade civil, também é um ator central no que tange à segurança. As empresas, as fábricas e os comércios podem ser afetados significativamente pelos altos níveis de criminalidade e violência nos bairros e cidades, e é por isso que também são beneficiados diretamente se contribuem com a melhora da segurança. Ao mesmo tempo, o setor privado gera empregos e ajuda a contribuir com o progresso social e econômico das comunidades por meio de inovação, recursos e habilidades.¹³

O setor privado está em posição privilegiada para contribuir para o aumento da segurança nas comunidades. Por quê?

- A empresa, por ser um ator “novo” e, de alguma maneira, exterior na área da segurança cidadã, pode oferecer um espaço neutro e ideias inovadoras para a interação entre os mais diversos atores. Dessa forma, a empresa pode ter maior facilidade para articular diversos atores (outras empresas, setores público e privado, sociedade civil etc.) a fim de atuar em parceria em projetos de prevenção da violência. Essa atuação também pode contribuir para o aumento da sustentabilidade dessas iniciativas e interações, a apropriação pela sociedade e ganhos de escala para os projetos.
- As empresas podem se consolidar como atores sociais corresponsáveis pela prevenção da violência, dando o exemplo para seus pares e a comunidade. Isso acontece quando elas rejeitam práticas que promovem a criminalidade e a violência – como o descumprimento das leis ou a divulgação da marca da empresa de forma negativa por meio da estigmatização de raças e grupos –, exigindo que seus funcionários, fornecedores e colaboradores façam o mesmo.
- Por ser um ator que muitas vezes dispõe de poder e acesso a informações importantes, veículos de comunicação e gestores públicos, o setor privado está em posição privilegiada para se fazer ouvir. Por isso, é importante que as empresas acompanhem de perto os projetos e as políticas públicas voltadas para a prevenção da violência, apoiando e divulgando boas propostas e defendendo sua continuidade.
- As empresas possuem recursos que outros setores não dispõem com tamanha facilidade. Elas têm, por exemplo, maior flexibilidade para a contratação de funcionários do que o setor público, podendo, assim, contribuir para a contratação de grupos prioritários para a prevenção da criminalidade e da violência, como membros de comunidades vulneráveis, jovens e egressos do sistema prisional.
- Ao doar recursos para projetos executados por terceiros, a empresa pode desempenhar importantíssimo papel indutor da melhoria de projetos de prevenção da criminalidade e da violência, ajudando-os em sua profissionalização, no estabelecimento e acompanhamento de metas, no delineamento de estratégias de atuação eficazes e na prestação de contas de forma apropriada.

13. Jill Dando Centre for Security and Crime Science, University College London. <http://www.ucl.ac.uk/jdi>. Último acesso em 10/08/2011.

- A empresa pode trazer uma visão diferente, independente e “não viciada” sobre a segurança cidadã, contribuindo com propostas de soluções inovadoras para os problemas de criminalidade e violência abordados pelos projetos.
- Por disporem de recursos e planejamento, as empresas podem viabilizar financeiramente a implementação de projetos que, sem esse aporte, dificilmente aconteceriam. Além disso, elas podem fazê-lo por mais tempo, buscando assim resultados para além do curto prazo.
- As empresas, como qualquer ator social, enfrentam desafios relacionados à violência e à criminalidade. Crimes contra seus funcionários e seu patrimônio, por exemplo, fazem com que as empresas precisem tomar medidas de segurança e tenham prejuízos tanto em termos financeiros quanto de imagem.

Portanto, as empresas não só têm interesses próprios para se engajarem em ações de prevenção da criminalidade e da violência, como também estão em uma posição privilegiada para contribuir com essas ações devido a suas experiências e instrumentos. Assim, é importante que essas razões sejam conhecidas tanto pelas empresas quanto pelas instituições das quais se tornarão parceiras, possibilitando assim melhores associações e parcerias com outros atores para gerar resultados superiores.

O crescente interesse internacional em normas e padrões para o setor privado

O clima atual em nível internacional favorece uma maior responsabilidade dos diferentes setores da sociedade em temas econômicos e sociais, como a criminalidade e a violência. Este aumento de interesse se traduz na geração dos conceitos de parcerias público-privadas (PPPs) e responsabilidade social empresarial (RSE), que costumam ser utilizados amplamente em nível internacional. Embora estes conceitos estejam relacionados, as definições possuem diferenças.

As parcerias público-privadas (PPPs) designam um enfoque de financiamento conjunto cada vez mais comum para o desenvolvimento, a construção e a manutenção dos investimentos públicos em grande escala. Exemplos são projetos de infraestrutura como hospitais, pontes e empreendimentos comerciais ou residenciais, além da participação do setor privado com organizações governamentais e não governamentais em menor escala, como em projetos comunitários.¹⁴ As parcerias do setor privado nas áreas de prevenção da criminalidade e de segurança cidadã abrangem cada vez

14. Ver, por exemplo, Akintoye, A., Beck, M. & Hardcastle, C. [Ed.] (2003). *Public-Private Partnerships. Managing risks and opportunities*. Oxford: Blackwell Publishing; and Vidaver-Cohen, D. (1998). 'Public-Private Partnership as a Strategy for Crime Control: Corporate citizenship makes a difference'. *Business & Society*, 100/101: 21-31.

mais um componente de responsabilidade social empresarial que pode ser mencionado explicitamente. Em alguns casos as parcerias são múltiplas e abrangem, entre outros, governos locais, a polícia, o setor residencial e o meio ambiente ou a educação, assim como as organizações não governamentais. As parcerias podem se limitar a um projeto ou a um período de tempo, assim como podem assumir um compromisso permanente. Também podem ser pouco rígidas e desestruturadas, ou mais formais e claramente detalhadas em termos de compromissos e responsabilidades.

A responsabilidade social empresarial (RSE) refere-se a um movimento que também cresceu nas últimas décadas, com o desenvolvimento de iniciativas e políticas que reconhecem a responsabilidade ética das empresas ou companhias com relação a contribuir com a sociedade ou reduzir o impacto negativo de suas operações. Em geral, abrange assuntos relacionados à responsabilidade ambiental, econômica e social, além da sustentabilidade. Entre os exemplos estão o reconhecimento dos danos ambientais ou culturais relacionados com certas atividades, como a mineração, e o desenvolvimento de formas de reduzi-los, além da filantropia empresarial, como no caso de doações a organizações beneficentes específicas ou atividades de apoio a iniciativas sociais nacionais ou locais.¹⁵ As características variam de acordo com o país, dependendo das tradições históricas, culturais e políticas.¹⁶ A Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade de Harvard descreveu uma corrente da RSE como “a contribuição voluntária da empresa privada para a solução dos problemas públicos e seu papel na redução das deficiências no que se refere à governança”.¹⁷

Em alguns países, a RSE é frequentemente chamada de “parceria social” (*social partnership*).¹⁸ Também são usados termos relacionados como “cidadania empresarial”, “iniciativa social empresarial” ou “práticas empresariais éticas”. Embora alguns observadores, como Milton Friedman, tenham considerado o conceito de RSE como “imoral” e contrário à responsabilidade principal de uma empresa, que é a maximização dos lucros, há evidências de que cada vez mais companhias estão adotando a RSE voluntariamente como parte de seu programa de trabalho.¹⁹

15. Foster, M. K. et al., (2009). ‘Corporate Philanthropy in the Canadian Context: From damage control to improving society.’ *Nonprofit & Voluntary Sector Quarterly*, 38 (3) pp. 441-466.

16. Antal, A. B. & Sobczak, A. (2007). ‘Corporate social responsibility in France.’ *Business & Society* 46 (1) pp. 9-32; Blasco, M. & Zolner, M. (2010). ‘Corporate social responsibility in Mexico and France’. *Business & Society* 49 (2) pp. 216-251.

17. Pradera, E. (2000). *Corporate Social Responsibility in Latin America: Business and Government Collaboration*; Kytte, B. & Ruggie, J. (2005). *Corporate Social Responsibility as Risk Management*. Working Paper No. 10 Harvard School of Government.

18. Austin, J.E. et al. (2004). *Social Partnering in Latin America*. Cambridge: Harvard University Press.

19. Waddell, S. (2002). *Youth Employment and Livelihood: the Role of the Private Sector*. Paper produced for the Youth Employment Summit (YES2002), Alexandria, Egypt 2002. Newton: Educational Development Centre Inc.; Anielski, M. (2011). ‘The caring corporation. How the next generation of business leaders could redefine the role of corporate culture.’ *Globe & Mail, Corporate Knights*, Spring Issue no. 35.

Em nível internacional, foram desenvolvidas várias iniciativas, normas e padrões. No ano 2000, por exemplo, o Pacto Mundial da ONU foi lançado pelas Nações Unidas para conchamar as empresas a manterem práticas sustentáveis e socialmente responsáveis. O pacto estabelece dez princípios relacionados com os direitos humanos, o trabalho, o meio ambiente e a luta contra a corrupção.²⁰ Em 2006, a convite do secretário-geral das Nações Unidas, um grupo de investidores institucionais desenvolveu os seis Princípios para o Investimento Responsável (PIR), com uma secretaria para ajudar a promover sua adoção por parte de outras empresas. A secretaria dos PIR é coordenada pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e pelo Pacto Mundial das Nações Unidas.²¹

Mais recentemente, em março de 2011, a ONU emitiu uma série de Princípios Orientadores para as Empresas e os Direitos Humanos, os quais buscam estabelecer um padrão universal para prevenir as violações dos direitos humanos relacionadas com a atividade empresarial²² e estão organizados em torno de três dos pilares do quadro da ONU:

- o dever estatal de proteger os direitos humanos;
- a responsabilidade empresarial de respeitar os direitos humanos; e
- a necessidade de um maior acesso a vias de recurso para as vítimas de abuso nas empresas.

Porém, apesar de estes princípios internacionais estarem relacionados principalmente com o manejo das atividades empresariais, eles indicam a crescente atenção às atividades do setor privado e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente. Para exemplificar essas mudanças, o Reino Unido anunciou em 2010 que está reformando suas atividades de desenvolvimento internacional a fim de fomentar iniciativas de desenvolvimento lideradas pelo setor privado nos países pobres.²³ Entre essas reformas estarão a criação de um novo departamento para incentivar a participação do setor privado. Entre outras iniciativas relacionadas está o trabalho do Instituto do Banco Mundial, que apoia a criação e a manutenção de parcerias público-privadas por meio do intercâmbio e da divulgação de conhecimentos.²⁴

20. Ver: The UN Global Compact www.unglobalcompact.org.

21. UNEPFI em www.unpri.org. A "responsabilidade social empresarial" foi seguida por outros conceitos relacionados, como "empresas responsáveis" ou "capitalismo justo" (*clean capitalism*).

22. Ver www.business-humanrights.org

23. Ver *World Business and Development Awards 2010* e www.dfid.gov.uk 12th October 2010 'Private sector holds key to tackling global poverty.'

24. *Focus on Public-Private Partnerships*. The World Bank Institute Practice Brochure. [2010].

Normas e padrões internacionais sobre a prevenção da criminalidade e da violência e a segurança cidadã

No que tange mais especificamente à prevenção da criminalidade e da violência e à vitimização, as Diretrizes das Nações Unidas de 1995 e 2002 sobre prevenção da criminalidade mencionadas anteriormente destacam o papel do setor privado na segurança da comunidade, tanto como parceiro dos governos nacionais e locais, por meio da prestação de serviços (policiais, residenciais e outros), assim como a partir das organizações da sociedade civil.²⁵

As diretrizes descrevem uma série de enfoques para a prevenção da criminalidade e da violência: enfoques de desenvolvimento social e econômico, situacionais e ambientais, de prevenção local ou comunitária, e de reabilitação ou reintegração, sempre com foco na reinserção na comunidade. O envolvimento do setor privado em iniciativas que utilizem esses tipos de enfoques para a prevenção da criminalidade e da violência é considerado pelas diretrizes um auxílio ao desenvolvimento de um senso comum de construção da comunidade e de compromisso. Como descrito pelo Manual das Nações Unidas sobre as diretrizes de prevenção da criminalidade em seu debate sobre as PPPs de prevenção, o setor privado pode contribuir substancialmente para ampliar as políticas de segurança cidadã de maneira positiva, por exemplo:

- contribuindo com os programas sociais que tratam das causas da violência ou de seus fatores de risco;
- ajudando a reduzir as oportunidades e incentivos à realização de crimes por meio de mudanças da situação e do entorno, inclusive com a criação de produtos para reduzir a possibilidade de roubo;
- contribuindo com a revitalização das áreas e espaços públicos ou semipúblicos;
- participando de projetos de renovação urbana; e
- ajudando a prevenir a criminalidade e a reincidência por meio do desenvolvimento de programas de aprendizado e capacitação de mão de obra, oferecendo também oportunidades de emprego.

25. United Nations Guidelines for the Prevention of Urban Crime. ECOSOC Res. 1995/9 Annex; United Nations Guidelines for the Prevention of Crime. ECOSOC Res. 2002/13 Annex; ver também UNODC. [2010]. *Handbook on the Crime Prevention Guidelines: Making them Work*. New York: UNODC.

Além das diretrizes de prevenção da criminalidade, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma série de resoluções sobre o fortalecimento das PPPs no que tange à prevenção e controle da criminalidade, entre elas três em 2005, 2007 e 2009. Em abril de 2010, a Declaração de Salvador no 12º Congresso sobre Prevenção da Criminalidade e Justiça Penal no Brasil apontou o seguinte em seu parágrafo 34:

“Reconhecemos a importância de fortalecer as parcerias público-privadas para a prevenção e a luta contra a criminalidade em todas as suas formas e manifestações. Estamos convencidos de que, por meio do intercâmbio mútuo e eficaz de informações, conhecimentos e experiências, e mediante ações conjuntas e coordenadas, os governos e as empresas podem desenvolver, melhorar a implementar medidas para prevenir, perseguir e punir a criminalidade, dando conta de desafios novos e em constante transformação.”²⁶

Baseando-se na Declaração de Salvador, em maio de 2010, a 19ª Reunião da Comissão de Prevenção da Criminalidade e Justiça Penal em Viena aprovou uma nova resolução para o “fortalecimento das parcerias público-privadas para a prevenção e luta contra a criminalidade em todas as suas formas e manifestações”.²⁷ Entre outros aspectos, a resolução presta reconhecimento às associações existentes que tenham relação com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e que forneçam uma resposta aos problemas mundiais relacionados às drogas. Além disso, conclama os governos a promoverem e fortalecerem as parcerias de colaboração com o setor privado, estabelecendo áreas prioritárias, difundindo as boas práticas, criando redes de apoio e aumentando a conscientização sobre os benefícios das PPPs em relação à prevenção e ao controle da criminalidade.

Para a UNODC, o setor privado é considerado um ator “crucial na luta contra o tráfico de pessoas”, motivo pelo qual em 2010 foi um dos patrocinadores de um prêmio aos líderes empresariais que promovem as associações destinadas a enfrentar esse tráfico.²⁸

26. *Salvador Declaration on Comprehensive Strategies for Global Challenges: Crime Prevention and Criminal Justice Systems and their Development in a Changing World*. 12th Crime Congress on Crime Prevention and Criminal Justice, April 12-19th 2010, disponível em www.unodc.org.

27. Resolution 19/1. Ver: E/2010/30 E/CN.15/2010/20 *Report of the nineteenth session. Economic & Social Council*.

28. Business leader’s Award to Fight Human Trafficking, *Luxor International Forum*, December 2010. www.ungift.org

Apontamentos de estudos anteriores sobre o tema

Várias organizações internacionais já demonstraram interesse no papel do setor privado na segurança cidadã. Em 2005, o CIPC publicou o estudo *Ajustando el lente: participación del sector privado en la prevención de la criminalidad*. O estudo tratou de uma série de temas a respeito do que era, e continua sendo, uma área de atividade em expansão, abrangendo:²⁹

- as oportunidades e desvantagens do envolvimento do setor privado na prevenção da criminalidade e da violência;
- as tendências e temas relacionados com o setor da segurança privada e suas implicações com relação às parcerias para a prevenção e a luta contra a criminalidade; e
- o uso da tecnologia de segurança para a prevenção da criminalidade e da violência, abrangendo os temas de exclusão, privacidade e prestação de contas.

O documento examinou como o enfoque da RSE expandiu-se na área da prevenção da criminalidade e da violência. De maneira geral, foram identificadas quatro áreas principais nas quais o setor empresarial vem contribuindo com a prevenção:

- apoio às medidas sociais e comunitárias de prevenção da criminalidade e da violência;
- redução de oportunidades para a criminalidade por meio de enfoques situacionais e ambientais;
- ajuda para fortalecer a capacidade da comunidade; e
- ajuda para prevenir a reincidência, proporcionando assistência para a reintegração dos criminosos.

O documento também destaca uma tendência de promover o envolvimento do setor privado nas iniciativas de prevenção por meio de todos os níveis do governo e estabelece mecanismos específicos em diferentes níveis para promovê-lo. Na década de 1990, foi estabelecida uma série de mecanismos nacionais para fomentar o envolvimento do setor privado na prevenção da criminalidade e da violência.

Entre eles, estão a Plataforma Nacional para o Controle da Criminalidade nos Países Baixos (1992) e a Rede de Empresas para a Prevenção da Criminalidade no Canadá (1999), ambas iniciativas dos governos nacionais.³⁰ Na África do Sul, o próprio setor empresarial estabeleceu a organização Empresas contra o Crime em 1996. Uma ampla gama de organizações não governamentais (ONGs) direcionadas para a prevenção começou a trabalhar com o setor industrial e empresarial na década de 1980. Entre estas estão as ONGs NACRO e *Crime Concern*, no Reino Unido, e o Conselho Nacional

29. Capobianco, L. (2005). *op cit.*

30. Ver também Vidaver-Cohen, D. (1998). *op. cit.*

para a Prevenção do Crime nos EUA, os quais desenvolveram uma série de associações com o setor privado e os governos e permitiram o estabelecimento de projetos muito inovadores.³¹

Em 2006, o CIPC ampliou seu trabalho sobre as PPPs e a RSE para analisar o setor da habitação pública ou social e publicou o compêndio internacional *Acciones comunitarias público-privadas hacia la seguridad: un enfoque en la vivienda en los barrios desfavorecidos. Compendio de prácticas*.³² O relatório abrange onze exemplos de parcerias entre as autoridades de habitação pública, as comunidades locais e o setor privado de uma série de países. Todos eles eram provenientes de bairros desfavorecidos e de baixa renda e ilustram a aplicação de amplas abordagens sociais de prevenção da criminalidade e da violência que buscam reduzir a pobreza, promover a inclusão social e o capital social e conduzir a revitalização urbana com as populações locais de maneira participativa e colaborativa.

- consulta e participação ativa de todos os setores, inclusive residentes, jovens e empresas;
- uso de uma combinação de abordagens de prevenção – situacionais, comunitárias e de desenvolvimento;
- compromisso de longo prazo e plano integral de atuação; e
- importante contribuição de experiência e apoio por parte do setor privado.

Outros componentes importantes de muitas intervenções comunitárias de sucesso no campo da prevenção da criminalidade e da violência são a consulta e participação ativa, o uso de uma ampla gama de abordagens de prevenção e compromissos de longo prazo baseados nos planos de ação bem documentados e integrados.

31. Schuller, N. (2002). 'In the business of preventing crime together: involving the private sector in local partnerships.' *Community Safety Practice Briefing*. Londres: NACRO; A *Crime Concern* se fundiu com outra ONG para formar a *Catch-22*. www.catch-22.org.uk/Crime-Concern; Ver National Crime Prevention Council em www.ncpc.org

32. Capobianco. L. (2006). *op. cit.*

Tendências recentes quanto ao envolvimento do setor privado na prevenção da criminalidade e da violência

Desde 2006 – e de acordo com a maior atenção internacional ao tema no que se refere a padrões e normas sobre a prevenção da criminalidade e da violência – o interesse pelas PPPs entre os países, os governos e o setor empresarial continua crescendo. Isso se deve a várias razões, entre elas a economia de custos que as parcerias podem trazer, a noção de responsabilidade compartilhada e a maior incorporação de componentes de RSE. Agora há uma maior consciência sobre a necessidade de avaliar os impactos e os resultados das PPPs.

Redução de custos e responsabilidade compartilhada

Por um lado, a motivação contínua pelo uso das PPPs é uma busca de métodos mais rentáveis para o financiamento de iniciativas de prevenção. Por outro lado, é o reconhecimento da importância de uma responsabilidade compartilhada para o desenvolvimento e a manutenção de iniciativas de prevenção nas cidades e comunidades. Como mencionado anteriormente, um aspecto central do movimento de prevenção da criminalidade e da violência local e comunitária que se iniciou na década de 1990 é a importância de dividir a responsabilidade entre todas as partes interessadas em um âmbito local – tanto o governo como os setores de serviços, os moradores e o setor privado e empresarial. O aumento da sensação de segurança e a redução dos níveis de criminalidade motivarão outras empresas a se mudarem para uma cidade em particular e poderão ajudar a reverter a deterioração social e econômica local. Além disso, as empresas que se unem com outros setores, como o governo e a sociedade civil, no apoio a projetos de prevenção ajudam a aumentar a consciência pública sobre os mesmos temas e podem oferecer formas inovadoras e atrativas para responder aos problemas, assim como habilidades técnicas e de gestão, recursos e a prestação de serviços em espécie, tais como espaço ou equipamento de escritório.

Parcerias público-privadas de primeira e segunda geração: a transformação de interesse próprio em interesse comunitário

PPP de primeira geração

Outra tendência no uso das PPPs para a prevenção é a crescente incorporação de elementos de RSE. Inicialmente, muitos dos investimentos do setor privado em segurança e proteção nas décadas de 1980 e 1990 tendiam a apoiar os interesses do setor empresarial ou das pessoas cuja segurança estava diretamente envolvida. Por exemplo, muitas associações entre o setor governamental e o setor privado nos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e África do Sul estavam relacionadas com o uso de tecnologias de segurança, sistemas de vigilância e segurança privada para a proteção de instalações

comerciais, residências ou condomínios fechados. Outras iniciativas proporcionavam um acesso privilegiado à polícia ou contribuíam com a segurança dos usuários de caixas automáticos ou shopping centers, por exemplo.

Geralmente estas iniciativas podem ser muito eficazes na redução dos riscos de furto ou roubo, mas são principalmente defensivas e de dissuasão, e se baseiam em enfoques de prevenção situacionais que têm como objetivo aumentar os riscos e reduzir os benefícios para os criminosos em potencial. Elas podem ser denominadas de “primeira geração”, sem um forte elemento de RSE nem uma compreensão das causas da criminalidade e dos temas de prevenção da criminalidade e da violência em longo prazo.

Em alguns casos os projetos abrangem investimentos para a dissuasão e a prevenção. Por exemplo, a Estratégia Nacional para a Redução do Roubo de Veículos (NMVTRS, na sigla em inglês) realizada na Austrália combinou maior rigidez de objetivos com acompanhamento policial e melhora das informações para prevenir o roubo de automóveis. Porém, também estabeleceu um projeto educativo para dar capacitação de trabalho e oportunidades de educação aos jovens ladrões de automóveis. A NMVTRS é atualmente financiada por uma associação entre os governos em nível nacional, estadual ou municipal e as indústrias de seguros e reciclagem.³³

PPP de segunda geração

Todas as PPPs centradas na comunidade, as quais utilizam uma variedade de enfoques de prevenção da criminalidade e da violência para abordar alguns dos fatores que causam a criminalidade, além das associações que apoiam projetos pilotos ou de atuação inovadores, a pesquisa e a promoção de medidas de prevenção, refletem um componente mais significativo de fortalecimento da responsabilidade social empresarial e um conhecimento da natureza compartilhada do desenvolvimento urbano. Elas podem ser consideradas as PPPs de segunda geração.

Em um relatório recente com 16 estudos de caso de PPPs de “sucesso” no Brasil, podem ser encontrados exemplos que serão posteriormente analisados neste Guia. O relatório descreve quatro categorias de PPPs, estabelecendo:³⁴

- apoio geral aos institutos interessados na política pública de segurança e proteção;
- apoio a projetos de atuação para o estabelecimento de enfoques e serviços alternativos;
- iniciativas para prevenir a violência e desenvolver uma cultura de paz; e
- iniciativas locais de prevenção dirigidas às áreas com altos níveis de violência.

Além disso, o desenvolvimento do relatório em si, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foi apoiado pelo setor privado.

33. Ver Capobianco. (2005). *op. cit.* e CIPC. (2005). *Urban Crime Prevention & Youth at Risk: Compendium of promising practices and programmes from around the world*. Montreal: CIPC.

34. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2010). *Participação do Setor Privado na Segurança Pública no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Falta de integração sistemática quanto à avaliação dos projetos

Apesar deste maior uso de parcerias público-privadas, há relativamente poucas informações sobre os resultados e impactos das PPPs e da RSE no que tange à capacidade de reduzir a criminalidade ou produzir outras melhoras sociais.

Em uma análise recente das parcerias público-privadas entre a polícia e outros setores para reduzir a criminalidade na Austrália, os autores concluíram que as parcerias de sucesso trazem benefícios mútuos, mas exigem respeito mútuo, objetivos em comum, intercâmbio de informações e confidencialidade entre os parceiros. Também chegaram à conclusão de que os memorandos de entendimento ou contratos nem sempre foram componentes essenciais, e que os diferentes “poderes” exercidos pelos parceiros não foram um obstáculo necessário para uma boa relação de trabalho.³⁵ Em geral, entretanto, os autores observaram que poucas parcerias público-privadas forneceram informações sobre o impacto que tiveram na redução da criminalidade. Este problema é comum, já que muitas parcerias tendem a centrar-se mais em suas relações e resultados imediatos, e muito menos na manutenção de dados de boa qualidade para o monitoramento dos resultados e do impacto com o passar do tempo.

Contudo, a falta de avaliação das PPPs não é universal. Nos Estados Unidos, por exemplo, uma avaliação de três anos de uma PPP formada para enfrentar a criminalidade em estabelecimentos de varejo analisou o impacto das parcerias entre a polícia local, as empresas e os líderes comunitários.³⁶ A investigação, financiada por uma importante rede de lojas, se baseou nos princípios situacionais de prevenção da criminalidade³⁷. O objetivo foi o de aumentar a segurança dentro e em torno das áreas da “cidade segura” em quatro municípios dos EUA. A avaliação do impacto revelou que o sucesso estava relacionado com a profundidade da análise realizada pela associação sobre os problemas de criminalidade e o com o planejamento utilizado para a solução de problemas. Foram encontradas mudanças positivas com relação à percepção da segurança pessoal dentro e em torno dos locais, além de reduções valiosas da criminalidade em duas das quatro áreas estudadas.

35. Prenzier, T & Sarre, R. (2010). *Public-private crime prevention partnerships in Australia: Progress Report*. Apresentação na Conferência Internacional CEPS, Canberra, Austrália. 7 e 8 de outubro

36. La Vigne, N.G., Owens, C. & Hetrick, S.S. (2009). *Evaluation of Target's Safe City Initiative*. Washington: National Institute of Justice, Office of Justice Programs US Department of Justice.

37. A prevenção situacional do crime trata de criar obstáculos no ambiente físico para que o crime não ocorra. Para a teoria da prevenção situacional, o crime ocorre quando se agregam três fatores: um agressor motivado, um objeto disponível e a ausência de vigilância. A prevenção situacional incide sobre um ou mais destes fatores para evitar que o crime ocorra.

Algumas tendências em projetos na América Latina

En 2010, la organización brasileña Instituto Sou da Paz realizó un estudio de 46 proyectos de prevención de la delincuencia y la violencia que cuentan con participación del sector privado, estudiados en siete países latinoamericanos. Estas son las principales conclusiones de este análisis.

- A doação de recursos é a forma mais comum de envolvimento das empresas, e essa doação pode ou não ser acompanhada de um envolvimento mais ativo da empresa nos projetos. Entre os 46 projetos mapeados, 45 contam com recursos provenientes do setor privado, mas isso não significa que os projetos não possam receber também recursos dos governos, de organizações internacionais, entre outros.
- Entre os três formatos propostos de envolvimento (direto, indireto e misto³⁸), o mais comum é o misto, em que a empresa tanto doa recursos como também se envolve mais ativamente nos projetos.

Observou-se que as empresas que apoiam projetos destinados a prevenir ações que afetam diretamente seus negócios tendem a estar mais envolvidas com os projetos.

- As empresas preferem doar para organizações do terceiro setor. Nesses casos, entretanto, não fica claro se o recurso é direcionado para projetos específicos, ou se as empresas também financiam institucionalmente as ONGs (ou seja, o recurso não fica vinculado a projetos específicos e as ONGs têm maior autonomia para investimento).
- As empresas preferem se envolver em projetos executados por organizações da sociedade civil.
- Percebe-se grande ênfase nos esforços de “empoderamento” e cidadania, que são voltados principalmente para comunidades específicas e jovens.
- De forma geral, as comunidades, os jovens e a polícia são os maiores beneficiários dos projetos apoiados pelas empresas.
- Adolescentes em conflito com a lei e egressos do sistema prisional são muito pouco enfocados nos projetos mapeados. Isso sugere que as empresas investem mais em iniciativas de prevenção primária e secundária (ou seja, com foco em públicos mais vulneráveis, mas que ainda não se envolveram diretamente com a violência), mas os projetos de prevenção terciária (voltados para públicos já envolvidos ou atingidos pela violência) ainda carecem de investimentos.
- Em todos os países, o mais frequente é que os projetos utilizem, como estratégia de atuação, a mobilização e articulação, a intervenção local e a formação e capacitação.
- Os projetos têm o âmbito local como recorte geográfico mais frequente, o que era esperado, já que uma estratégia bastante recorrente é a intervenção local.

38. Refere-se à forma de participação da empresa na implementação de um projeto de prevenção da criminalidade e da violência. Ver definição completa no capítulo II do Guia.

CAPÍTULO II

COMO O SETOR PRIVADO PODE PARTICIPAR DA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA?

ESTE CAPÍTULO apresenta um conjunto de possibilidades para o investimento privado em iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência. Com este objetivo, e com base em experiências identificadas em diferentes países do mundo, foi elaborado um marco analítico para categorizar as modalidades de envolvimento e as principais características dos projetos apoiados pelo setor privado.

Com base nesta análise de projetos, é apresentada uma série de possibilidades, ilustradas com exemplos, as quais visam oferecer ideias e ferramentas para que empresas de diferentes tipos e portes possam se engajar em ações de segurança cidadã e prevenção da violência.

O capítulo está dividido em três partes. A primeira trata das possibilidades de envolvimento em iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência, apresenta os principais parceiros das empresas e expõe as principais características dos projetos: enfoques, beneficiários e tipos de estratégias. A segunda apresenta, com base em diferentes aspectos, conselhos práticos para ajudar as empresas a decidirem como e onde podem se envolver. A última parte aborda os principais desafios para o envolvimento do setor privado em iniciativas de prevenção e apresenta maneiras de superá-los.

Modalidades de envolvimento do setor privado na prevenção

Graus de envolvimento

O envolvimento do setor privado na prevenção da criminalidade e da violência pode ser indireto, direto ou misto, como exemplificado no gráfico a seguir.



Envolvimento indireto

O envolvimento indireto do setor privado em iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência se refere à doação de recursos (dinheiro, espaço, equipamentos ou serviços) por parte da empresa para projetos executados pelo setor público (órgãos públicos ou fundos), por organizações da sociedade civil (ONGs, fundações, institutos ou associações) ou por um conjunto de empresas. Também se refere a quando o setor privado contribui com recursos sem apoiar um projeto em particular.

Exemplo

Lagos State Security Trust Fund – A Public Private Partnership for Improvement of Security in Lagos State (Fundo para a Segurança do Estado de Lagos – Uma Parceria Público-Privada para a Melhora da Segurança no Estado de Lagos), Nigéria

O Fundo para a Segurança do Estado de Lagos foi criado em 2007 como uma iniciativa de cooperação público-privada integrante de uma estratégia integral de controle e prevenção do crime. O fundo busca mobilizar recursos do governo, do setor privado e dos cidadãos para melhorar

a capacidade operacional dos órgãos de segurança do Estado. A diretoria do fundo é composta majoritariamente pelo setor privado e presta contas periódicas aos cidadãos.

O papel do fundo é o de responder ao déficit de recursos e aos níveis de crime e insegurança, assim como fomentar o desenvolvimento econômico e social. O fundo ajuda a melhorar o policiamento nas comunidades e permitiu o início de uma série de assembleias comunitárias na Prefeitura, com o objetivo de fomentar uma maior interação e participação da comunidade em assuntos de segurança.

Leia mais: <http://www.lagosstatesecuritytrustfund.org/>

Envolvimento direto

O envolvimento direto do setor privado em iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência se dá quando a empresa não doa recursos, mas sim atua de maneira ativa nos projetos, executando-os ou participando pontualmente de algumas etapas. Essa é uma forma de envolvimento que quase não acontece, uma vez que, na maioria dos casos, quando o setor privado se envolve mais ativamente, também efetua o repasse de recursos.

É comum que o envolvimento direto se dê por meio de participações pontuais. Nesses casos, as empresas oferecem oportunidades de trabalho ou cursos profissionalizantes; acompanham os processos ou resultados dos projetos com os quais colaboram; e participam de espaços de discussão de políticas públicas, de coalizões de empresas que se envolvem com a prevenção da criminalidade e da violência, ou de reuniões nas comunidades.

Esse tipo de envolvimento acontece, por exemplo, por meio da oferta de cursos profissionalizantes ou vagas de trabalho já existentes na empresa (quando não é necessário fazer nenhum investimento extra ao que já estava previsto) para públicos prioritários como presos, egressos do sistema prisional e adolescentes em conflito com a lei.

Exemplo

Começar de Novo, Brasil

O projeto Começar de Novo, idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça, promove a redução da reincidência criminal, capacitando e reinserindo no mercado de trabalho os egressos de prisões, cumpridores de medidas e penas alternativas e adolescentes

em conflito com a lei. Para tanto, o projeto forma alianças e conscientiza organismos públicos, ONGs e empresas. O projeto criou um banco de vagas e de cursos disponibilizados por entidades associadas como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e clubes esportivos como o Sport Club Corinthians Paulista, o São Paulo Futebol Clube e o Santos Futebol Clube.

Leia mais:

<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/detentos-e-ex-detentos/pj-comecar-de-novo>

Envolvimento misto

O envolvimento misto ocorre quando a empresa tanto doa recursos como se envolve de forma mais ativa nos projetos. Essa é a forma mais comum e a mais completa de envolvimento, uma vez que, além de contribuir financeiramente para a execução de um projeto, o setor participa ativamente de sua implementação de diferentes maneiras. Assim, a iniciativa privada pode oferecer todo o seu potencial – seja financeiro, seja de *know-how* – em diferentes áreas para melhorar a qualidade dos projetos.

Exemplo

Stop Sex Trafficking of Children and Young People (Fim do Tráfico Sexual de Crianças e Jovens), campanha da Body Shop e da ECPAT contra o tráfico de crianças com fins de exploração sexual, Reino Unido/Global

Em 2007, a empresa Body Shop e a organização ECPAT associaram-se para o lançamento de uma campanha global contra o tráfico de crianças. Com base na ampla rede da ECPAT e na capacidade que a Body Shop tem para chegar a seus clientes, a iniciativa combina a ampla experiência em

campanhas de marketing e comunicações da empresa com a expertise técnica que a organização possui no que tange aos direitos das crianças.

A campanha é composta pela venda de um creme para mãos (*Soft Hands Kind Heart Hand Cream*) cujo lucro é destinado a apoio direto a crianças afetadas pelo tráfico, conscientização do público e implementação de outros programas da ECPAT no mundo todo (pesquisa, *lobby*, capacitação, apoio a crianças e construção de albergues, entre outros).

Leia mais: www.ecpat.net/TBS/en/about_campaign.html y http://www.thebodyshop.com/en/_ww/values-campaigns/trafficking.aspx

Da mesma forma que no envolvimento direto, no misto as empresas podem atuar executando o projeto ou participando dele de forma pontual

A empresa executa um projeto

Exemplo

Licença conjunta de venda de bebidas alcoólicas (*reunion permit*) entre Terrasses Bonsecours e Femmes et Villes International, Canadá

O Terrasses Bonsecours (TB) é um bar, restaurante, discoteca e sorveteria que funciona durante o verão no cais do porto de Montreal. Atrás do prédio principal, também conta com um galpão que pode ser utilizado como anfiteatro para festas e eventos. O Terrasses Bonsecours associou-se com a organização Femmes et Villes International (FVI), especializada na segurança das mulheres, com vistas a uma licença conjunta para a venda de bebidas alcoólicas.

O Terrasses Bonsecours está em um terreno baldio afastado, o que significa que é necessário caminhar uma certa distância

antes de chegar à avenida principal para usar o transporte público ou veículos particulares. Por constatarem que o ambiente não é seguro para que as mulheres voltem para casa, a FVI e o TB propuseram uma melhora das medidas de segurança para as mulheres clientes do estabelecimento, comprando “carrinhos de golfe” destinados a acompanhar as clientes até um ponto onde possam tomar um táxi para casa com total segurança.

Além disso, a FVI oferece assistência técnica para dar mais segurança às mulheres no perímetro do estabelecimento e participa conjuntamente de todas as atividades de imprensa para conscientizar o público. TB e FVI são parceiros na organização dos eventos de verão, e a FVI recebe uma doação a cada evento celebrado.

Leia mais: <http://www.femmesetvilles.org>

Quando a empresa participa pontualmente de um projeto

Nesse caso, a empresa pode participar de diversas maneiras:

- **Oferta de vagas de emprego ou cursos.** A empresa disponibiliza vagas de trabalho ou cursos profissionalizantes para públicos-alvo relevantes (egressos do sistema prisional, adolescentes em conflito com a lei e seus familiares, jovens de uma comunidade vulnerável, entre outros).

Exemplo

Cybercap, Canadá

A Cybercap é uma organização não governamental cuja missão é promover a integração de jovens em risco a seu local de trabalho ou escola, aprimorando suas habilidades pessoais, sociais e profissionais por meio de técnicas de multimídia.

A Cybercap trabalha em colaboração com uma série de atores do setor privado, como Microsoft Canada, TQS Télévision, Caisse Populaire Desjardins, Radio Canada e Ubisoft, os quais disponibilizam materiais de trabalho (como computadores) ou acolhem jovens para a realização de estágios.

Leia mais: <http://www.cybercap.qc.ca>

- **Incentivo ao voluntariado empresarial.** A empresa incentiva seus funcionários a participarem de projetos de prevenção da criminalidade e da violência.

Exemplo

Praças da Paz SulAmérica, Brasil

Desenvolvido pela ONG Instituto Sou da Paz em parceria com a empresa SulAmérica Seguros em São Paulo, o projeto é voltado para jovens de periferias e para a reestruturação e ocupação do espaço público como estratégia de prevenção da violência.

Seu objetivo é a recuperação de praças públicas com a participação da comunidade em áreas vulneráveis de São Paulo.

Desde o princípio, a SulAmérica buscou promover o voluntariado entre seus funcionários no âmbito desse projeto, os quais participam de etapas pontuais, como o mutirão de plantio que aconteceu no bairro do Lajeado e a colocação da pedra fundamental da praça da Brasilândia.

Leia mais: <http://www.soudapaz.org/pracasdapazsulamerica>

- **Participação em espaços de discussão de políticas públicas.** Representantes da empresa participam de encontros em que são discutidas políticas públicas voltadas para a prevenção da violência, tais como reuniões da Assembleia Legislativa, de comissões e do conselho ou comitê gestor de fundos de segurança pública. Ao participarem de espaços de discussão de políticas públicas, as empresas contam com uma oportunidade única para trazer para a pauta da segurança pública seus problemas e preocupações, contribuindo com o controle social das ações engendradas por órgãos públicos, além de aportar para essas iniciativas eventuais conhecimentos sobre gestão de projetos, estabelecimento de prioridades e metas.

Exemplo

Bogotá Cómo Vamos, Colômbia

O projeto Bogotá Cómo Vamos é produto de uma aliança institucional entre a Casa Editorial El Tiempo, a Fundação Corona e a Câmara de Comércio de Bogotá.

A parceria se configura como um espaço para a análise e o debate. Ela busca influenciar a administração pública ao exigir prestação de contas do governo distrital, incentivando-o a

gerar as informações necessárias para essa prestação de contas, para, então, avaliar esses dados com especialistas e cidadãos. Dessa maneira, procura-se promover uma atuação pública efetiva e transparente.

O projeto promove alianças estratégicas para o desenvolvimento de políticas que melhorem a qualidade de vida, construindo espaços de debates e de conhecimento para potencializar os esforços e recursos dos diferentes atores que avaliam e acompanham a cidade.

Leia mais: www.bogotacomovamos.org

- **Participação em coalizões de empresas.** Nesse caso, a empresa faz parte de um grupo de empresas que atuam em prol da segurança cidadã. Exemplos são os projetos executados ou apoiados ativamente pelas câmaras de comércio, associações esportivas ou federações das indústrias.

Exemplo

**Observatorio del Delito
(Observatório do Crime), México**

A Confederación Patronal de la República Mexicana (Coparmex) tinha interesse em contribuir para a melhoria da segurança do entorno de seus centros empresariais com vistas à atração de novos investimentos.

Para isso, propôs a criação de uma rede nacional de Observatórios de Crimes, em parceria com o Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNODC), no sentido de articular os esforços dos cidadãos pela segurança pública por meio da identificação de oportunidades e boas práticas.

Com esse objetivo, foi incentivada em cada estado a criação de Observatórios do Crime que convergiriam para essa Rede.

Leia mais: [www.coparmex.org.mx/upload/comisionesDocs/PPT%20Oficial%20Observatorio%20del%20Delito_290307.ppt#277,3,OBJETIVO GENERAL](http://www.coparmex.org.mx/upload/comisionesDocs/PPT%20Oficial%20Observatorio%20del%20Delito_290307.ppt#277,3,OBJETIVO%20GENERAL)

- **Participação em reuniões nas comunidades.** Representantes da empresa participam de reuniões voltadas para a prevenção da violência das comunidades, tais como de associações de moradores, organizações religiosas e conselhos comunitários de segurança.

Exemplo

**Fútbol por la Paz (Futebol pela Paz),
Colômbia**

O projeto *Fútbol por la Paz*, na Colômbia, busca consolidar práticas de convivência pacífica e equidade de gênero em comunidades do

entorno da empresa Indupalma. A empresa apoia o projeto e tem representantes acompanhando-o de perto, participando de reuniões nas comunidades e de um comitê de mediadores.

Leia mais: <http://www.indupalma.com/contenido/contenido.aspx?catID=6&conID=37>

Parceiros das empresas

Para desenvolver iniciativas de prevenção da violência, o setor privado pode ter como parceiros os setores público e privado, a sociedade civil e a comunidade, como mostra o diagrama a seguir.



Setor público

Prefeituras, secretarias de segurança, forças de polícia ou outras instituições governamentais são exemplos de órgãos públicos que podem ser parceiros do setor privado em iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência. Por exemplo, um diagnóstico local de violência pode ser realizado por uma prefeitura com o apoio de uma empresa. Fundos locais de segurança cidadã constituem outra possibilidade para o investimento privado no setor público. A revitalização de espaços públicos com recursos da iniciativa privada, por meio de secretarias responsáveis, é outra forma desse tipo de parceria.

Destaque – Os fundos locais de segurança cidadã, ou relacionados, são formados por recursos financeiros reservados para determinados fins especificados em lei. Em geral, seus objetivos devem ser alcançados por meio de planos de aplicação elaborados por um Conselho ou Comitê Gestor do Fundo (composto, geralmente, por representantes governamentais e não governamentais e criado especificamente para cada fundo). Os fundos não possuem personalidade jurídica, tampouco são instituições ou entidades. Embora autônomos na decisão sobre o destino dos recursos, subordinam-se a instituições da administração pública.

Partnership Opportunities Legacy Fund – POL (Fundo de Legado de Oportunidades de Parceria), Canadá

O Fundo de Legado de Oportunidades de Parceria, criado como parte do Plano de Segurança Comunitária da Cidade de Toronto, tem como objetivo aprimorar os serviços que os residentes consideram que podem ter um impacto positivo sobre

suas comunidades. Entre esses serviços estão instalações para práticas esportivas (futebol, basquete), espaços para programas dirigidos aos jovens, parques e salões comunitários em bairros prioritários.

A cada dólar investido pelo município, mais US\$ 1,90 era investido por meio de associações do setor privado (pequenas e grandes empresas, fundações etc.) e outros órgãos públicos (governos municipais, estaduais e federal).

Leia mais: <http://www.toronto.ca/nan/about/pol.htm>

Setor privado

Por meio de um conjunto de empresas, como uma federação das indústrias, associações esportivas, câmaras de comércio ou empresas que atuam em um mesmo território, é possível se aliar para desenvolver iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência. Em muitos casos em que empresas se unem para apoiar iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência, nota-se que o setor público costuma ser um parceiro natural e que territórios específicos são focalizados.

The Code (O Código), turismo responsável contra o tráfico e a exploração sexual infantil, Global

O Código de Conduta contra o Tráfico e a Exploração Sexual Infantil durante Viagens de Turismo (*Code of conduct for the Protection of Children from Sexual Exploitation in Travel and Tourism*) é uma iniciativa de turismo social responsável cujo objetivo é incrementar a proteção às crianças expostas ao turismo sexual e a outros fenômenos relacionados à exploração sexual infantil.

O Código é um sistema voluntário de prevenção do turismo sexual infantil que consiste em comprometer a indústria do turismo a colocar em prática medidas padronizadas ao longo da cadeia de suprimentos (desde os países de origem até seu destino) e conscientizar os turistas. Desta maneira, mais de 960 hotéis, agências de turismo e operadoras de viagens aderiram formalmente ao Código em mais de 40 países da Europa, Ásia, África e América.

As empresas e organizações que aderem ao Código adotam e se comprometem a implementar uma série de medidas de conscientização e capacitação de seu pessoal, além de prestarem contas anualmente.

Leia mais: <http://www.thecode.org/>

A sociedade civil

Instituições formalmente estabelecidas, como organizações não governamentais (ONGs), fundações, institutos e associações, podem ser importantes parceiros da iniciativa privada. Grande parte das experiências de participação do setor privado em iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência se dá por meio de uma parceria com outra instituição da sociedade civil. Entre os projetos analisados para este Guia, há diversos exemplos que se enquadram nesta categoria.

Exemplo***Paz Activa (Paz Ativa) e Paz Educa, Chile***

executa os projetos *Paz Activa* (cujo objetivo é a prevenção de delitos em bairros vulneráveis) e *Paz Educa* (voltado para a redução da violência nas escolas).

O Banco Santander e a Pricewaterhouse Coopers direcionaram recursos para a Fundación Paz Ciudadana, no Chile, que

Leia mais: http://www.pazciudadana.cl/at_prevenicion_barrios_pactiva.html
http://www.pazciudadana.cl/at_prevenicion_escuelas_educa.html

Destaque – Comunidade

Em toda iniciativa de prevenção da criminalidade e da violência, a comunidade (associações ou entidades locais, lideranças comunitárias, grupos de moradores) é uma parceira essencial. Para poder conhecer bem o problema, o território e o público com os quais se quer atuar, ninguém melhor do que as pessoas que vivem e conhecem as dinâmicas do dia-a-dia de determinada localidade.

Além disso, a participação da comunidade, tanto na etapa de concepção do projeto quanto na sua implantação, aumenta as chances de uma iniciativa ter êxito e sustentabilidade.

Independentemente da maneira como o projeto será implementado, o envolvimento da comunidade é fundamental. Entretanto, para fazer com que a comunidade participe, é preciso criar mecanismos para tal (por exemplo, com reuniões comunitárias), envolvendo a diversos atores locais (como escolas, centros de saúde e associações de moradores).

Focos, beneficiários e estratégias dos projetos

A seção a seguir aponta os focos, tipos de beneficiários e estratégias dos projetos analisados para a produção deste Guia. Vale lembrar que um mesmo projeto pode ter mais de um foco, mais de um grupo de beneficiários ou ainda diferentes estratégias de atuação, tratando além disso de ser uma combinação das características aqui descritas.

É importante também lembrar que a abrangência dos projetos pode ser local (quando o projeto busca influenciar a realidade de um território específico – seja seu entorno, uma comunidade, bairro ou distrito), municipal, metropolitana, estadual, federal ou mesmo internacional. O alcance do projeto influencia a definição de seus objetivos, beneficiários e estratégias.

Enfoque dos projetos

Uma vez tomada a decisão de se envolver em um projeto de prevenção da criminalidade e da violência, é importante conhecer o enfoque do projeto. Ele vai variar de acordo com o tema no qual a empresa quer atuar. É muito importante que o tema escolhido faça sentido para a empresa e que ela possa divulgar interna e externamente o trabalho realizado. Da mesma forma, é importante que as atividades permitam a extração de conclusões e resultados, principalmente para a comunidade ou grupo beneficiado pelo projeto.

Destaque – Um projeto pode ter mais de um foco de atuação ao mesmo tempo, mas é importante saber claramente quais são esses objetivos para planejar e executar o projeto da melhor maneira possível.

O quadro a seguir apresenta alguns objetivos identificados nos projetos analisados para este Guia.

Enfoque dos projetos

- Prevenir crimes contra o patrimônio
- Prevenir crimes contra a pessoa
- Promover uma cultura de paz
- Incentivar o “empoderamento” e a cidadania
- Melhorar o espaço público
- Incentivar a geração de renda, o microcrédito e a formação de cooperativas
- Criar e apoiar observatórios de segurança
- Aprimorar os serviços de segurança pública
- Apoiar a mídia e ações de comunicação
- Prevenir a violência nas escolas

A seguir são apresentados possíveis enfoques para projetos de prevenção da criminalidade e da violência juntamente com exemplos concretos:

- **Prevenção de crimes contra o patrimônio.** Iniciativas voltadas para a prevenção de crimes contra o patrimônio (como roubo, furto e depredação de espaços públicos). Muitas vezes as empresas escolhem este enfoque porque os crimes contra a propriedade afetam seus negócios. Tanto suas instalações como seus empregados podem ser atingidos por este tipo de crime.

Exemplo

Ação na Linha, Brasil

O projeto Ação na Linha nasceu no Estado de São Paulo como uma solução para o furto de cabos de cobre, o qual gera diversos prejuízos sociais.

Os locais onde ocorrem os furtos são, em geral, ermos, degradados e pouco frequentados pela população, o que aumenta

a sensação de insegurança. Diante do problema e da percepção de que as estratégias adotadas para tentar coibir esse crime não eram eficazes, a empresa Telefônica buscou auxílio de seu braço social, a Fundação Telefônica, e da ONG Instituto Sou da Paz para o desenvolvimento da concepção do projeto a fim de elaborar uma metodologia alternativa e inovadora para lidar com este problema.

Leia mais: <http://www.soudapaz.org/acaonalinha>

- **Prevenção de crimes contra a pessoa.** Iniciativas voltadas para a prevenção da violência contra a pessoa (homicídio, estupro, lesão corporal, sequestro e tráfico de seres humanos).

Exemplo

Prevention and Assistance to Survivors of Trafficking - PAST (Prevenção e Assistência a Sobreviventes do Tráfico), alianças público-privadas para combater o tráfico de seres humanos, Índia

A Organização Internacional de Migração (OIM) impulsionou uma série de parcerias público-privadas na Índia com o envolvimento de representantes do setor privado, governo e sociedade civil.

Estas PPPs buscam elaborar conjuntamente programas de reabilitação dirigidos aos sobreviventes do tráfico de pessoas mediante o desenvolvimento de habilidades e melhores oportunidades de trabalho como medida de prevenção a esse tráfico e mecanismo de assistência direta às vítimas.

O modelo de PPP levou ao estabelecimento de várias empresas econômicas como os salões Nestlé Amul Food, lojas

de presentes, cybercafés, o café Xpress Coffee Day, oficinas de vestuário, agências de turismo e locadoras de veículos. A OIM também promoveu empresas como o Easy Shoppe Mini Supermarket e uma lavanderia automática em Goa chamada Swift Wash, patrocinada por várias empresas e pela Câmara de Comércio e Indústria de Goa. O trabalho em parceria também levou a OIM, juntamente com a Conferência Indiana da Indústria, a oferecer capacitação em higiene, venda de bebidas e alimentação no varejo.

Desde 2003, as PPPs vêm enfocando a prevenção do tráfico de seres humanos e a reabilitação de sobreviventes, oferecendo oportunidades de emprego e de empreendimento econômico durável. Esse enfoque permitiu a formação de alianças com mais de 20 empresas e 20 organizações da sociedade civil. Além disso, beneficiou 600 sobreviventes do tráfico de seres humanos.

Leia mais: www.iom.int

- **Promoção de uma cultura de paz.** Iniciativas voltadas para a promoção de uma cultura de paz, como a formação de agentes multiplicadores da cultura de paz, cursos de comunicação e atuação não violenta, entre outros.

Exemplo

Cultura de Paz, Colômbia

A Corporación VallenPaz é uma corporação privada sem fins lucrativos dedicada à construção da paz por meio do desenvolvimento humano e socioeconômico dos pequenos agricultores das regiões mais afetadas pelo conflito armado no sudoeste colombiano.

A corporação realiza o programa *Habilidades para La Convivencia en Instituciones Educativas*, que busca recuperar e restabelecer a paz nos territórios e comunidades atingidas pela violência e conflitos armados. O projeto forma crianças, jovens, pais e professores afetados pelo conflito armado colombiano em "atuação não violenta e construção da paz".

Leia mais: <http://www.vallenpaz.org/>

- **Incentivo ao “empoderamento” e à cidadania.** Projetos que buscam dar poder (por meio de oficinas, workshops, capacitações, entre outros) a seus beneficiários para que possam se fortalecer e atuar de forma cidadã na sociedade. Os projetos com estes enfoques priorizam fortalecer uma comunidade ou determinado grupo para que desenvolva maior capacidade de vencer obstáculos e não se envolva com a violência ou a criminalidade.

Projeto Remix, Canadá

Este projeto foi fundado em 2006 com o objetivo de ajudar jovens com oportunidades escassas a transformarem seu talento em fonte de renda viável, oferecendo oportunidades e afastando-os da criminalidade.

Os jovens que participam do Remix são selecionados conforme suas necessidades, talento, criatividade e dinamismo. Os realizadores do projeto ajudam a identificar os objetivos dos participantes e a elaborar um plano de atuação com duração de seis meses. Os participantes também podem contar com o apoio de um “mentor”

profissional do setor, ter acesso a práticas profissionais em empresas, receber apoio financeiro ou bolsas de estudo, e ainda contar com oportunidades para a expansão da rede profissional. Assim, o programa Remix permite que os jovens realizem seus projetos artísticos graças ao acesso a equipamentos de qualidade, como estúdios de gravação, material fotográfico e laboratórios, entre outros.

O projeto funciona graças à colaboração com uma série de atores do setor privado. Entre as contribuições deles podem estar estágios, publicidade ou apoio financeiro a jovens que queiram retomar os estudos.

Leia mais: <http://theremixproject.ca/site/>

- **Melhora do espaço público.** Iniciativas que buscam recuperar e gerar uma maior apropriação do espaço público pela sociedade. A condição física e de ocupação dos espaços públicos tem enorme influência na violência situacional e na sensação de segurança.

Plan Maestro de Alumbrado Público (Plano Diretor de Iluminação Pública), Chile

O projeto *Plan Maestro de Alumbrado Público* foi implementado em 2006 pela Chilectra, empresa de distribuição de energia elétrica chilena. Segundo esse plano, a companhia se posiciona não só como distribuidora de energia, mas também como uma prestadora diferenciada de serviços, preocupando-se com questões de interesse público, como

a segurança, a eficiência, a tecnologia e o desenho do espaço público, com a recuperação de espaços para a comunidade.

Portanto, parte desse projeto tem por objetivo recuperar o espaço urbano por meio da intervenção em seu desenho arquitetônico, visando maior segurança para os moradores da localidade escolhida. Para tanto, em 2006 toda a iluminação pública com mais de sete anos foi substituída, segundo a metodologia *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED), na comunidade de Lo Prado, em Santiago do Chile.

Leia mais: http://206.49.219.106/medios/municipios/Present_V_Semin/02_ClaudioInzunza_Chilectra.pdf

- **Incentivo à geração de renda, microcrédito e formação de cooperativas.** São iniciativas que oferecem oportunidades por meio da geração de renda e projetos de microcrédito, ou que promovem a formação de cooperativas. O desenvolvimento econômico é uma dimensão importante quando se aborda a prevenção da violência. Promover alternativas para a autonomia econômica, especialmente de jovens, amplia as perspectivas de inserção social..

Exemplo

Projeto Doncel, Argentina

O Doncel é um projeto de inclusão social e de garantia de direitos dirigido a jovens de 17 a 21 anos que vivem em instituições na Argentina. O projeto busca aumentar as oportunidades de integração social e profissional de jovens por meio da promoção de estratégias conjuntas e do desenvolvimento

de ações concretas de responsabilidade social dos setores público e privado argentinos.

O programa se desenvolve por meio de uma rede em que são oferecidas oportunidades de trabalho e capacitação profissional com vistas ao momento em que os jovens sairão da instituição onde moram.

Leia mais: <http://www.amartya-ar.net/proyectos.htm>

- **Estabelecimento/apoio a observatórios de segurança.** Iniciativas que procuram compilar e analisar dados relativos à segurança pública. Ações eficazes na área de segurança pública pressupõem um bom diagnóstico da situação que se pretende reverter. Portanto, investimentos em projetos que geram dados e possibilitam desenhar diagnósticos e monitorar programas que estão sendo implementados para medir a eficácia são essenciais para a prevenção da violência.

Exemplo

Observatorio de Seguridad (Observatório de Segurança), Colômbia

O Observatório de Segurança é uma iniciativa da Câmara de Comércio de Bogotá que analisa as condições de segurança na cidade de Bogotá e na região de Cundinamarca, com o objetivo de propor e apoiar as ações das autoridades na redução e prevenção da criminalidade e, ainda, manter informados os empresários, as organizações públicas e privadas e os interessados em geral. Para tanto, são analisadas variáveis objetivas

(estatísticas de delitos de maior impacto) e subjetivas (por meio de pesquisas de percepção e vitimização) relacionadas à segurança em Bogotá e sua região.

A publicação periódica do Observatório inclui artigos especializados sobre temas relacionados à segurança e identifica boas práticas nos contextos nacional e internacional. Configura-se, portanto, como ferramenta que contribui para o desenho de políticas públicas e de estratégias de redução e prevenção dos delitos em Bogotá e sua região.

Leia mais: <http://camara.ccb.org.co/contenido/contenido.aspx?catID=126&conID=6574>

- **Aprimoramento dos serviços de segurança pública.** Iniciativas que buscam melhorar os serviços de segurança pública em geral, tais como criação/modernização de métodos de identificação de suspeitos de crimes, criação de laboratórios de análise de DNA ou de compartilhamento de provas, geração de bancos de dados compartilhados entre forças de segurança, melhoria das condições de trabalho da polícia e melhoria dos serviços das forças de segurança, entre outros. As forças de segurança e as corporações de polícia são essenciais para a segurança pública. Portanto, investir para que elas melhorem sua atuação é uma maneira eficaz de colaborar para a prevenção da violência.

Exemplo

***Business Against Crime* (Empresas Contra o Crime), África do Sul**

Em 1996 foi criada a *Business Against Crime South Africa* (BAC), organização profissional formada por líderes empresariais. Essa instituição trabalha com a polícia em âmbito

nacional e local para aprimorar a eficiência e a eficácia da resposta policial a determinados tipos de crimes, aperfeiçoar o serviço das delegacias de polícia e o atendimento às vítimas de crimes, utilizar de forma mais eficaz os recursos tecnológicos nas investigações e implantar programas de prevenção de violência nas escolas.

Leia mais: <http://www.bac.org.za/>

- **Suporte à mídia e ações de comunicação.** Iniciativas que procuram aprimorar a capacidade da mídia para lidar com temas de violência e segurança pública ou que buscam, por meio de estratégias de comunicação, conscientizar e influir positivamente sobre os comportamentos violentos.

Exemplo

***Todos contra la Violencia* (Todos contra a Violência), El Salvador**

Em 2005, a Prensa Gráfica, uma das maiores empresas de mídia de El Salvador, publicou o *Manual para el tratamiento informativo de la violencia* depois de um importante processo de reflexão e consulta sobre como o tema vinha sendo tratado pela mídia.

Após sua publicação, o manual já começou a ser aplicado em todas as sessões do jornal. Em maio de 2005, a Prensa Gráfica lançou uma edição com 188 páginas, em preto e branco, para marcar a mudança na forma de abordar as notícias e o tema da violência, enfatizando a necessidade de não utilizar imagens ou linguagens violentas, respeitar todas as pessoas e não estigmatizar vítimas ou agressores.

Leia mais: <http://www.laprensagrafica.com/el-salvador/social/35739--todos-contra-la-violencia.html>

- **Prevenção da violência nas escolas.** Iniciativas que tenham por enfoque prevenir a violência nas escolas e em seu entorno.

Exemplo

Fairness Brings More (A Justiça Traz Mais), mediação escolar em Oldenburg, Alemanha

Este projeto tem como proposta a capacitação de professores para o exercício da mediação escolar e de estudantes para a mediação entre colegas, estabelecendo assim uma cultura ativa de gestão de

conflitos por meio da mediação. A iniciativa é composta de três pilares: capacitação de professores, capacitação de alunos e elaboração de um programa de apoio a escolas para o uso da mediação.

Este projeto é baseado em parcerias público-privadas com empresas e comerciantes locais que patrocinam a capacitação dos mediadores escolares.

Leia mais: <http://www.praeventionsrat-oldenburg.de>

Beneficiários dos projetos

As iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência apoiadas pelo setor privado podem ter diferentes públicos beneficiários, como crianças, jovens, policiais e outros. Também nesse caso, é possível encontrar mais de um público em um mesmo projeto.

Beneficiários dos projetos

- Crianças
- Comunidades locais
- Polícia
- Jovens em situação de risco
- Adolescentes e jovens em conflito com a lei
- Egressos do sistema prisional

Guia para Ação

Definir o público com o qual se quer trabalhar é outro passo importante para o desenvolvimento de tais ações. Os públicos descritos a seguir são prioritários em se tratando de projetos de prevenção da violência, pois ou são os mais vulneráveis à violência, ou atuam diretamente com a segurança cidadã.

- **Crianças.** Exemplos de iniciativas voltadas para este público-alvo são os programas que podem envolver toda a comunidade ou as escolas, mas que possuem foco central no bem-estar das crianças. Eles podem ser realizados nas escolas, em horário escolar e depois das aulas, ou pela visitação particular das casas das crianças, com oficinas que abordam violência familiar e a mitigação de conflitos.

Exemplo

National Crime Prevention Council
(Conselho Nacional de Prevenção do Crime), Estados Unidos.

O Conselho Nacional de Prevenção do Crime (*National Crime Prevention Council*) é uma das mais antigas e maiores agências de cooperação para a prevenção da criminalidade nos Estados Unidos. Corporações e empresas parceiras apoiam projetos e o desenvolvimento de programas estratégicos e inovadores.

Uma de suas principais metas, entre 2001 e 2010, foi desenvolver e promover programas para habilitar famílias e comunidades a criarem ambientes saudáveis e seguros para crianças, envolvendo os jovens nesse processo e incentivando-os a criarem lares, escolas e comunidades seguras por meio de esforços de prevenção da criminalidade, da violência e do abuso de drogas. O objetivo foi a mobilização de diferentes públicos para o desenvolvimento de ações de prevenção da violência. Os adultos também eram incluídos nos programas, desenvolvendo habilidades de prevenção da criminalidade e da violência.

Leia mais: <http://www.ncpc.org/>

- **Comunidades locais.** O projeto busca beneficiar toda a comunidade do local onde acontece.

Exemplo

Residents In Safer Environments - RISE
(Residentes em Ambientes mais Seguros), projeto do município de Fairfield, Austrália

Na década de 1990, o município de Fairfield implementou o projeto Residentes em Ambientes Mais Seguros, o qual tinha como objetivo tanto o desenvolvimento comunitário quanto o aprimoramento das instalações.

A companhia de seguros de automóveis National Roads and Motorists Association (NRMA) manifestou interesse em apoiar a prevenção em Fairfield, especialmente em função de seu conhecimento no que tange a questões de roubos de carros e casas.

O projeto RISE foi criado pela NRMA e pelo município de Fairfield como um subcomponente de um programa de desenvolvimento social mais amplo que estava sendo implementado. Assim, o desenvolvimento comunitário seria a maneira de enfrentar as condições relacionadas ao crime no setor. A NRMA se comprometeu a financiar por três anos as atividades priorizadas pelos residentes por meio de processos de desenvolvimento comunitário. Foram executados dois tipos de projetos de RSE. Um primeiro grupo de projetos consistiu em responder às necessidades dos jovens e crianças (acompanhamento psicossocial e comunitário, além de programas recreativos e auxílio para a busca de emprego). O segundo consistiu em criar recursos e redes solidárias na comunidade como um todo. Foram criadas redes de mulheres, de artesanato, de aulas de idiomas, entre outras.

Leia mais: <http://www.fairfieldcity.nsw.gov.au/>

- **Polícia.** Projetos cujos públicos-alvo sejam os policiais ou as forças de segurança pública.

Exemplo

Papo de Resposta, Brasil

Fruto de um entendimento entre a polícia civil do Rio de Janeiro e o Grupo Cultural AfroReggae, o projeto Papo de Resposta busca fomentar o diálogo entre policiais e

a população das comunidades onde atuam, especialmente os jovens. Dessa forma, os policiais têm a oportunidade de ouvir as comunidades locais e desconstruir este-reótipos, enquanto as comunidades têm a chance de conhecer os policiais, o trabalho que desenvolvem, seus riscos e dificuldades.

Leia mais: www.afroreggae.org/

- **Jovens em situação de risco.** Iniciativas cujos beneficiários são jovens em situação de risco e vulnerabilidade social que ainda não tenham se envolvido com problemas mais sérios de criminalidade e violência.

Exemplo

Sistema de Formación de Animadores Juveniles Comunitarios (Sistema de Formación de Animadores Juvenis Comunitários), Argentina

O projeto fortalece os jovens que têm menos oportunidades, bem como seus grupos e organizações juvenis, com as habilidades necessárias para se desenvolverem como “animadores

comunitários”. Busca-se promover um maior compromisso social e político dos participantes, capacitando-os a liderarem atividades de desenvolvimento sociocultural em suas comunidades.

O programa é executado pela Fundação SES, com financiamento da Fundação Avina e do Ministério do Desenvolvimento Humano da Província de Buenos Aires e apoio de organizações públicas e privadas.

Leia mais: www.fundses.org.ar/pformaciondeanimadores.html

- **Adolescentes e jovens em conflito com a lei.** Iniciativas cujos beneficiários são adolescentes e jovens em conflito com a lei e que já tenham passado pelo sistema de justiça criminal ou que de alguma maneira estejam envolvidos com atividades criminosas, como, por exemplo, a participação em gangues ou quadrilhas.

Comunidad en Libertad Asistida
(Comunidade em Liberdade Assistida),
México

O projeto, gerenciado pela Fundação Reintegra com financiamento do setor privado e de outros parceiros, integra a intervenção familiar, educativa e social para prevenir a reincidência, apoiando jovens em conflito com a lei.

Para tanto, o *Programa Educativo con Adolescentes* oferece ensino para adultos (INEA), oficina de computação, oficinas de desenvolvimento humano, preparação física, teatro, oficina de produção audiovisual, atividades comunitárias e psicoterapia individual e grupal. O programa familiar oferece ensino para adultos (INEA), oficinas de desenvolvimento humano, atividades comunitárias e psicoterapia individual e familiar.

Leia mais: <http://www.reintegra.org.mx/>

- **Egressos do sistema prisional.** Projetos que tenham adultos egressos do sistema prisional como beneficiários.

Exemplo

Projeto Regresso, Brasil

O projeto pretende incentivar a criação de postos de trabalho em empresas para egressos do sistema prisional, bem como sua qualificação por meio de cursos educacionais e profissionais por parte de instituições parceiras, como os órgãos do sistema FIEMG (Sesi e Senai). No primeiro caso, as empresas podem oferecer pelo menos uma vaga e, no máximo, 5% de sua força de trabalho para egressos, recebendo do Poder

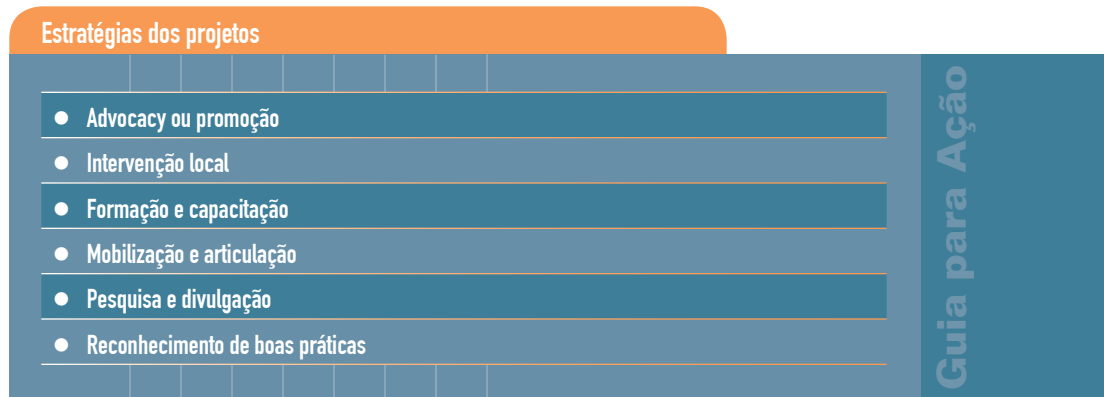
Executivo estadual, como contrapartida, uma subvenção econômica trimestral de dois salários mínimos, durante dois anos, por empregado contratado.

A seleção do egresso é realizada pelas próprias empresas, e as regras que regerem seu trabalho são as mesmas aplicadas aos outros funcionários – inclusive podendo o egresso ser demitido se não tiver um desempenho compatível com as expectativas da empresa.

Leia mais: <http://minaspelapaz.org.br/projetos.php?id=1>

Estratégias dos projetos

O gráfico a seguir apresenta uma breve descrição de projetos de prevenção da violência e da criminalidade com participação do setor privado.



Os projetos de prevenção da criminalidade e violência devem adotar estratégias de atuação para que sejam alcançados os objetivos e resultados previstos. Assim, escolher uma estratégia faz parte do processo de construção de um projeto. Cada projeto pode ter uma ou mais estratégias.

Existe uma série de estratégias possíveis para os projetos. A seguir, apresentamos algumas das estratégias identificadas nos projetos analisados para a elaboração deste Guia. Informações detalhadas sobre cada um deles podem ser encontradas no Capítulo IV.

- **Advocacy ou promoção.** O projeto tem por objetivo pressionar o setor público pela elaboração de políticas públicas ou pela alocação de recursos voltados para projetos de prevenção da violência, bem como dar instrumentos para que a sociedade civil possa demandar tais políticas.

Exemplo

Organização *Crime Concern* (Preocupação com o Crime), vários projetos, Reino Unido

A organização *Crime Concern* foi criada em 1988 para ajudar o Ministério do Interior (*Home Office*), a polícia e as autoridades locais a reduzirem o crime e criarem comunidades mais seguras. A *Crime Concern* se caracteriza por trabalhar em colaboração sistemática e em diferentes níveis com o setor privado e a comunidade, como uma maneira inovadora de enfrentar a criminalidade e a insegurança e de educar os parceiros e a comunidade sobre a prevenção da criminalidade e da violência.

Em um período de 20 anos, a *Crime Concern* cresceu e ganhou influência, tornando-se a líder de importantes iniciativas como *Neighbourhood Watch*, programas *Safer Cities*, programas de apoio a vítimas e de inclusão juvenil e a iniciativa *Crime and Disorder Act* de 1998. Em cada uma destas iniciativas houve uma colaboração sistemática com atores do setor privado.

Em nível nacional, a *Crime Concern* trabalhou com uma série de órgãos estaduais para fortalecer mais de 150 “mesas de prevenção do crime”, das quais também participou sistematicamente o setor privado.

Leia mais: <http://www.catch-22.org.uk/Crime-Concern>

- **Intervenção local.** O projeto realiza uma intervenção em um território específico, buscando promover o desenvolvimento de uma comunidade afetada pela violência, ou então reduzir os elementos que a tornam mais vulneráveis.

Exemplo

Ação Comunitária Chácara Santo Antônio, Brasil

O projeto é uma iniciativa idealizada por um grupo de empresas do bairro paulistano Chácara Santo Antônio que perceberam que a melhor forma para enfrentar a criminalidade que assolava a região era a atuação conjunta. A Câmara de Comércio Americana (Amcham) coordenou os processos de elaboração e implementação do projeto, integrando as informações de segurança das empresas, escolas, associações comunitárias e comércio da região com a segurança privada das ruas e a segurança pública desenvolvida pelas Polícias Militar e Civil.

O projeto criou uma equipe de vigilância privada ostensiva, uniformizada, bem equipada e treinada, que colabora com os porteiros e vigilantes das empresas e condomínios locais, reportando-se à Polícia Militar, que também se comprometeu a destacar policiais para o patrulhamento ostensivo da área. Por outro lado, foi criada uma coordenação executiva que organiza as informações coletadas, as dissemina entre as forças policiais e as empresas e supervisiona a evolução da segurança na região. Os custos do projeto são cobertos pelas empresas participantes.

Leia mais: <http://www.chacarasantoantonio.org.br>

- **Formação e capacitação.** O projeto forma e capacita atores prioritários para a prevenção da violência, como policiais, jovens e egressos do sistema prisional. As formações e capacitações abrangem diversas áreas, como educação, cultura e esporte, e não apenas aquelas voltadas para a colocação no mercado de trabalho.

Exemplo

Puente Belice, Guatemala

Pelo projeto *Puente Belice*, a empresa têxtil Koramsa oferece vagas de trabalho para jovens moradores de regiões com altos índices de violência. Para isso, os jovens selecionados devem comprovar responsabilidade, interesse em melhorar suas condições de vida e matrícula em uma escola local. Por um lado, isso impede que jovens

integrantes de gangues participem do projeto por não cumprirem com os requisitos. Por outro, os familiares podem ser recrutados se satisfizerem essas exigências — algo que já ocorreu.

Assim, o projeto oferece uma perspectiva de inserção no mercado de trabalho para os jovens, como alternativa à criminalidade, além de valorizar a educação, a responsabilidade e o compromisso dos jovens.

Leia mais: <http://puentebelice.org/>

- **Mobilização e articulação.** O projeto busca mobilizar os mais diversos atores (setor público, outras empresas, sociedade civil e veículos de comunicação) para ações específicas voltadas para a prevenção da violência.

Exemplo

Observatorio de Seguridad, Convivencia y Cultura Ciudadana (Observatório de Segurança, Convivência e Cultura Cidadã), Colômbia

O Observatório de Segurança, Convivência e Cultura Cidadã é um espaço permanente de encontro entre atores públicos e privados que atuam em rede para discutir, pesquisar e propor linhas de atuação diante de eventos ou fenômenos sociais que afetam a segurança e a convivência cidadã.

Um sistema de informação estatística de homicídios, acidentes de trânsito, violência familiar e crimes contra o patrimônio foi consolidado em Palmira. O Observatório, portanto, é um sistema de vigilância que utiliza informações georreferenciadas de baixo custo, sendo monitorado institucionalmente como um instrumento para definição de estratégias de intervenção em nível municipal por parte das autoridades locais de governo, justiça e saúde, encabeçadas pelo prefeito municipal de Palmira.

Leia mais: www.osccc.org

- **Pesquisa e divulgação.** O projeto é focado na produção de pesquisas e divulgação de dados em geral sobre assuntos diretamente relacionados com a prevenção da violência.

Exemplo

Disque-Denúncia, Brasil

O projeto pretende prover um serviço em tempo integral, pelo qual os cidadãos podem prestar informações anônimas e também acompanhar seu desenrolar. Há projetos similares em diversos estados do Brasil: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará,

Pernambuco e São Paulo. O modelo do Disque-Denúncia pode variar principalmente em termos de gratuidade da ligação, abrangência geográfica, pagamento de recompensas por informações relevantes e formas de mensuração de impactos e de resultados. O setor privado participa financiando as organizações da sociedade civil responsáveis pelo serviço.

Leia mais: www.disquedenuncia.org.br
<http://www.ispcv.org.br/proj/dd/index.php>
<http://www.mg.gov.br/governomg/ecp/comunidade.do?app=governomg&pg=5140&chPlc=29013&tax=5616&idServ=29013>

- **Reconhecimento de boas práticas.** O projeto reconhece boas práticas de prevenção da violência, seguindo a lógica empresarial de reconhecimento de boas iniciativas para estimular sua adoção e replicabilidade, além de aumentar a autoestima dos profissionais envolvidos.

Exemplo

Prêmio Polícia Cidadã, Brasil

O projeto é desenvolvido pelo Instituto Sou da Paz, em São Paulo, e busca identificar e premiar boas práticas policiais, incentivando e fortalecendo o bom trabalho policial. O prêmio cria critérios para identificar uma boa

atuação. Tanto as ações premiadas como sua disseminação dentro da corporação policial acabam por influenciar a atuação dos policiais. O prêmio é viabilizado com o apoio de diferentes entidades empresariais, pessoas físicas e pessoas jurídicas que procuram desenvolver outra maneira de apoiar e incentivar o bom trabalho policial.

Leia mais: <http://www.soudapaz.org/premiopoliciaciada>

Decidindo onde e como se envolver: dicas práticas

Esta seção apresenta diretrizes para orientar as empresas no que tange a escolher como se envolver em projetos de prevenção da criminalidade e da violência. Na primeira parte, são apresentadas diretrizes para que a empresa identifique seu perfil e vocação, além da maneira de abordar as problemáticas relacionadas à falta de segurança. A segunda parte aborda alguns aspectos importantes que as empresas precisam considerar no momento de escolher projetos e iniciativas em que pretendem se envolver. Na terceira parte, são apresentadas dicas e recomendações para as empresas.

Como escolher um projeto para apoiar?

É importante que a empresa identifique claramente sua vocação e seu perfil, para que esses sejam considerados na escolha do projeto de prevenção da criminalidade e da violência que ela apoiará. A seguir são apresentados alguns aspectos que a empresa pode levar em conta ao definir as ações que promoverá ou apoiará.

O que a empresa faz?

O ramo de atuação da empresa já pode ajudar a indicar o tipo de projeto que tem maior consonância com seus interesses. Por exemplo, uma editora que elabora livros didáticos para a educação básica pode ter mais interesse em financiar projetos de prevenção da violência que tenham como alvo o público infante-juvenil e de prevenção da violência escolar. Uma empresa de cosméticos para mulheres, por sua vez, pode estar mais preocupada em promover ações de prevenção da violência doméstica ou de gênero. Assim, a área de atividade da empresa pode orientar suas ações de prevenção da violência.

A empresa sofre com algum tipo específico de crime ou violência?

Se a empresa é vítima recorrente de algum tipo de crime ou violência, provavelmente buscará formas de preveni-lo. Esse pode ser o caminho para o desenvolvimento de um projeto mais amplo de prevenção. Por exemplo: uma transportadora que seja vítima constante de assaltos nas estradas pode se interessar por apoiar projetos que contribuam para a prevenção do roubo de cargas, em parcerias com empresas similares que sofram o mesmo tipo de problema.

Quais são os valores que pautam a atuação da empresa?

Os valores também podem indicar o tipo de projeto e de envolvimento das empresas. Se a empresa estimula processos de participação internos, pode ter interesse em desenvolver um projeto de participação comunitária no tema da prevenção da violência. Outro exemplo são as empresas preocupadas com a excelência que normalmente desenvolvem indicadores de qualidade do serviço prestado e de mensuração da satisfação dos clientes. Como já dispõem de mecanismos para esse tipo de trabalho, elas

podem dividir esse conhecimento gerencial e estratégico ao apoiarem projetos de prevenção executados por terceiros, aumentando, assim, o potencial de seus impactos e resultados.

Qual é o porte da empresa?

O tamanho da empresa, além de determinar sua capacidade de atuação, pode dar dicas importantes sobre o alcance dos projetos a serem apoiados. Uma padaria ou uma loja podem, por exemplo, se interessar por atuar no âmbito de conselhos locais de segurança cidadã, ou então apoiar ações comunitárias de prevenção. Por outro lado, uma empresa multinacional pode se interessar por projetos de abrangência mundial – apoiando, por exemplo, causas globais como o tema do controle do comércio de armas ou o tráfico de pessoas.

O quanto a empresa está disposta a se envolver?

O volume de recursos (dinheiro, tempo, bens, serviços, trabalho) é um aspecto central na escolha dos projetos de prevenção da criminalidade e da violência que vão ser promovidos ou apoiados, influenciando diretamente o tipo de envolvimento e o grau de expectativas da empresa com relação aos projetos. Se os funcionários da empresa não tiverem tempo para participar ativamente, o tipo de envolvimento da empresa poderá ser indireto – havendo somente a doação de dinheiro para organizações confiáveis executarem os projetos. Se a empresa deseja desenvolver um projeto próprio, é importante planejá-lo e garantir recursos para seu funcionamento. Se a empresa simplesmente apoiar um projeto, mas tiver mais dinheiro para ser investido e puder se comprometer a fazê-lo por mais tempo, poderá, por exemplo, ter maiores expectativas com relação ao alcance e resultados do projeto, bem como quanto ao grau de profissionalização de seus executores. Por outro lado, se os recursos forem limitados e a participação for pontual, por exemplo, com a doação esporádica de bens ou serviços, a empresa deverá ter menos expectativas em seu envolvimento.

Todos esses aspectos relacionados à vocação e ao perfil da empresa encontram-se sintetizados no quadro a seguir.

Conselhos e recomendações para empresas que desejem desenvolver ou apoiar projetos de prevenção da criminalidade e da violência

A seguir, são apresentados os pontos centrais que devem ser considerados na escolha do tipo de projeto que a empresa apoiará.

Como a empresa quer se envolver?

Como apontado anteriormente, ao decidir se envolver em um projeto de prevenção da criminalidade e da violência, a empresa pode doar recursos (envolvimento indireto), envolver-se mais ativamente nos projetos (envolvimento direto) ou combinar ambas as opções (envolvimento misto). A seguir são abordadas as possibilidades de envolvimento, bem como os prós e contras de cada situação.

Se a empresa quer **doar recursos, serviços ou bens para projetos de prevenção da criminalidade e da violência e não deseja se envolver mais diretamente com o tema:**



PRÓS

- Muitas vezes os recursos que vêm das empresas são essenciais para a implementação de projetos. Isso é especialmente válido para os projetos executados por organizações comunitárias ou da sociedade civil.
- Ao atrelar a doação de recursos ao cumprimento de certos requisitos (estabelecimento de metas, acompanhamento periódico dos resultados etc.), a empresa pode contribuir para promover uma maior profissionalização dos projetos.



CONTRAS

- O repasse de recursos pode levar a uma percepção de que toda a colaboração já foi feita, deixando de considerar outras contribuições importantes e necessárias. Se a empresa não participar do projeto, não o disseminar entre os próprios funcionários e não investir nele parte significativa de seu potencial, por exemplo, poderá acabar reduzindo o potencial de alguns projetos.
- A interrupção brusca do investimento privado pode levar à descontinuidade dos projetos. Por isso, é importante que a empresa preveja quantos recursos pode doar e por quanto tempo pode se comprometer com a doação, além de comunicar o plano à instituição executora do projeto. Além disso, é fundamental cumprir com os compromissos.



IMPORTANTE

- Ao optar pela doação de recursos para os projetos, é importante que a empresa tenha clareza do quanto poderá doar e por quanto tempo.

Se a empresa quer **desenvolver seus próprios projetos de prevenção da violência e da criminalidade:**



PRÓS

- A empresa terá total controle sobre o projeto e todas as suas etapas e poderá imprimir seus padrões, visões e qualidade ao projeto.
- Como a empresa é a responsável pelo projeto, costuma ter maior interesse em seu êxito e obtenção de resultados.



CONTRAS

- Há o risco de se duplicar o que já existe, gerando uma competição desnecessária e perdendo a oportunidade de unir esforços. Portanto, o desenvolvimento de projetos pela própria empresa deve somente acontecer quando de fato não há projetos qualificados já dedicados à questão. Por isso, é importante que a empresa conheça o que já está sendo feito em sua área de interesse.
- A empresa pode não ter profissionais capacitados ou a *expertise* específica para desenvolver projetos de prevenção. Assim, a criação de um projeto próprio pode significar a contratação de mais funcionários ou uma nova organização das atividades dos funcionários atuais. Cada projeto precisa ser devidamente planejado, ou haverá o risco de que a empresa desenvolva um projeto ineficiente e que não alcançará os resultados esperados nem garantirá a continuidade da iniciativa.



IMPORTANTE

- Antes de decidir desenvolver projetos próprios, a empresa deve tomar conhecimento das iniciativas já existentes em sua área de interesse. Dessa maneira, poderá talvez identificar seu valor agregado no âmbito de um novo projeto de prevenção da criminalidade e da violência.
- Se a empresa se decidir pelo desenvolvimento de projetos próprios, será importante envolver outros atores pertinentes (órgãos públicos, outras empresas, ONGs, associações comunitárias e universidades), buscando, assim, gerar uma maior apropriação do projeto por parte de outros atores da comunidade, além de ganhos de escala e maior sustentabilidade.

Se a empresa quer se envolver com a prevenção da violência e da criminalidade, **oferecendo vagas de emprego ou cursos profissionalizantes a egressos do sistema prisional, seus familiares ou pessoas em situação de risco:**



PRÓS

- O setor privado tem mais flexibilidade para gerar e alocar empregos do que o Estado. Assim, as empresas podem se envolver com a prevenção ao oferecerem algumas vagas para públicos prioritários, como jovens, adolescentes em conflito com a lei, egressos do sistema prisional e seus familiares. Alguns países têm leis relacionadas ao primeiro emprego ou a estágios. Há países que oferecem isenções ou incentivos fiscais para a contratação de pessoas em situação de vulnerabilidade.



CONTRAS

- Os funcionários da empresa podem apresentar resistência a essa prática, devido a preconceitos contra esses públicos.



IMPORTANTE

- É importante que se faça um esforço de conscientização entre todos os funcionários da empresa para que os novos contratados não sofram discriminação no local de trabalho.

Se a empresa quer se envolver com a prevenção da violência e da criminalidade, **participando das reuniões na comunidade do entorno:**



PRÓS

- O envolvimento nos ambientes comunitários gera maior integração entre empresa e comunidade local.
- A empresa pode contribuir com propostas inovadoras e recursos importantes para os problemas de criminalidade e violência enfrentados localmente.



CONTRAS

- Podem ser criadas expectativas nas comunidades com relação à assiduidade da empresa nas reuniões comunitárias. Em alguns casos, se a empresa só puder participar esporadicamente, podem ser frustradas as expectativas, por parte da comunidade, de uma maior interação com a empresa.



IMPORTANTE

- É importante que a empresa procure saber se no bairro existem organizações religiosas, conselhos comunitários de segurança ou associações de moradores que se reúnem para discutir questões relacionadas à segurança local.
- A empresa não deve querer participar das reuniões comunitárias apenas com o fim de solucionar seus problemas específicos de segurança. O envolvimento deve ser mais amplo e levar em conta a comunidade como um todo, com a multiplicidade de questões de criminalidade e violência que ela tenha.

Se a empresa quer se envolver na prevenção da violência e da criminalidade, **participando de conselhos locais de segurança ou espaços de discussão de políticas públicas:**



PRÓS

- A empresa pode fazer contribuições importantes para as políticas públicas e seu fortalecimento.
- Se a empresa estiver atenta às políticas públicas, ela fomentará um maior controle dessas políticas por parte da sociedade.



CONTRAS

- Há o risco de a empresa só participar das reuniões ocasionalmente, o que impossibilita que se criem, de fato, um maior controle social e uma cultura de envolvimento de outros setores com políticas públicas.



IMPORTANTE

- É importante que a empresa se faça presente nas discussões que ocorrem no parlamento, nas comissões e nos conselhos ou comitês gestores de fundos de segurança pública, além de em outros espaços voltados para a prevenção da violência. A empresa deve ampliar a visão e trabalhar pela segurança do local como um todo, evitando referir-se exclusivamente aos próprios problemas.

Se a empresa deseja envolver-se na prevenção da criminalidade e da violência, **promovendo o voluntariado empresarial:**



PRÓS

- Os funcionários da empresa podem oferecer conhecimentos valiosos para os projetos em que estão envolvidos.
- A participação de funcionários da empresa em projetos de prevenção da criminalidade e da violência, mesmo que pontual, gera maior conhecimento e conscientização sobre o tema.



CONTRAS

- Há o risco de que o voluntariado acabe por ser visto como um compromisso flexível, e os funcionários da empresa podem acabar abandonando o projeto ou participando de maneira esporádica sem nenhum compromisso real.



IMPORTANTE

- Para a promoção do voluntariado empresarial, é importante conhecer os projetos existentes relacionados à prevenção da criminalidade e da violência, saber do que eles precisam e difundir-los junto aos seus funcionários. Por outro lado, é necessário esclarecer onde e como os voluntários poderão se comprometer a ajudar, para não gerar expectativas irreais e conseqüentes frustrações.
- A empresa poderá estimular o voluntariado de forma ainda mais contundente se criar atividades específicas para os funcionários e suas famílias. Essas atividades podem ser realizadas durante a jornada de trabalho, o que faz com que a empresa, além de estimular o voluntariado, doe parte de seu tempo aos projetos.

Quem vai executar o projeto?

Quando a empresa não pretende implementar diretamente um projeto de prevenção da violência e da criminalidade, ou seja, quando busca doar recursos a um projeto existente, ou quando a empresa quer desenvolver um projeto em associação com outras instituições que já tenham ou não experiência no tema, ela deve buscar parceiros.

As instituições que executam projetos relacionados à prevenção da criminalidade e da violência são, normalmente, provenientes dos setores público e privado ou da sociedade civil. Órgãos públicos e organizações da sociedade civil como associações comunitárias são algumas das principais entidades que devem articular seu trabalho para a realização de iniciativas de prevenção. Entretanto, cada caso tem especificidades que podem ser consideradas positivas ou negativas (prós e contras). Portanto, é importante que as empresas conheçam esses pontos antes de decidirem que instituições vão apoiar. Os quadros a seguir permitem visualizar os elementos que devem ser levados em conta pelas empresas que desejam se associar a outras instituições para a execução de projetos de prevenção da violência e da criminalidade.

Setor público



Possibilidades de parceria

- Órgãos de segurança pública, órgãos do sistema judicial, conselhos/fundos locais de segurança pública ou outros órgãos públicos. A associação pode ser feita por meio de doação de recursos, desenvolvimento de projetos conjuntos, contribuições específicas etc.



Como abordar os parceiros?

- Tentando conhecer o papel e as ações de cada instituição pública que atua com a prevenção da criminalidade e da violência.
- Ao identificar um parceiro público com o qual queira se associar, contate-o para saber qual tipo de parceria e de participação da empresa será mais apropriada para o projeto.
- Com relação a parceiros do setor público, a cooperação pode exigir trâmites jurídicos específicos relacionados a contratos ou outras burocracias. É importante conhecer esses trâmites ao propor a parceria.



PRÓS

- O setor público é o maior responsável pelo provimento de serviços de segurança pública. Por isso, associar-se a ele é importante para fortalecê-lo, contribuir para sua profissionalização e garantir a continuidade de seus projetos.



CONTRAS

- Casos de corrupção, ineficiência, letalidade policial e impunidade podem gerar falta de confiança no setor público.
- Em muitos casos, a tomada de decisões e o início da implementação dos projetos no setor público são demorados, o que pode desestimular o envolvimento de empresas. Isso ocorre em decorrência dos processos de licitação pública e da burocracia em geral.
- Muitas vezes, as políticas públicas não têm continuidade garantida e podem ser interrompidas por ocasião de mudanças de comando ou de governo.



IMPORTANTE

- O setor privado pode promover a adoção e o fortalecimento de políticas públicas de longo prazo, bem como sua apropriação pelos mais diversos atores sociais, de forma a contribuir para sua continuidade a despeito de mudanças de gestores ou governos.
- O setor privado pode contribuir com esforços de avaliação e monitoramento das políticas públicas, de prevenção da corrupção e de estabelecimento de incentivos para implementação, por parte do setor público, de atividades e produtos eficazes.
- As parcerias com o setor público costumam demandar abordagem e compromisso de longo prazo por parte da empresa, mas também têm a possibilidade de gerar resultados mais significativos e alcançar mais beneficiários.

Setor privado



Possibilidades de parceria

- Federações de indústrias, associações esportivas, câmaras de comércio, empresas que atuam no mesmo território, entre outras.
- A parceria pode ser realizada por meio do envolvimento em um projeto já existente ou pelo desenvolvimento de um projeto conjunto.



Como abordar os parceiros?

- Buscando conhecer as iniciativas apoiadas por outras empresas ou conjunto de empresas no âmbito da prevenção da criminalidade e da violência com as quais a empresa se identifique e tenha vontade de se associar. Nessas iniciativas, identifique quais são as deficiências ou que tipo de contribuição a empresa pode oferecer para aprimorar os projetos.
- Procure conhecer e envolver as empresas que também possam se interessar pelo tipo de projeto escolhido.



PRÓS

- O setor privado tende a ter maior rapidez na tomada de decisão e implementação dos projetos.
- O setor privado pode oferecer um aporte de conhecimentos gerenciais relevantes para os projetos. Os conhecimentos que são utilizados na gestão da empresa podem ajudar a estabelecer o objetivo central, as estratégias, as metas e os indicadores dos projetos de prevenção.
- Não existe o risco de que os projetos sejam abandonados por falta de recursos, já que interessa ao setor privado que um projeto com seu nome seja realizado com êxito.



CONTRAS

- Às vezes, o setor privado tende a trabalhar de maneira isolada em vez de somar esforços com outras instituições. Por isso é, importante que sempre sejam incentivadas e criadas parcerias intersetoriais e intrassetoriais em projetos de prevenção da violência.
- É possível que o setor privado deseje se envolver somente em projetos que possam gerar resultados em curto prazo ou que se relacionem a seus problemas de segurança específicos. Ou seja, sua capacidade de atuação e de alcance pode ser muito limitada e direcionada.



IMPORTANTE

- Para que o projeto seja bem concebido, tenha uma boa execução e alcance os objetivos propostos, é muito importante avaliar quais instituições envolvidas em esforços de prevenção condizem com os interesses da empresa e como o trabalho conjunto vai ser organizado.

Sociedade civil



Possibilidades de parceria

- ONGs, fundações, institutos, associações e organizações comunitárias. Para essa parceria, três formatos principais foram identificados: o financiamento de projetos específicos, o financiamento institucional de organizações da sociedade civil e a estruturação de uma ONG pela empresa.



Como abordar os parceiros?

- Tentando conhecer o papel e as ações de cada instituição da sociedade civil atuante na prevenção da criminalidade e da violência, levando em conta os tipos de projetos de sua preferência.
- Ao identificar uma instituição da sociedade civil com a qual queira se associar, contate-a para saber qual tipo de parceria e de participação da empresa será mais apropriada para o projeto.



PRÓS

- O setor privado prefere se associar em projetos sociais com organizações da sociedade civil, pois estas geram menor desconfiança do que instituições do setor público.
- As organizações da sociedade civil oferecem um espaço neutro, onde há maiores possibilidades de atores dos mais diferentes setores se engajarem e contribuírem para projetos de prevenção da criminalidade e da violência.
- As organizações da sociedade civil oferecem contribuições importantes para a prevenção da criminalidade e da violência.
- Os processos decisórios e de implementação dos projetos tendem a ser mais rápidos, pois dependem mais dos recursos e geralmente enfrentam uma menor burocracia.



CONTRAS

- Às vezes, as organizações da sociedade civil não acompanham de forma apropriada os impactos e resultados dos projetos que implementam.
- Frequentemente, devido à escassez de recursos, as organizações da sociedade civil encaram incertezas com relação a sua continuidade e à continuidade dos projetos que implementam.
- As organizações da sociedade civil, especialmente as organizações comunitárias, podem carecer do grau de institucionalidade e formalidade necessário para executarem um projeto ou para administrarem grandes quantidades de recursos. É importante observar seus processos de prestação de contas antes de apoiá-las com doação de recursos.

**IMPORTANTE**

- Muitas organizações da sociedade civil desenvolvem projetos comunitários de prevenção da criminalidade e da violência. Entretanto, os projetos de prevenção precisam ter esse objetivo e prever mecanismos para identificar e medir os resultados.
- Uma forma importante de envolvimento da sociedade civil em ações de prevenção da criminalidade e da violência é justamente o investimento nas organizações da sociedade civil já estabelecidas e que fazem um bom trabalho para a prevenção da violência. Essas organizações normalmente têm dificuldade para conseguir recursos fixos e suficientes para seus projetos e seu funcionamento institucional, o que pode colocar em risco as ações e os resultados.
- A empresa pode estruturar uma ONG voltada para os temas de seus interesses. É importante não replicar o que já existe, gerando uma competição desnecessária e perdendo a oportunidade de unir esforços. A estruturação de uma ONG pelo setor privado deve acontecer quando, de fato, não houver outros atores qualificados dedicados ao tema.

Destaque – Além da doação de recursos a ONGs ou outras organizações da sociedade civil, as empresas podem realizar aportes importantes para a cultura de gestão de projetos sociais dessas organizações, visando maior eficácia, maior eficiência e melhores resultados. Esse apoio pode melhorar o recrutamento, a seleção e a formação de profissionais, o monitoramento e a avaliação de produtividade e o desempenho dos funcionários e dos projetos realizados, além de aprimorar as ações de comunicação e marketing.

O que a empresa espera do projeto, em termos de alcance e resultados?

É importante que a empresa tenha clareza do que espera do projeto e do quanto poderá investir nele, pois é preciso equilibrar expectativas e investimento. Se a empresa espera resultados no curtíssimo prazo e geração imediata de benefícios para sua marca, deve levar em conta que o resultado de um projeto de prevenção da violência e da criminalidade poderá ter alcance limitado. Nesse caso é possível fazer um investimento pontual em alguma atividade de um projeto já existente e que tenha a publicidade desejada. Um exemplo é a doação de recursos para a confecção de uniformes para um torneio de futebol de projetos de integração entre jovens e policiais.

Se a intenção é promover melhoras significativas na comunidade, contribuindo para a redução dos índices de violência e a sensação de segurança das pessoas, o setor privado pode apoiar o trabalho de ONGs que participam da criação de políticas públicas sobre o tema. Nesse caso, os resultados serão mais consistentes e aparecerão em médio e longo prazo. É importante observar que o investimento tenderá a ser mais elevado e, quanto maior o grau de profissionalização do projeto, maior também será seu custo. De qualquer modo, esse custo deverá ser compatível com os resultados e impactos.

Outro ponto que deve ser considerado é a forma como a empresa pretende mensurar e avaliar os resultados do projeto que está apoiando. Tradicionalmente, em programas sociais, é comum fazer essa avaliação a partir do número de beneficiários da iniciativa. Entretanto, em projetos de prevenção da violência, é necessário ampliar esse olhar, preocupando-se, além do número de beneficiários, com a qualidade da intervenção e de seu impacto. É preciso construir novos indicadores para a mensuração dos resultados de projetos de prevenção da violência. A partir do momento em que as empresas perceberem essa necessidade, poderão auxiliar muito as ONGs e o setor público a desenvolverem melhores mecanismos para medir os resultados das ações. Exemplos de indicadores que refletem esforços de prevenção da violência – e que podem ser monitorados – são os índices relacionados a crimes (números de homicídios, lesões em decorrência do uso de armas, sequestros, estupros, roubos e furtos), denúncias de violência policial e porcentagem do PIB investida em segurança pública.

Se a empresa deseja participar de projetos com impactos maiores e de mais longo prazo, é necessário estar atenta a alguns aspectos:

- O diagnóstico no qual se baseia a intervenção deve ter foco de atuação coerente e claro.
- As estratégias de atuação e o número de beneficiários devem ser factíveis e apropriados.
- Os objetivos e indicadores do projeto devem ser claros e levar em conta mecanismos para serem medidos.
- É necessário que haja clareza sobre a gestão do projeto e os responsáveis.
- O projeto deve prever mecanismos para assegurar sustentabilidade com o tempo.
- É importante saber se o projeto pode ser replicado e ganhar escala.
- É importante ter em conta se o projeto terá um efeito sobre o debate público a respeito da prevenção da violência e da criminalidade.

A empresa tem preferência em relação à localização do projeto?

A criminalidade e a violência são preocupações generalizadas em muitos países, mas os crimes e a sensação de insegurança se distribuem de maneira desigual nos diferentes territórios. Por exemplo, enquanto em alguns locais concentram-se mais crimes contra patrimônio, em outros predominam homicídios, o tráfico de drogas ou a falta de perspectivas para os jovens. A diversidade de fatores de preocupação gera uma multiplicidade ainda maior de possibilidades de intervenção. Dessa maneira, a empresa que deseja investir esforços na prevenção pode decidir em que território é melhor investir em função das preocupações e dos tipos de crime presentes.

● Atuação no entorno da empresa

O investimento em projetos na comunidade em que a empresa está inserida valoriza tanto a população local e o entorno da empresa, quanto seus profissionais, sua estrutura física, seus produtos e sua imagem.

Ao ser acolhida pela comunidade, a empresa promove, inclusive, mecanismos de vigilância informal para si, seu patrimônio e seus funcionários. Portanto, é preciso que o desenvolvimento da comunidade do entorno seja visto como um ativo para a empresa, não só porque promove o bem-estar dos moradores locais, mas também porque a ajuda em dois de seus objetivos principais: diminuição de prejuízos e geração de benefícios.

É importante que possa haver cooperação das empresas com outras instâncias presentes na comunidade. Para isso, as empresas devem procurar conhecer iniciativas que estão sendo desenvolvidas e avaliar a melhor forma de ajudar. Um exemplo é a prevenção da violência escolar: as empresas que se interessarem por essa causa devem procurar conhecer o que foi feito ou o que ainda pode ser feito nesse sentido, com os gestores educacionais responsáveis pelas escolas da localidade, organizações sociais que já desenvolvam projetos nestes estabelecimentos, associações de pais e mestres, grêmios estudantis, agremiações de professores e outras instituições, visando se articular com essas instâncias e poder contribuir de maneira mais efetiva.

Também é interessante que os executores dos projetos procurem conhecer, conscientizar e envolver as empresas presentes no território selecionado. Dessa maneira, potencializam-se as possibilidades de ampliação dos resultados para todos, dos ganhos de escala e do aumento da coesão social.

● Atuação em territórios específicos com problemas de violência

A empresa pode optar por investir em territórios afetados por determinado tipo de violência ou em setores caracterizados pela falta de oportunidades sociais e econômicas. Dessa maneira, pode impulsionar o desenvolvimento local em toda a sua amplitude, gerando benefícios para todos. Para começar a desenvolver uma iniciativa em um território, é importante que a empresa conheça as principais características e desafios do território em questão, entre elas as características socioeconômicas, as potencialidades locais e os índices de criminalidade.

Se a empresa deseja investir em territórios específicos, deve iniciar o projeto pela realização de um diagnóstico sobre a segurança nos locais em questão. A empresa também pode se associar a organizações que já realizam trabalhos no território. O quadro a seguir apresenta algumas possibilidades para a empresa que deseja atuar em um território específico.

Como investir em territórios específicos afetados pela falta de segurança?

- Apoiando a elaboração de diagnósticos locais de segurança que contemplem problemas importantes a serem solucionados, suas causas, dinâmicas e atores envolvidos.
- Investindo em ações que respondam especificamente às dinâmicas locais da violência.
- Fomentando o investimento coletivo na localidade por meio da articulação e integração dos atores presentes no território: poder público local, organizações da sociedade civil (como, por exemplo, organizações religiosas e associações comunitárias) e outras empresas e públicos diretamente relacionados aos beneficiários dos projetos.
- Priorizando a comunidade local nas contratações, capacitações, atividades e eventos abertos realizados pela empresa.
- Participando de espaços locais de discussão de políticas públicas de segurança, como conselhos e fundos.
- Apoiando as organizações da sociedade civil que atuam localmente.
- Apoiando as políticas públicas voltadas para aquele local, divulgando-as e fortalecendo-as por meio da atuação da empresa.
- Promovendo o envolvimento de funcionários da empresa em ações e atividades na comunidade. Para isso, a empresa pode divulgar internamente as iniciativas realizadas no local, bem como as áreas em que seus funcionários podem se envolver, contribuindo para a prevenção local da criminalidade e da violência.
- Melhorando as condições físicas locais, por meio da recuperação (como, por exemplo, investimento em iluminação) e estímulo à ocupação dos espaços públicos pela comunidade e pelos próprios funcionários da empresa.
- Investindo em mecanismos de mediação de conflitos nas comunidades.

A empresa tem preferência por algum público para o projeto?

A violência e a insegurança afetam as pessoas de maneiras diferentes. A juventude, por exemplo, é o público mais atingido pela violência letal, seja como vítima ou como autor e, por isso, é um segmento relevante da população e que merece investimentos direcionados. Também é preciso investir em outros grupos, como egressos do sistema prisional, adolescentes em conflito com a lei e agentes de segurança (policiais e guardas). Existem tipos de violência que afetam grupos específicos. No que tange à violência doméstica, por exemplo, são afetadas crianças, adolescentes e especialmente mulheres. No caso do *bullying*, os estudantes são afetados.

O quadro a seguir apresenta sugestões para empresas que desejem investir em iniciativas de prevenção dirigidas a públicos específicos.

Como investir em públicos específicos?

- **Priorizar as forças de segurança** por meio de apoio a projetos que objetivem contribuir para a renovação e melhoria da formação, o desenvolvimento institucional e a reforma policial. A iniciativa privada pode contribuir não apenas com incentivos e recursos, mas também com *expertise* externa em prol da efetividade, eficácia e eficiência. As empresas também podem contribuir buscando melhorar os sistemas de inteligência e informação para o trabalho policial, apoiando o estabelecimento e o fortalecimento das polícias comunitárias, reconhecendo as boas práticas policiais, valorizando e melhorando as condições de trabalho e promovendo uma maior responsabilização do trabalho policial, entre outras formas.
- **Investir em projetos voltados para a juventude**, principalmente os que atuem no fortalecimento de lideranças positivas, no “empoderamento” de jovens de forma a construírem seus projetos de vida e no incentivo e valorização da convivência entre diferentes grupos de jovens.
- **Investir em projetos que aproximem jovens e policiais**, dado que esses públicos representam muitas vezes um ponto de conflito que agrava a situação da violência.
- **Gerar empregos** para públicos prioritários, como jovens em situação de risco ou vulnerabilidade, adolescentes em conflito com a lei, egressos do sistema prisional e familiares. O setor privado tem mais flexibilidade para gerar empregos do que o setor público.
- **Investir em projetos dirigidos às mulheres** para conscientizá-las sobre seus direitos e fornecer ferramentas de apoio contra a violência doméstica ou de gênero.
- **Investir em projetos dirigidos às minorias**, como comunidades indígenas, para tratar de processos de emancipação, geração de recursos e adaptação às leis em vigor no país.

Fortalecer as políticas públicas de segurança

Além de todas essas possibilidades de envolvimento do setor privado em projetos e ações de prevenção da violência e do crime, é importante reforçar o papel que as empresas podem desempenhar na formulação, execução e fortalecimento de políticas públicas de segurança. Existem muitas formas de as empresas se envolverem e contribuir para a consolidação de políticas. A seguir, apontam-se algumas sugestões.

- **Apoiar projetos que possam servir de modelo para políticas públicas.** Alguns projetos têm potencial para ganhar escala e se transformar em políticas públicas. Nestes casos, é importante que haja uma vasta documentação do projeto, com detalhes das atividades e estratégias utilizadas, dificuldades de implantação e mecanismos de superação, bem como custos envolvidos. Esse material é valioso para o setor público. A empresa também pode investir na transferência da tecnologia social para outros atores.
- **Participar de fundos e comissões de segurança pública.** O setor privado pode participar e contribuir com ideias e recursos. Nesses espaços, as empresas podem ajudar, por exemplo, elaborando mecanismos de controle, analisando os resultados dos projetos, realizando auditorias nos gastos e promovendo políticas de transparência.
- **Fortalecer e garantir a continuidade de políticas públicas que dão resultados.** O setor privado pode apoiar e fortalecer políticas que estão sendo implementadas. O setor público pode propor parcerias para o envolvimento das empresas em alguma política que esteja implementada. Por exemplo, se for necessário prestar determinado serviço à população ou se houver necessidade de um curso de profissionalização, as empresas poderão cooperar diretamente com a política por meio da prestação de serviços.
- **Disseminar boas iniciativas de prevenção da violência.** Os estabelecimentos privados podem promover serviços direcionados à prevenção da violência, como telefones para denúncias e campanhas de conscientização. Este apoio do setor privado pode contribuir muito para dar mais informação e confiança à população.
- **Premiar bons exemplos.** As empresas podem apoiar projetos que tenham iniciativas de sucesso, que ajudem a melhorar serviços de segurança pública e que possam influenciar positivamente as políticas públicas, como os de reconhecimento de boas práticas policiais e práticas de integridade na gestão. Essa é uma área que pode se beneficiar muito da experiência do setor privado no que tange, por exemplo, ao desenvolvimento programático, ao estabelecimento de indicadores e ao acompanhamento de resultados.
- **Influenciar os formuladores de políticas para priorizar o que é realmente importante.** Alguns problemas mais graves e importantes no âmbito da segurança pública não são os “preferidos” da opinião pública. Este é o caso da redução de homicídios, que afeta sobretudo moradores das periferias, a violência policial ou a falta de ações de reinserção social de quem já se envolveu com a violência. A defesa de outros interesses em relação ao enfrentamento da violência tira o foco do que é mais grave, dificultando a implementação de políticas realmente urgentes. Um papel relevante a ser desempenhado pelo setor privado é o apoio para que as políticas públicas

tenham como foco temas que precisam ser vistos como prioritários, mesmo que esses problemas não afetem diretamente o empresariado. Projetos voltados para esses temas têm o potencial de beneficiar muitas pessoas. Entretanto, para implementá-los, é necessário grande comprometimento por parte dos gestores públicos, que precisarão tomá-los como bandeira, apesar de oposição e *lobby* contrário. É essencial criar uma rede, composta pela iniciativa privada, sociedade civil, veículos de comunicação, outros setores e níveis de governo, para apoiar os gestores a priorizarem esses temas e incentivá-los a se manterem engajados no projeto não só em sua fase inicial, mas até que suas metas sejam cumpridas. Assim, evita-se que o projeto “esfrie” depois de alcançar parte da meta, gerar mídia e satisfazer parte dos anseios da população.

- **Incentivando a transparência e a prestação de contas.** As empresas, principalmente aquelas que se tornam parceiras de políticas públicas voltadas para a prevenção da violência, têm um poderoso instrumento nas mãos para se tornarem indutoras de monitoramento e avaliação dos projetos, gerando transparência e prestação de contas por parte dos seus executores. Podem, por exemplo, atrelar a doação de recursos para tais projetos à realização de auditorias e à prestação de contas – gerando uma transparência bem-vinda por todos os setores.

Destaque – O papel dos veículos de comunicação

Quando se considera o papel que o setor privado desempenha e pode vir a desempenhar nos projetos de prevenção da criminalidade e da violência, é preciso dar atenção especial aos veículos de comunicação. Como no caso de outras empresas, as práticas internas, os valores e a forma como a marca é divulgada são pontos de partida importantes para se entender como os veículos lidam com a prevenção da criminalidade e da violência. Entretanto, no caso desse segmento, é especialmente importante atentar para os valores, normas e comportamentos discutidos e difundidos por esses veículos de comunicação, que, por influenciarem milhões de pessoas, são elementos-chave na construção de uma cultura da paz – ou de uma cultura da violência.

A televisão, a mídia impressa, as rádios e a Internet têm uma importante responsabilidade nas mãos: manter a sociedade bem formada e informada sobre a segurança cidadã, tanto em âmbito local como nacional. Por isso, é especialmente importante que a cobertura seja qualificada e que se veiculem não só informações sobre os crimes e medidas repressivas ou de controle, mas também a respeito de medidas preventivas adotadas e sobre o contexto mais amplo que gera situações de violência. Essa é uma das principais oportunidades para a imprensa: dar suporte e visibilidade a iniciativas que ajudem a prevenir, reprimir e solucionar o crime e a violência, ajudando, assim, a fortalecê-las.

Ao identificar problemas e possíveis soluções e ao divulgar serviços e políticas públicas que funcionam, os veículos de comunicação fortalecem e promovem a confiança da sociedade nesses serviços. Tal apoio deve independer da orientação partidária da política ou do serviço, sendo mais importante considerar se a atividade contribui para que a sociedade esteja mais protegida.

Para haver uma cobertura qualificada sobre prevenção da violência, é importante que os veículos de comunicação sejam constantemente alimentados por informações claras, relevantes e fidedignas sobre o tema. Instrumentos como os observatórios da segurança, que monitoram, analisam e divulgam dados e estatísticas, são uma fonte importante.

Instituições e pessoas que lidam com esses temas – especialistas, acadêmicos, setores público e privado, organizações da sociedade civil e organizações internacionais – podem se reunir para gerar materiais de informações concisos e de fácil compreensão. Esses materiais atraem mais interesse e têm maior impacto e receptividade por parte da mídia do que dados pulverizados. Outra forma de melhorar a cobertura da mídia sobre segurança pública consiste na criação de premiações que valorizem boas abordagens sobre a temática.

As orientações internas da empresa quanto à prevenção da criminalidade e da violência

As empresas interessadas no envolvimento em iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência devem levar em conta a responsabilidade implícita ao executarem os projetos.

É importante levar em conta que as atitudes de cada ator social envolvido em um projeto têm impacto sobre a situação de violência (por exemplo, com o estímulo à criminalidade) ou, pelo contrário, para o rechaço à violência (com o respeito às instituições públicas, aos direitos humanos etc). O mesmo ocorre com as empresas. Portanto, um primeiro passo é identificar como suas práticas impactam o cenário do crime e da violência. A seguir apresentamos comentários e questionamentos orientadores que devem ser levados em conta. Qualquer efeito negativo merece uma reflexão especial – e um eventual ajuste – por parte da empresa.

Respeito às leis

- **A empresa respeita as leis?** É preciso que a empresa conheça e respeite a legislação vigente no lugar em que funciona, estando atenta à obediência das exigências e obrigações legais para seu funcionamento. Compreendemos o respeito às leis em um sentido amplo, o qual abrange a legislação em diversas áreas, como trabalho e meio ambiente. É importante observar que muitas situações de violência são geradas a partir da formação de redes de corrupção em função de ilegalidades.
- **A empresa exige o cumprimento das leis por parte de seus colaboradores, parceiros e fornecedores?** É importante que a empresa também assuma a responsabilidade pela conduta dos funcionários, parceiros e fornecedores relacionados a seus negócios. O uso de trabalho infantil, a sonegação dos impostos, o contrabando e a lavagem de dinheiro são algumas das práticas que podem afetar o ambiente empresarial. A empresa deve não apenas rechaçar essas práticas, como também exigir o mesmo respeito a seus funcionários, parceiros e fornecedores.
- **A empresa rejeita a utilização indevida de recursos públicos – dinheiro, serviços, bens – para seus próprios interesses?** A utilização indevida de recursos públicos pode acontecer de inúmeras formas e em diferentes escalas, como ao ocupar espaços e prédios públicos sem a devida autorização ou ao privatizar serviços públicos de segurança, por exemplo. A empresa não pode utilizar recursos públicos em interesse próprio nem ocasionar o mesmo por meio de suas ações.
- **A empresa paga todos os seus impostos?** A sonegação fiscal é considerada um crime em muitos países. É importante observar que o pagamento dos impostos é fundamental para o bem-estar da sociedade, pois os recursos gerados podem ser investidos pelo poder público em áreas sociais.
- **A empresa respeita a legislação referente à contratação de serviços de segurança privada?** Como muitas empresas contratam serviços privados de segurança, é preciso que estejam atentas ao cumprimento da lei vigente relacionada a essa questão. É importante conhecer a legislação nacional para saber quais são os requisitos necessários para a prestação desse tipo de serviço. Por exemplo,

é fundamental verificar se é necessário treinar os profissionais, se eles podem portar armas de fogo e se há algo que impeça esse tipo de atividade. No Brasil, por exemplo, os policiais não podem trabalhar como seguranças particulares, nem mesmo nos horários livres.

Práticas da empresa

Além do cumprimento da lei, as práticas das empresas também podem contribuir indiretamente com a prevenção da criminalidade e da violência.

- **A política de contratação da empresa tem caráter preventivo?** O investimento em públicos que já se envolveram em situações de violência é uma das ações que podem ser realizadas pelas empresas com os maiores impactos positivos. Afinal, a falta de perspectivas trabalhistas e os obstáculos à ressocialização das pessoas que passaram pelo sistema penitenciário estão entre os fatores apontados para o alto índice de reincidência criminal. Portanto, dar emprego para esse público é investir em sua ressocialização e contribuir para a prevenção da criminalidade e da violência. Isso pode ser feito por meio da disponibilização de vagas para egressos do sistema prisional e da contratação de adolescentes em conflito com a lei como aprendizes, por exemplo. A empresa também pode ter um programa para contratar familiares de detentos. Assim, fornece recursos financeiros à família e facilita o processo de reintegração dos presos.
- **Existem políticas de contratação prioritária para o desenvolvimento do local de onde a empresa está inserida?** A empresa pode privilegiar o recrutamento de moradores de seu entorno, principalmente os jovens. Nesse sentido, pode ser necessário investir na capacitação para que este público tenha uma mão de obra qualificada. Desta forma, investe-se também no capital social do entorno, promovendo seu desenvolvimento.
- **A empresa desenvolve campanhas internas de conscientização sobre temas relacionados à prevenção da criminalidade e da violência?** O tema da prevenção da violência deve começar dentro da empresa. Além de observar suas práticas, a empresa pode promover a prevenção por meio de campanhas de conscientização para seus funcionários, parceiros ou fornecedores. Entre os temas de que estas campanhas podem tratar, destacam-se a violência doméstica, os direitos humanos, a cultura de paz e o respeito à diversidade.
- **A empresa divulga serviços relacionados à prevenção da criminalidade e da violência?** Empresas de todos os portes e em todas as localidades podem divulgar serviços locais de prevenção da criminalidade e da violência como o Disque-Denúncia, o endereço da delegacia mais próxima, telefones de emergência e serviços de atendimento às vítimas.
- **A empresa promove a participação voluntária de seus funcionários em iniciativas de prevenção da violência?** A empresa pode incentivar o voluntariado de seus funcionários em projetos de prevenção da violência – seja em ações executadas pela própria empresa, seja em projetos de terceiros. Por exemplo, a empresa pode realizar um levantamento das iniciativas locais de prevenção da criminalidade e da violência e dos tipos de ajuda necessários. Os conhecimentos de funcionários de áreas como administração, contabilidade e tecnologia da informação podem

dar suporte na gestão e profissionalização de organizações comunitárias ou da sociedade civil. Os funcionários também podem participar como representantes da empresa em seus bairros, dentro dos conselhos locais de segurança. Diversas atuações diferentes podem ser propostas em empresas de diferentes portes.

Posicionamento da marca

A área de comunicação e marketing da empresa também pode contribuir para a prevenção da violência. Os aspectos culturais geralmente reforçados pela mídia têm grande influência sobre a situação da violência. A empresa deve se comprometer a não vincular sua imagem a situações que possam promover condutas violentas.

- **A empresa se posiciona no mercado de forma coerente com a prevenção da criminalidade e da violência?** Para divulgar sua marca de maneira coerente com a prevenção da violência, a empresa não pode reproduzir atitudes como o machismo, o consumo desenfreado, o racismo, a intolerância religiosa ou o preconceito contra deficientes e minorias sexuais. A empresa deve se responsabilizar por não associar sua imagem a comportamentos e valores que possam promover a violência.
- **A empresa está atenta ao perfil dos veículos de comunicação em que divulga sua marca?** Alguns programas de televisão, programas de rádio, revistas, jornais ou páginas da Internet adotam uma abordagem sensacionalista sobre a segurança pública, enfocando crimes que elevam a sensação de insegurança da população. Uma empresa envolvida na prevenção da criminalidade e da violência não deve fazer propaganda em programas e veículos de comunicação que tenham esse perfil.

Coerência com projetos apoiados

Ao se envolverem em ações de prevenção contra a criminalidade e a violência, as empresas precisam tentar manter a coerência com o tema em todas as suas atividades. Assim, é importante observar a empresa em seu conjunto, seus outros projetos, parceiros, fornecedores, funcionários, contratos e posicionamento de marca – ou seja, tudo o que foi mencionado anteriormente – de maneira que o tema de prevenção da violência seja transversal ao conjunto de suas atividades.

- **Outros projetos apoiados pela empresa contribuem para a prevenção da criminalidade e da violência?** Se a empresa apoia outros projetos, é importante avaliar em que medida eles contribuem para a prevenção da criminalidade e da violência – e se eles poderiam colaborar ainda mais para isso. Por exemplo, projetos de desenvolvimento comunitário podem buscar identificar as causas e dinâmicas da violência em uma localidade, de forma que seja possível também tentar diminuí-la; projetos educacionais podem analisar com alunos, pais e comunidade escolar formas de reconhecimento e prevenção da violência escolar e *bullying*; projetos voltados para jovens podem incluir estratégias de construção de uma cultura de paz. Ao adotar o enfoque de prevenção da violência, é importante que ele esteja presente de maneira constante nas demais ações.

- **A empresa atua em coerência com os projetos apoiados de prevenção da criminalidade e da violência?** É importante que as empresas busquem coerência entre suas práticas internas e os projetos apoiados. Por exemplo, se a empresa apoia projetos de combate ao *bullying* nas escolas, deve promover um ambiente interno livre de qualquer assédio. Se apoia projetos de ressocialização de egressos do sistema prisional, é coerente que ela ofereça oportunidades de trabalho para esse público.

Quais os desafios para o envolvimento do setor privado? Como superá-los?

A construção deste Guia nos permitiu analisar diversas experiências de investimento da iniciativa privada em projetos de prevenção da criminalidade e da violência. A partir daí, foram identificados os desafios muitas vezes enfrentados pelas empresas para se envolverem em projetos de prevenção da violência, como os mencionados acima. A seguir, apresentam-se esses desafios e alguns caminhos possíveis para superá-los.

Desconhecimento sobre segurança cidadã

Apesar de ser uma das maiores preocupações em algumas partes do mundo, especialmente na América Latina, a segurança cidadã ainda é um tema relativamente novo na agenda regional. Nas duas últimas décadas aconteceram diversos avanços para dar conta do problema, resultando na criação de núcleos de pesquisas sobre o tema, espaços de discussão e formulação de políticas públicas e iniciativas tanto de governos quanto da sociedade civil.

A complexidade da violência indica a necessidade de soluções integrais e, principalmente, da concepção e implementação de ações preventivas. Isso implica o reconhecimento do papel de outras instituições (além da polícia e da justiça) para enfrentar o problema e o aprimoramento das estratégias de segurança, que devem ser orientadas por diagnósticos que permitam um planejamento inteligente. No entanto, não é toda a população que tem acesso aos espaços de diálogo sobre segurança cidadã, e ainda se faz necessário avançar muito no aumento da conscientização sobre a responsabilidade de cada ator com relação a este tema.

Nesse sentido, um empecilho para o maior envolvimento do setor privado em temas de segurança cidadã diz respeito justamente à falta de conhecimento desse setor sobre o assunto, sobre o que constitui a segurança cidadã, o que é prevenção da criminalidade e da violência, e quais são os atores e caminhos possíveis de atuação.

Em linhas gerais, vigora uma visão que considera que a criminalidade e a violência dependem exclusivamente da atuação do aparato repressivo ou de controle do Estado. Porém, as ações decorrentes dessa concepção não têm surtido o resultado esperado, fazendo apenas aumentar os índices de violência e de criminalidade, além da sensação de impotência diante do problema.

Outro aspecto observado é a falta de clareza sobre quem é responsável pela segurança cidadã – e isso engloba um desentendimento sobre as atribuições e competências das diferentes esferas de governo, bem como sobre o papel da polícia. Ainda por conta desse desconhecimento dos papéis, o setor privado muitas vezes não se vê como um ator relevante na prevenção da criminalidade e da violência. Além disso, predomina o entendimento de que já se paga uma carga alta de impostos e de que a segurança cabe unicamente ao setor público – portanto, não devendo a segurança cidadã ser vista como problema a ser enfrentado também pela iniciativa privada.

A tendência de se eximir de trabalhar na área ou de solucionar os problemas de uma maneira privatizada é recorrente quando se pensa no envolvimento do setor privado em projetos de prevenção da violência. Um reflexo disso ocorre, por exemplo, quando uma associação comercial passa a frequentar as reuniões do conselho comunitário de segurança do bairro visando apenas garantir que os policiais façam a vigilância de seus estabelecimentos, em vez de pensar em uma atuação que beneficie o coletivo.

Assim, elevar o conhecimento sobre a segurança cidadã é uma tarefa importante para que o setor privado passe a se envolver de maneira mais direta e contínua na prevenção da criminalidade e na segurança cidadã. A seguir, apresentamos dicas para saber mais sobre o tema da segurança.

Como superar o desconhecimento sobre segurança pública?

- Procure se informar sobre o tema, consultando diferentes bibliografias. Este Guia, por exemplo, oferece subsídios importantes para saber mais a respeito.
- Busque conhecer os principais problemas relacionados à segurança em sua localidade, assim como as ações voltadas para eles: políticas públicas, projetos da sociedade civil, outras empresas atingidas pelos problemas, iniciativas das comunidades locais e estudos e pesquisas sobre o assunto.
- Participe de seminários e encontros de formação sobre segurança cidadã.
- Conheça as ações dos órgãos governamentais que cuidam da segurança cidadã.
- Participe de reuniões de conselhos de segurança, onde é possível ter contato direto com forças de segurança e conhecer melhor suas atribuições.
- Busque dados estatísticos e análises sobre o tema. Muitas vezes pensamos que o problema é muito maior do que ele realmente é.

- Procure pensar no tema de forma mais racional. A violência e a segurança cidadã são questões que despertam emoções muito fortes, especialmente quando se é vítima de um crime. Contudo, para poder conhecer melhor o assunto, é importante tratá-lo com certa distância e buscar informações objetivas em estudos, pesquisas, guias e manuais, de forma a ser possível obter informações mais precisas sobre o problema.

O setor privado não quer se associar a causas tidas como negativas

Ao investirem em projetos sociais, as empresas normalmente buscam iniciativas que lhes trarão retornos – ganhos de imagem ou financeiros. De forma geral, existe no setor privado a percepção de que pode ser positivo investir em ações de caráter social e, conseqüentemente, associar a marca a ações destinadas a superar as causas relacionadas às preocupações da sociedade. Entretanto, apesar dos clamores sociais por mais segurança, a segurança cidadã e a prevenção da violência são vistas como uma agenda negativa e, por isso, muitas empresas não querem se associar a ela de forma ostensiva. Desse ponto de vista, as empresas se mostram mais receptivas a agregar suas marcas a causas positivas – como a juventude, o desenvolvimento comunitário, a geração de oportunidades, a alimentação e a educação – do que às negativas ou polêmicas, como as relacionadas à situação carcerária, à criminalidade, à violência ou ao HIV-Aids.

É importante notar que projetos voltados para a juventude ou o desenvolvimento comunitário frequentemente tratam de temas ligados à prevenção da criminalidade e da violência – mas isso não fica explícito. Portanto, mesmo que exista mais investimento em prevenção da violência do que se acredita, não se pode ignorar que parece mesmo haver uma grande resistência do empresariado em associar diretamente seu nome à prevenção da criminalidade e da violência.

Como superar esse desafio?

- Como vimos, a segurança cidadã pressupõe e valoriza o envolvimento de todos os atores, inclusive das empresas.
- Lembre-se da posição privilegiada desfrutada pelo setor privado para de fato contribuir para a prevenção da violência, que constitui uma grande preocupação social. A geração de resultados positivos para toda a população, que podem ser alcançados com esse envolvimento da empresa, é muito positiva e um diferencial.
- Observe o enfoque a ser comunicado. Projetos de prevenção da violência muitas vezes adotam estratégias de desenvolvimento comunitário e “empoderamento” de jovens. Portanto, associar o nome da empresa a esses projetos pode ocorrer de maneira positiva.
- Continue apoiando projetos voltados para a juventude, o desenvolvimento comunitário e a geração de oportunidades, procurando identificar qual a relação desses aspectos com problemas de violência, e direcione as ações para focos mais diretamente ligados ao tema.
- Procure centros de estudos, ONGs e especialistas com conhecimento sobre o tema para ajudar a conceber um projeto de prevenção da violência com o qual a empresa se identifique.

O setor privado espera resultados imediatos

Um elemento que pode dificultar o engajamento do empresariado em projetos de prevenção da violência é a busca de resultados imediatos e de curto prazo. Muitas vezes, as empresas preferem pulverizar seus investimentos, financiando um grande número de projetos em diversas localidades por um curto período. No entanto, quando se trata de prevenção da violência, os exemplos de sucesso apontam para a direção contrária: é mais eficaz desenvolver de maneira continuada um conjunto de ações geograficamente concentradas e com enfoque sobre públicos prioritários.

As experiências de sucesso comprovam que não é necessário esperar 20 anos para obter bons resultados. Projetos concebidos a partir de um diagnóstico preciso, formulados com clareza e executados e monitorados adequadamente podem gerar resultados positivos sobre a prevenção da violência em um período de tempo relativamente curto. Sendo a violência um problema complexo, com múltiplas causas e fatores associados, a solução exige diversas estratégias de atuação. Não se pode pensar em uma solução única e nem muito menos achar que essa solução reverterá o problema em curtíssimo prazo.

Portanto, é preciso que o setor privado entenda quais os possíveis enfoques e saiba como lidar com os problemas de segurança e com o prazo após o qual os resultados serão perceptíveis, ampliando, assim, os tipos de resultados esperados.

Como superar esse desafio?

- Realize um bom diagnóstico do problema com o qual pretende trabalhar.
- Conheça outras iniciativas semelhantes para saber quanto tempo duraram e quais foram seus resultados, avanços e dificuldades.
- Estabeleça metas de curto, médio e longo prazo e monitore o cumprimento de cada meta.
- Monitore e avalie as iniciativas desenvolvidas.

A relação entre os setores público e privado

Um dos principais entraves ao envolvimento da iniciativa privada em projetos de prevenção da criminalidade e da violência é a desconfiança com relação ao setor público. Isso acontece porque, no melhor dos casos, as instituições públicas são vistas como ineficientes, ineficazes e não efetivas; na pior das hipóteses, acredita-se que elas, que deveriam ser as primeiras a cumprir as leis, as descumprem.

Também pode haver resistência dos empresários a lidar com a polícia, seja por não confiarem nela ou por medo de se colocarem em situação de risco. Existem muitos preconceitos com relação à polícia (como uso de força excessiva, violência policial, ineficiência e corrupção) os quais muitas vezes predominam diante do bom trabalho realizado pela maioria dos policiais.

A falta de confiança nas instituições públicas é prejudicial por várias razões, a começar pelo fato de que o setor público é o principal responsável pela segurança pública, e o ideal é que outras iniciativas não substituam ou se sobreponham à atuação pública, mas sim que a complementem, a reforcem, a aprimorem e funcionem em parceria com ela. Assim, o envolvimento do setor público pode ser fundamental para o êxito de todas as iniciativas.

Como superar a desconfiança com relação ao setor público?

- É essencial que o setor privado promova a cultura da legalidade e da transparência e não colabore com práticas ilegais ou corruptas.
- Aproxime-se de órgãos de segurança para conhecê-los melhor e, assim, superar preconceitos.
- Diante de atos ilegais, exerça o controle social das atividades do setor público, fazendo a denúncia aos órgãos ou instituições competentes.

Faltam incentivos para investir em projetos de prevenção da criminalidade e da violência

A falta de incentivos para o investimento privado em projetos de prevenção da criminalidade e da violência desmotiva o engajamento das empresas. É razoável supor que o investimento privado em projetos dessa natureza receberia um impulso importante caso houvesse incentivos como isenção fiscal, mecanismos de financiamento ou a coleta, o reconhecimento e a disseminação de metodologias de prevenção da violência que funcionam. Na opinião de especialistas, os incentivos fiscais influenciam muito para que o setor privado invista em determinada área ou temática e constituem o mais efetivo instrumento do setor público para atrair o envolvimento do setor privado e de organizações sociais corporativas no que tange a políticas públicas.

Para a empresa, é atraente investir na área social – sem incorrer em gastos adicionais – recursos que de outra forma estariam destinados ao pagamento de impostos. Além disso, também é muito bem-vindo pela empresa o reconhecimento de ações e projetos em que ela esteja envolvida, visto que isso gera impactos positivos à marca e pode produzir ganhos para a empresa, tanto em termos de imagem quanto de lucro.

Como superar esse desafio?

- Reivindique a criação de incentivos como isenção fiscal, mecanismos de financiamento ou o reconhecimento de boas práticas para o investimento privado em iniciativas de prevenção da violência.

CAPÍTULO III

MOBILIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO: CONSELHOS PRÁTICOS PARA OUTROS ATORES (SETOR PÚBLICO OU SOCIEDADE CIVIL)

ESTE CAPÍTULO apresenta etapas para auxiliar o setor público e a sociedade civil a mobilizarem o setor privado para as iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência. Primeiramente, o capítulo traz recomendações específicas para realizar um diagnóstico e mapear o setor privado. Em seguida, são apresentadas sugestões de estratégias para mobilizar a rede de empresas e comércios e recomendações concretas de como efetivar a parceria. As seções finais apresenta ferramentas para ajudar no monitoramento e na avaliação dos projetos e no estabelecimento de mecanismos de prestação de contas.

Diagnóstico e mapeamento

Quando do início de um projeto de prevenção da criminalidade e da violência, é importante envolver o setor privado já a partir do diagnóstico que vai servir de subsídio ao projeto. Seja por meio de empresas, estabelecimentos comerciais locais ou associações, o setor privado pode fornecer dados e informações, contribuir com sua visão sobre os problemas e sentir-se parte do trabalho desde o princípio.

Os detalhes sobre a importância de um diagnóstico e de como realizá-lo podem ser consultados no quadro apresentado abaixo.

Destaque – O diagnóstico

O diagnóstico é uma ferramenta pela qual é possível conhecer a situação dos problemas a serem enfrentados e as possibilidades de atuação para tanto. Ele consiste na sistematização dos principais problemas de criminalidade e violência de uma determinada localidade, assim como os principais recursos comunitários (organizações, projetos e outros). O diagnóstico permite elaborar um “panorama da situação”, estabelecer prioridades de atuação iniciais e identificar possíveis parceiros locais (comunitários e também empresariais) que atuem na localidade à qual se destinarão os investimentos para a prevenção da criminalidade e da violência.

O diagnóstico deve ser a base da política pública, do programa e da atuação. Pode ser elaborado tanto pelo setor público quanto pela iniciativa privada, assim como por ambos em cooperação. Em qualquer caso, a participação da comunidade é essencial em todas as etapas do projeto, desde a entrega das informações até a implementação.

Etapas para a realização de um bom diagnóstico:

1ª Etapa. Identifique os problemas de criminalidade, violência e insegurança na comunidade em que pretende intervir. Utilize diversas fontes de informação, como órgãos públicos locais, polícia, escola, a própria empresa, a comunidade e pesquisas, entre outras.

2ª Etapa. Identifique os atores locais: quem está envolvido em atividades de prevenção da violência ou programas correlatos no local onde o projeto será desenvolvido ou com o público-alvo com que se vai trabalhar. Agências governamentais, ONGs, centros de estudos e universidades locais são alguns dos atores que podem ser contatados.

3ª Etapa. Analise as características individuais e sociais do grupo com o qual pretende trabalhar ou as características físicas da área de intervenção.

4ª Etapa. Decida quais são os problemas prioritários com os quais irá trabalhar.

5ª Etapa. Analise esses problemas, procurando saber por que ocorrem, quando ocorrem e que características possuem.

Para mais informações sobre como realizar um diagnóstico, consulte:

- Banco Mundial, *Guía didáctica para municipios: prevención de la delincuencia y la violencia a nivel comunitario en las ciudades de América Latina*. Department of Finance, Private Sector and Infrastructure, Latin American Region. Nov. 2003.
- Fondation Docteur Philippe Pinel, International Centre for the Prevention of Crime, Union des Municipalités de Quebec. *The key to safer municipalities: joining forces to prevent violence and crime in our communities*. 2004.
- Fórum Europeu para a Segurança Urbana, *Guia sobre as Auditorias Locais de Segurança*. 2007.
- Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) e Universidad Alberto Hurtado de Chile. *Guía para la prevención local: hacia políticas de cohesión social y seguridad ciudadana*. 2009.

Para que o diagnóstico seja relevante e contribua verdadeiramente para definir as prioridades, é importante trabalhar com ferramentas que deem visibilidade aos temas tratados, como por meio de mapas de risco, fotografias e testemunhos de pessoas das comunidades.

Também existem recomendações mais específicas para ajudar o setor público não apenas na implantação de uma política pública de prevenção da criminalidade e da violência, mas também na mobilização do setor privado para investir na área.

Mapeamento da rede empresarial

Em seguida, é importante identificar quais são os atores do setor privado no território onde o projeto será implementado, quais as principais áreas de atuação das diferentes empresas e quais os projetos que já são desenvolvidos. Esse mapeamento ajudará o gestor a identificar quais empresas buscar e quais as propostas mais adequadas a cada perfil. É possível que existam empresas que não realizem nenhuma atividade de responsabilidade social, outras que já implementem algum projeto e, ainda, aquelas que já tenham tido alguma experiência com projetos mais específicos de prevenção da violência.

As associações comerciais, os órgãos de registro e fiscalização de empresas e as redes empresariais existentes são importantes fontes de informação para o mapeamento. Há ainda muitas organizações que promovem a responsabilidade social empresarial, o que pode indicar que as empresas envolvidas nas atividades apoiadas por essas organizações já têm uma visão clara sobre seu papel no desenvolvimento da sociedade e acumulam práticas de parcerias com o setor público e a sociedade civil.

Mobilização do setor privado

Com o diagnóstico da criminalidade e violência e o mapeamento das empresas em mãos, o passo seguinte é construir um plano de mobilização das empresas. Esse plano vai ajudar o gestor a definir quais empresas procurar primeiro e, principalmente, a ter uma estratégia mais eficiente e que preveja ações compatíveis com os diferentes tipos e portes das empresas, de forma a aumentar sua capacidade de mobilização.

Abaixo segue um conjunto de sugestões de estratégias de mobilização interessantes para estimular o envolvimento do setor privado:

Seminário ou oficina	Conscientiza pessoas e grupos que muitas vezes ainda não estão dispostos a trabalhar com a temática da prevenção da violência.
	Permite uma aproximação inicial com um maior número de pessoas e empresas, ao mesmo tempo em que apresenta o tema e ajuda a tornar mais concreta a possibilidade de trabalho com prevenção da violência. Essas oficinas podem contar com a participação de especialistas e a apresentação de dados e estatísticas, além de exemplos de projetos de sucesso que conscientizem e estimulem o público.
Feira de projetos	Espaço de divulgação e troca de experiências. É possível organizar estandes, painéis e oficinas temáticas para expor diferentes iniciativas de prevenção da violência e, assim, atrair a atenção das empresas.
Reuniões individuais	Permitem apresentar com detalhes a proposta de trabalho e discutir mais profundamente sua viabilidade. Têm maior chance de êxito quando a empresa já tem algum conhecimento prévio e está conscientizada sobre a temática da prevenção da violência. A reunião é o momento para aprofundar-se no tema e na proposta de associação.
Reuniões para pequenos grupos de empresários	São encontros maiores do que a reunião individual e que podem ser realizados em diferentes formatos, como um café da manhã ou um almoço de trabalho. Buscam também apresentar a proposta com maiores detalhes e ouvir mais cuidadosamente as dúvidas e impressões dos empresários presentes. Muitas vezes associações locais (como associações comerciais ou empresariais) realizam reuniões periódicas de seus associados, sendo possível participar de uma dessas reuniões para apresentar propostas.

Destaque: Exemplo de estratégia de mobilização

Em um município de pequeno porte, é possível organizar um seminário pequeno, em que o setor público apresente o diagnóstico sobre a situação da violência, com os principais desafios e propostas iniciais de intervenção para representantes de empresas locais. O seminário ajudará a conscientizar o setor privado local sobre a dimensão do problema e sobre as iniciativas que já existem e podem ser fortalecidas, além de oferecer um cardápio de novas possibilidades de intervenção no problema.

Após o seminário, será possível realizar reuniões com pequenos grupos ou indivíduos para avançar em possibilidades mais concretas de parceria com cada um desses diferentes atores.

Estabelecimento da parceria

Como vimos, pode haver resistência por parte do setor privado em contribuir com o Estado em iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência. Por isso, é necessário oferecer alternativas mais interessantes para que o setor privado se anime a realizar as parcerias.

Cada país e seus respectivos entes federativos têm mecanismos jurídicos para formalizar parcerias entre o setor público e o privado. Tais mecanismos vão desde licitações e concorrências públicas até contratos, convênios e termos de parcerias com organizações da sociedade civil. Assim, em função das importantes diferenças entre as regiões, o objetivo aqui não é aprofundar essas alternativas, mas oferecer outras possibilidades mais simples e estimulantes para que a iniciativa privada se interesse em contribuir com programas de prevenção da violência.

Nesta linha, duas recomendações são importantes:

- **Procurar oferecer alternativas que não envolvam repasse de recurso.** É preciso superar a visão de que a grande força do setor privado está na possibilidade de financiar programas. Essa é uma possibilidade, mas há muitas outras formas interessantes e criativas de construir as parcerias. Por isso, é importante que sejam criadas alternativas que não envolvam o repasse de recurso para viabilizar a realização de trabalhos conjuntos.
- **Procurar oferecer alternativas menos burocráticas.** As empresas muitas vezes desistem de fazer parcerias com o setor público em virtude do alto grau de burocracia e excesso de procedimentos. Via de regra, esses procedimentos existem para garantir o interesse público, mas pensar em como desburocratizá-los e torná-los mais simples é importante para motivar o interesse das empresas e também para facilitar concretamente as parcerias.

Abaixo apresentamos três mecanismos para concretizar as parcerias:

- **Pactuar objetivos comuns.** Uma forma de estabelecer a parceria é pactuando objetivos comuns entre o setor público e o setor privado. Por exemplo, se um objetivo comum é a redução do envolvimento de adolescentes e jovens em situações de violência e a promoção de seu desenvolvimento integral, é possível fazer uma parceria que integre um projeto privado de contratação de jovens egressos do sistema prisional com um programa público de acompanhamento social, jurídico e psicológico de jovens em conflito com a lei e de suas famílias. Os dois programas já estão em andamento e têm o mesmo objetivo: é o desenvolvimento integral de jovens para a redução das possibilidades de conflito com a lei. A empresa não precisará investir mais recursos do que já investe, e o setor público, também não. O desafio será integrar as estratégias de trabalho e fazer um monitoramento para que o objetivo comum pactuado seja alcançado.

- **Firmar um termo de compromisso.** Um termo de compromisso pode servir para formalizar o modelo de trabalho proposto no item anterior ou prever um novo projeto, atribuindo responsabilidades novas para ambos os parceiros. É importante que o termo estabeleça atividades e metas a serem atingidas pelas partes.
- **Fazer a parceria por meio de uma organização da sociedade civil.** Realizar a parceria por meio de uma organização da sociedade civil é uma alternativa interessante para que o setor privado participe de iniciativas de prevenção da violência. O setor público pode buscar organizações da sociedade civil locais e construir propostas conjuntas com o envolvimento do setor privado. Em geral, as ONGs já têm parceiros no setor privado. Desenvolver um trabalho conjunto com elas pode simplificar ainda mais a construção de alianças com o setor.

Monitoramento

Uma vez iniciada a parceria, é importante acompanhar seu desenvolvimento com cuidado. Para que o setor privado se envolva efetivamente na prevenção da violência e da criminalidade, é fundamental garantir que ele seja parceiro da iniciativa de maneira ampla, inclusive com acesso à tomada de decisões. É fundamental criar rotinas de trabalho para garantir que todas as partes envolvidas tenham acesso ao andamento do trabalho, bem como possam se encontrar periodicamente para discutir as atividades e alinhar as expectativas.

Além disso, monitorar o andamento da parceria é fundamental para corrigir seus rumos. Como o tema é novo e as parcerias nessa área são ainda muito incipientes, criar conjuntamente uma rotina de reuniões, instrumentos de registro das atividades e relatórios de trabalho é uma forma de acompanhar as atividades do projeto e avaliar se está indo no rumo esperado, se os objetivos e resultados estão sendo atingidos e, em caso negativo, contribuir com os ajustes necessários.

A seguir, apresentamos instrumentos de monitoramento que ajudam a realizar esse trabalho:

Planejamento do projeto	É útil para definir os objetivos do projeto, seus resultados, estratégias, prazos e responsáveis. Nos projetos sociais, às vezes os objetivos não estão completamente claros para quem executa as atividades. O planejamento permite justamente que se tenha clareza de onde vão dar todas as ações e atividades, as tarefas, as metas e os prazos, além de possibilitar o monitoramento contínuo de todas as ações com base no que foi originalmente concebido. O planejamento é o que dará “corpo” ao projeto, permitindo visualizar todas as etapas para sua implementação.
Reuniões de acompanhamento	São úteis para analisar as ações cotidianas, planejar ações de curto prazo, verificar se as metas e os objetivos do trabalho estão sendo alcançados, avaliar as atividades realizadas e auxiliar na tomada de decisão conjunta, quando algum problema ou imprevisto acontece. Devem ser sistemáticas e periódicas, de acordo com a disponibilidade dos parceiros.
Instrumentais de registro das atividades	Registrar as diferentes etapas do projeto é imprescindível para a construção da memória da iniciativa e, principalmente, para permitir o acompanhamento do projeto o registro de sua metodologia. É importante ter modelos de registros padronizados para que todos os parceiros e todos os integrantes da equipe relatem as informações da mesma maneira, facilitando a integração e o intercâmbio de informações.
Relatórios periódicos de atividades	O mais importante da elaboração de relatórios periódicos de atividades é que eles não sejam somente descritivos, mas que contenham informações detalhadas das atividades realizadas. Tais informações são importantes quando combinadas com duas análises: <i>se</i> e <i>como</i> as atividades realizadas vêm contribuindo para que o projeto atinja os objetivos e metas estipuladas. A elaboração de relatórios pode ser mensal, bimestral e até trimestral, dependendo da dinâmica e duração do projeto.

Destaque

É essencial que o setor público responsabilize uma ou várias pessoas pela supervisão do projeto e da parceria. É muito comum que haja alta rotatividade entre os gestores que acompanham o projeto, e isso pode ser negativo para o andamento dos trabalhos. Se as informações não estiverem sistematizadas, as mudanças poderão comprometer o funcionamento do projeto, pois será necessário recomeçar praticamente do zero a cada vez em que houver uma mudança de comando. É importante que o responsável pela supervisão da parceria desenvolva mecanismos claros de sistematização do projeto para conservar a memória da iniciativa. Além disso, o projeto poderá ter continuidade garantida se mais de uma pessoa conhecer suas características. A continuidade da supervisão demonstra profissionalismo e comprometimento com o projeto.

Avaliação

Além de monitorar a parceria, é importante avaliar suas repercussões para saber se o objetivo do projeto foi alcançado e qual foi seu impacto. A avaliação da parceria e do projeto se relaciona com seus objetivos, entre os quais deve estar a prevenção da criminalidade e da violência, mas que também podem ser mais amplos ou diferentes em função da estratégia adotada.

Para avaliar os resultados do projeto, é preciso fazer uma linha de base inicial e, depois de um certo tempo de duração do projeto (pelo menos um ano), fazer novo levantamento dos indicadores e compará-los para entender o que aconteceu. A seleção de indicadores depende da estratégia do projeto, de suas metas e de seus objetivos.

É importante observar que, além dos indicadores objetivos, também a percepção das pessoas pode ser importante em um projeto. Nesses casos, uma pesquisa de percepção pode fazer parte da linha-base de um projeto a ser implementado.

A criação de indicadores e a construção desse marco zero inicial são essenciais. Sem isso, é praticamente impossível saber se os objetivos e resultados foram atingidos. Sendo assim, é importante fazê-las, nem que seja com informações simples.

Destaque – Monitoramento e avaliação

O monitoramento e a avaliação são aspectos centrais para o desenvolvimento de projetos de prevenção da criminalidade e da violência e para o acompanhamento das parcerias entre o setor público e o setor privado. Eles servem para medir os resultados e impactos das iniciativas, dar acompanhamento, revisá-las e aprimorá-las.

Para mais informações sobre monitoramento e avaliação, consulte:

- Fórum Europeu para a Segurança Urbana, *Guia sobre as Auditorias Locais de Segurança*. 2007.
- Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) e Universidad Alberto Hurtado de Chile. *Guía para la prevención local: hacia políticas de cohesión social y seguridad ciudadana*. 2011.

Mecanismos de prestação de contas

Uma situação recorrente em alguns países é a baixa eficiência dos mecanismos de controle público sobre o poder político e a gestão governamental. A imprensa, as organizações da sociedade civil, as universidades e o próprio setor privado identificam que a baixa capacidade de prestar contas sobre como as políticas são implementadas e sobre como os recursos públicos são investidos prejudica o grau de confiança que os cidadãos têm no Estado. Além disso, notícias de corrupção e mau uso de recursos públicos fazem parte da dinâmica política de países que não costumam prestar contas adequadamente.

Investir em transparência e nos mecanismos de prestação de contas eficientes é fundamental. Primeiro, porque sua existência garante a qualidade da democracia. Os cargos públicos são regidos por normas legais e princípios éticos. Os gestores públicos são eleitos pelos cidadãos, que têm o direito de saber como o poder político vem sendo executado e como seus recursos vêm sendo gastos. Segundo, porque a fiscalização da gestão pública pode também contribuir para uma maior eficiência. Quando os cidadãos confiam na administração pública, podem oferecer mais e melhores contribuições, desde técnicas até financeiras. Essa confiança aproxima o governo e a sociedade, e a gestão pública só tende a se aprimorar.

Destaque – Prestação de contas ou *Accountability*

Quando tratamos de prestação de contas, o termo *accountability* é bastante utilizado. Trata-se de um conceito mais amplo que implica a conscientização do setor público sobre sua responsabilidade ética com relação à prestação de contas. Assim, o grau de governança democrática de um país depende do nível de *accountability* existente na sociedade. Ele depende da natureza e abrangência do controle público sobre a atuação governamental, porque o princípio da soberania popular, alma da democracia, pressupõe não apenas o governo do povo e para o povo, mas também pelo povo. Esse ponto coloca diretamente a questão da *accountability* no centro da prática democrática.³⁹

39. Para mais informações, leia: PNUD. 2010. *Nota Temática "Promover la rendición de cuentas social: de la teoría a la práctica"*. Oslo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.beta.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic%20Governance/OGC/dg-ogc-Fostering%20Social%20Accountability-Guidance%20Note-ES.pdf>. Último acesso em 30/09/2011.

Apresentamos aqui exemplos de experiências interessantes de prestação de contas que permitem um controle social mais amplo das atividades da administração pública. Além disso, apresentamos outros aspectos mais específicos de prestação de contas sobre as parcerias entre o setor público e o setor privado e de iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência, com possibilidade de aplicação a parcerias dessa natureza.

Prestação de contas geral

Existem diferentes mecanismos para ajudar o gestor a prestar contas das atividades realizadas na implantação das políticas públicas. Esses mecanismos podem ser adotados pelo governo para facilitar o controle social do setor público pela população a qualquer momento. Exemplos de instrumentos que garantem uma prestação de contas geral são os mecanismos de divulgação de recursos e gastos públicos pela Internet, as reuniões públicas de prestação de contas e os telefones para informações, sugestões e reclamações sobre os serviços públicos.

O box abaixo apresenta alguns exemplos:

Exemplo

Santo André (Brasil)

Santo André, município da região metropolitana de São Paulo, desenvolveu um Portal da Transparência no qual é possível acessar dados e informações dos órgãos da

administração pública municipal. O portal contém informações sobre os gastos com a folha de pagamento, sobre o planejamento orçamentário autorizado pela Câmara Municipal e sobre a execução orçamentária do exercício.

Leia mais: <http://www2.santoandre.sp.gov.br/page/1238/43>

Além disso, há também um guia fácil de serviços que explica procedimentos que o cidadão deve seguir para conseguir acessar os diferentes serviços públicos oferecidos pela prefeitura. Por exemplo, se um cidadão precisa de uma consulta médica,

pode acessar o site e saber o tempo médio de espera para a consulta, onde poderá ser atendido e os requisitos para tanto. Isso facilita a vida da população, além de promover mais confiança no serviço prestado.

Leia mais: <http://www2.santoandre.sp.gov.br/servicos>

Nova York (EUA)

Um exemplo de mecanismo de prestação de contas é o website *Citywide Performance Report*, da prefeitura de Nova York. Nele é possível encontrar relatórios de desempenho das diferentes áreas do poder

Leia mais: www.nyc.gov/cpr

Ainda em Nova York, há o serviço New York City 311, que consiste em uma central telefônica para todos os tipos de queixas e reclamações. Além de receber e encaminhar as chamadas para resolução pelos setores

público municipal, os quais avaliam indicadores de desempenho de áreas como saúde, educação, segurança, entre outras. É possível pesquisar, ainda, aspectos negativos da política, como reclamações feitas pelo público e estatísticas de alunos com déficit de aprendizagem.

competentes, o 311 é proativo na divulgação de informações de interesse público sobre estacionamentos e retirada de lixo, entre outros serviços, por meio de diferentes redes sociais como Twitter e Facebook.

Prestação de contas específica

Quando se trata especificamente de parcerias com a iniciativa privada, é importante incorporar à parceria um eixo de prestação de contas para que tanto o parceiro privado envolvido quanto a administração pública e a população tenham clareza de como o projeto está sendo realizado e como o recurso está sendo investido. Estratégias como relatórios periódicos, boletins informativos e reuniões públicas podem tornar o projeto mais transparente.

O quadro a seguir apresenta exemplos de formas de garantir a prestação de contas de um projeto específico:

Relatórios periódicos	Possibilitam o monitoramento do projeto e também permitem que as atividades, metas e objetivos do projeto sejam conhecidos pelas pessoas. Muitas vezes esses relatórios são extensos e contêm muita informação. É interessante fazer uma versão reduzida e colocá-la à disposição do público, por exemplo, no portal de Internet do governo, da empresa ou do próprio projeto.
Boletins informativos	Devem ter uma periodicidade mais curta que os relatórios ou ser distribuídos de maneira esporádica. Também devem ser redigidos em uma linguagem mais acessível e simplificada. Têm de informar as principais atividades e avanços do projeto. Também é possível publicar informações nos websites dos parceiros.
Reuniões públicas	É possível, por exemplo, convocar a comunidade de um determinado local onde o projeto é realizado para uma reunião aberta, onde se apresentem as principais atividades e resultados do projeto.

Quando se trata de prevenção da violência, é pouco comum a comunidade receber informações sobre o que está sendo feito. Apresentar esses resultados é uma forma não somente de prestar contas, mas também de aproximar a população de um tema que tradicionalmente é visto como uma questão unicamente policial. A apresentação pública é uma forma de conscientizar as pessoas para o fato de que todos são responsáveis por prevenir a violência.

Exemplo

Medellín (Colômbia)

A cidade colombiana de Medellín conseguiu diminuir as taxas de mortes violentas de 381 homicídios por 100 mil habitantes em 1991 para 26 por 100 mil habitantes em 2007. Desde 2004, são realizadas parcerias entre os setores público e privado para a promoção do desenvolvimento pleno da cidade. Desde 2005, também é realizada anualmente uma Feira da Transparência.

Por meio desse ato público, a prefeitura abre um espaço para pensar a cidade desde a ótica da transparência, da legalidade e

da construção de uma ética de respeito ao bem público. A feira é concebida para que os cidadãos tenham a oportunidade de trocar experiências sobre transparência, prestação de contas e outros temas afins.

Além disso, a feira é a oportunidade para a prefeitura prestar contas de todos os seus contratos com o setor privado, expondo todos os seus planos de compras. Essa medida, além de demonstrar transparência nas contratações públicas, ajuda a fortalecer o tecido empresarial da cidade.

Para obter mais informações, visite <http://feriadelatransparencia.com>

CAPÍTULO IV

COMPÊNDIO DE PRÁTICAS SOBRE O ENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO NA PREVENÇÃO EM TODO O MUNDO

NESTE CAPÍTULO, apresentamos uma breve descrição de projetos de prevenção da violência e da criminalidade com participação do setor privado. O Instituto Sou da Paz identificou a maioria dos projetos da América Latina, e o Centro Internacional para a Prevenção da Criminalidade (CIPC) identificou os casos em outras partes do mundo.

Os projetos foram descritos com base nas páginas de cada organização na Internet (consultadas em julho de 2011) e outras fontes, como relatórios de pesquisa. Todas as fontes consultadas estão indicadas no final do Guia.

Os projetos descritos a seguir variam em termos de objetivos, beneficiários, estratégia de atuação, alcance geográfico e fontes de financiamento. A forma de envolvimento do setor privado também varia, podendo envolver doação de recursos, participação ativa ou ambos. Além disso, como vimos anteriormente, as empresas podem ou não ter interesses diretos nos projetos com que se envolvem.

As iniciativas apresentadas a seguir representam exemplos de parcerias que podem inspirar o setor privado a se envolver em iniciativas de prevenção da criminalidade e da violência. Indicamos os contatos de cada projeto para que os usuários deste Guia possam se comunicar com os gestores dos projetos para o intercâmbio de informações e experiências.

Entretanto, é importante observar que os projetos descritos aqui não passaram por uma avaliação rigorosa que nos permitisse apresentá-los como “boas práticas”. Ainda assim, são exemplos que ilustram de maneira clara as inúmeras possibilidades de envolvimento do setor privado na prevenção.

Os projetos são apresentados em ordem alfabética conforme o país de origem.

América Latina

País

ARGENTINA

Projeto

Projeto Doncel

Objetivo

Aumentar as oportunidades de integração social e profissional de jovens que vivem em abrigos na Argentina

Beneficiários

Adolescentes em conflito com a lei e jovens que vivem em instituições

Descrição
do projeto

O projeto Doncel foi impulsionado pela organização Amartya, uma empresa social da Argentina. Trata-se de um projeto de inclusão social e de garantia de direitos voltado para jovens de 17 a 21 anos que vivem em instituições na Argentina. O projeto busca aumentar as oportunidades de integração social e profissional de jovens por meio da promoção de estratégias conjuntas e do desenvolvimento de ações concretas de responsabilidade social dos setores público e privado no país. O programa se desenvolve por meio de uma rede em que são oferecidas oportunidades de trabalho e capacitação profissional com vistas ao momento em que os jovens sairão da instituição onde moram.

Informações
de contato

Amartya (instituição responsável)

Pasaje Colombo

Av. Rivadavia 2431, entrada 3, 4.º piso, Of. 9

C1034ACD, Buenos Aires

Tel: +54 11 4952-4779

E-mail: info@amartya-ar.net

Site: www.amartya-ar.net/proyectos.htm

País

ARGENTINA

Projecto

Sistema de Formación de Animadores Juveniles Comunitarios (Sistema de Formação de Animadores Juvenis Comunitários)

Objetivo

Promover maior compromisso social e político dos jovens com menos oportunidades, capacitando-os a liderarem atividades de desenvolvimento sociocultural em suas comunidades

Beneficiários

Jovens com poucas oportunidades, grupos de jovens

Descrição do projeto

O projeto fortalece os jovens que têm menos oportunidades, bem como seus grupos e organizações juvenis, com as habilidades necessárias para se desenvolverem como “animadores comunitários”. Busca-se promover um maior compromisso social e político dos participantes, capacitando-os a liderarem atividades de desenvolvimento sociocultural em suas comunidades.

O programa é executado pela Fundação SES, com financiamento da Fundação Avina e do Ministério do Desenvolvimento Humano da Província de Buenos Aires e apoio de organizações públicas e privadas.

Informações de contato

Fundação SES (instituição responsável)

Avenida de Mayo 1156, piso 2

C1085ABO, Buenos Aires (Argentina)

Tel: +54 11 4381-4225/3842

E-mail: info@fundses.org.ar

Site: www.fundses.org.ar/pformaciondeanimadores.html

País	BRASIL
Projeto	Ação Comunitária Chácara Santo Antônio
Objetivo	Envolver todos os setores da comunidade em torno da segurança pessoal e de propriedade, entendendo que o tema da segurança cidadã envolve a solidariedade entre os atores da comunidade
Beneficiários	Agentes de polícia y la comunidad en general
Descrição do projeto	<p>O projeto Ação Comunitária Chácara Santo Antônio é uma iniciativa idealizada por um grupo de empresas da Chácara Santo Antônio (bairro de São Paulo) que perceberam que a melhor forma para enfrentar a criminalidade que assolava a região era a atuação conjunta. A partir disso, a Câmara de Comércio Americana (Amcham) promoveu a articulação de seus associados que estivessem interessados em investir em um projeto de segurança para o bairro. A Amcham coordenou os processos de elaboração e implementação do projeto, integrando as informações de segurança das empresas, escolas, associações comunitárias e comércio da região com a segurança privada das ruas e a segurança pública desenvolvida pelas Polícias Militar e Civil.</p> <p>O projeto criou uma equipe de vigilância privada ostensiva, uniformizada, bem equipada e treinada que colabora com os porteiros e vigilantes das empresas e condomínios locais, reportando-se à Polícia Militar, que também se comprometeu a destacar policiais para o patrulhamento ostensivo da área. Por outro lado, foi criada uma coordenação executiva que organiza as informações coletadas, dissemina essas informações entre a polícia e as empresas e supervisiona a evolução da segurança na região. Os custos do projeto são cobertos pelas empresas participantes.</p>
Informações de contato	Ação Comunitária Chácara Santo Antônio Rua da Paz, 1568 Chácara Santo Antônio – São Paulo (SP), Brasil CEP: 04713-001 Tel: +55 11 5182-8856 E-mail: faleconosco@chacarasantoantonio.org.br Site: http://www.chacarasantoantonio.org.br

País

BRASIL

Projecto

Ação na Linha

Objetivo

Frear o roubo de cabos de uma empresa de telefonia de forma sustentável

Beneficiários

A empresa e a comunidade em geral

Descrição do projeto

O Ação na Linha nasceu como uma resposta ao problema de furto de cabos de cobre que afeta a empresa Telefônica em São Paulo. Diante do problema e da percepção de que as estratégias adotadas para tentar coibir esse crime não eram eficazes, a empresa resolveu investir numa abordagem diferenciada para lidar com a questão. A Telefônica buscou auxílio de seu braço social, a Fundação Telefônica, e o Instituto Sou da Paz foi responsável por elaborar uma metodologia alternativa e inovadora.

A metodologia tem duas fases. Na primeira fase do projeto, foi elaborado um diagnóstico local da criminalidade e da violência com foco no furto de cabos, o que, além de fornecer um conhecimento sobre os principais problemas de criminalidade e de violência e sobre as potencialidades locais, conscientizou e mobilizou atores locais como policiais, representantes das prefeituras e líderes comunitários, entre outros, para as ações desenvolvidas a partir do diagnóstico. Posteriormente, foram elaboradas propostas de intervenção a serem implementadas no município onde o projeto é desenvolvido. A segunda fase implementa as estratégias definidas a partir do diagnóstico e a terceira constitui uma fase de transição, em que ocorrem a finalização das ações em um município e o início do projeto, com a realização do diagnóstico, em outro.

Informações de contato

Fundação Telefônica (instituição responsável)

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1188, cj. 33 e 34

Pinheiros - São Paulo (Brasil)

CEP: 01451-001

Tel: +55 11 3035 1955

Site: www.soudapaz.org/acaonalinha e

www.fundacaotelefonica.org.br

País	BRASIL
Projeto	Disque-Denúncia
Objetivo	Prover um serviço pelo qual os cidadãos podem prestar informações anônimas, 24 horas por dia, sete dias por semana, gerando-se, assim, dados importantes para o trabalho das instituições de segurança
Beneficiários	Policiais e sociedade
Descrição do projeto	O projeto tem como objetivo prover um serviço em tempo integral pelo qual os cidadãos possam prestar informações anônimas e também acompanhar seu desenrolar. Há projetos similares em diversos estados do Brasil: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e São Paulo. O modelo do Disque-Denúncia pode variar principalmente em termos de gratuidade da ligação, abrangência geográfica, pagamento de recompensas por informações relevantes e formas de mensuração de impactos e de resultados. O setor privado participa financiando as organizações da sociedade civil responsáveis pelo serviço.
Informações de contato	Disque-Denúncia Rio de Janeiro Instituto Brasileiro de Combate ao Crime (instituição responsável) Praça Cristiano Ottoni, s/nº - 3º andar - Prédio da Central do Brasil Centro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil Site: www.disquedenuncia.org.br Disque-Denúncia Minas Gerais Instituto Minas Pela Paz (instituição responsável) Rua dos Timbiras, 1200, sala 502 Centro, Belo Horizonte (MG), Brasil Tel: +55 31 3214-0417 Site: http://www.mg.gov.br/governomg/ecp/comunidade.do?app=governomg&pg=5140&chPlc=29013&tax=5616&idServ=29013 Disque-Denúncia São Paulo Instituto São Paulo Contra a Violência (instituição responsável) R. Líbero Badaró 377, 27º andar Centro, São Paulo (SP), Brasil CEP: 01009 906 Tel: +55 11 2168-2913 Site: http://www.ispcv.org.br/proj/dd/index.php

País	BRASIL
Projecto	Londrina Pazeando
Objetivo	Difundir a cultura de paz
Beneficiários	Polícia e sociedade
Descrição do projeto	A instituição tem por objetivo difundir uma cultura de paz por meio de uma série de eventos na cidade de Londrina, tais como a Semana da Paz, que conta com shows musicais de artistas locais, e a Caminhada pela Paz. O site da instituição, que divulga informações sobre ações governamentais e de outras ONGs para uma cultura de paz, é mantido por instituições privadas locais, a maior parte delas do comércio londrinense. A logomarca dessas instituições aparece no site, com a mensagem “Seja uma organização empresarial amiga da Cultura de Paz”.
Informações de contato	Londrina Pazeando (instituição responsável) Rua Prof. Joaquim de Mattos Barreto, 1298 Jd. Maringá, Londrina (PR), Brasil CEP: 86060-010 E-mail: paz@londrinapazeando.org.br Site: www.londrinapazeando.org.br/

País	BRASIL
Projecto	Papo de Resposta
Objetivo	Favorecer uma aproximação entre os policiais e a comunidade onde atuam
Beneficiários	Crianças e adolescentes, jovens, polícia e sociedade
Descrição do projeto	Fruto de um entendimento entre a polícia civil do Rio de Janeiro e o Grupo Cultural AfroReggae, o projeto Papo de Resposta busca fomentar o diálogo entre os policiais e a população das comunidades onde atuam, especialmente os jovens. Dessa forma, os policiais têm a oportunidade de ouvir as comunidades locais e “desconstruir” estereótipos, enquanto as comunidades têm a chance de conhecer os policiais, o trabalho que desenvolvem, seus riscos e dificuldades. O projeto é possível graças a doações do setor privado: uma empresa de cosméticos brasileira e um banco. As duas empresas também financiam a instituição AfroReggae.
Informações de contato	Grupo Cultural AfroReggae (instituição responsável) Rua da Lapa, 180 Centro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil CEP: 200.21-180 Tel: +55 21 2532 0171 Site: www.afroreggae.org/

País	BRASIL
Projeto	Pátio Legal
Objetivo	Abrigar os veículos roubados ou furtados recuperados pela polícia na região metropolitana do Rio de Janeiro, oferecendo aos cidadãos serviços com mais conforto, tecnologia e velocidade
Beneficiários	Sociedade
Descrição do projeto	<p>O Pátio Legal foi inaugurado em julho de 2005 como resultado de convênio entre o Sindicato das Seguradoras do Rio, a Fenaseg, a Secretaria de Segurança e o Detran do Rio de Janeiro.</p> <p>O objetivo é abrigar os veículos roubados ou furtados recuperados pela polícia na região metropolitana do Rio de Janeiro, oferecendo aos cidadãos serviços com mais conforto, tecnologia e velocidade, independentemente de o veículo ser ou não segurado.</p> <p>Anteriormente, a maior parte desses veículos ficava estacionada nas calçadas próximas às delegacias, que ficavam lotadas – o que dificultava a localização dos veículos pelos proprietários.</p> <p>A parceria permite ao Estado melhor prestação de um serviço público, liberando os policiais para outras tarefas, eliminando custos de remoção e guarda dos veículos recuperados e desobstruindo os pátios das delegacias. As seguradoras se beneficiam na medida em que há redução no custo dos sinistros e elevação no custo dos salvados, tornando o valor dos seguros mais acessíveis de uma maneira geral. Já o cidadão pode contar com um sistema de informações por telefone e Internet sobre os veículos recuperados, com instruções de como retirá-los. Além disso, todos os procedimentos para liberação são efetuados em um único local.</p>
Informações de contato	<p>Cevera (instituição responsável) Avenida Duque de Caxias, nº 334 Deodoro (Vila Militar), Rio de Janeiro – RJ (Brasil) Tel: +55 21 3369 8155 E-mail: patiolegal-rj@cevera.com.br Site: www.patiolegal.com.br/</p>

País	BRASIL
Projecto	Projeto Praças da Paz SulAmérica
Objetivo	Promover a ocupação pacífica e democrática de espaços públicos na periferia de São Paulo
Beneficiários	Comunidade em geral
Descrição do projeto	<p>Criado em 2007, o projeto Praças da Paz SulAmérica é uma parceria entre o Instituto Sou da Paz e a SulAmérica Seguros.</p> <p>Ele é um projeto de revitalização de espaços que conta com a participação da população local e, principalmente, dos jovens, seja na reforma participativa das praças, seja na promoção de atividades culturais e esportivas nelas. Ao envolver esses públicos, busca-se dar poder e proporcionar integração à comunidade local, além de desenvolver lideranças positivas, promover o protagonismo juvenil e o associativismo e estabelecer o diálogo como forma de resolução dos conflitos.</p> <p>O projeto funciona em quatro fases principais. Fase I: implementação do projeto e reforma; Fase II: ocupação do espaço e consolidação da gestão participativa; Fase III: fortalecimento dos grupos e sustentabilidade; Fase IV: monitoramento, avaliação e disseminação.</p> <p>A empresa SulAmérica participa do projeto por meio da doação de recursos e de sua gestão.</p>
Informações de contato	<p>Instituto Sou da Paz (instituição responsável) R. Luis Murat, 260 Vila Madalena - São Paulo (SP), Brasil CEP: 054036-050 Tel: +55 11 3812 1333 Site: http://www.soudapaz.org/pracasadapazsulamerica</p>

País	BRASIL
Projeto	Prêmio Polícia Cidadã
Objetivo	Identificar e premiar as boas práticas policiais
Beneficiários	Policiais
Descrição do projeto	<p>O Prêmio Polícia Cidadã é um projeto criado pelo Instituto Sou da Paz para identificar e premiar as boas práticas policiais que solucionam problemas de segurança pública de modo eficaz, sempre respeitando a lei. Valorizando o bom policial e lembrando às pessoas que policiais violentos e corruptos são exceção, pretende-se dar a elas um estímulo e referenciais para que exijam que as boas práticas sejam adotadas por todos os policiais. O prêmio também tem como objetivo incentivar a reprodução dessas boas ações nas corporações.</p> <p>Podem se inscrever ao prêmio os policiais civis, militares ou técnico-científicos que atuam na região metropolitana de São Paulo. As inscrições são avaliadas por uma comissão de especialistas em segurança pública. As ações definidas como finalistas são visitadas por um grupo que verifica a veracidade das informações e o impacto do trabalho e são novamente submetidas à comissão avaliadora. As ações vencedoras recebem prêmios em dinheiro ou bolsas de estudo.</p> <p>O setor privado participa com doação de recursos para o prêmio e também para a ONG Sou da Paz.</p>
Informações de contato	<p>Instituto Sou da Paz (instituição responsável) R. Luis Murat, 260 Vila Madalena - São Paulo (SP), Brasil CEP: 054036-050 Tel: +55 11 3812 1333 Site: www.soudapaz.org/premiopoliciacidade</p>

País

BRASIL

Projecto

Programa Jovem de Expressão

Objetivo

Reduzir a exposição dos jovens a agressões físicas

Beneficiários

Crianças, adolescentes e jovens

Descrição do projeto

O Grupo Caixa Seguros promove a saúde dos jovens brasileiros, com foco na redução da mortalidade por causas externas. A seguradora escolheu combater a violência, especialmente a causada por armas de fogo, e investiu esforços e recursos para fomentar um programa social que ajuda a reduzir a exposição dos jovens a agressões físicas.

Os jovens que ingressam no programa são atraídos pelas oficinas de rap, hip-hop, capoeira e dança, disponibilizadas por duas das três organizações não governamentais que firmaram parceria com a seguradora. Uma vez integrados nesses grupos, os jovens também dispõem de um espaço para resolverem problemas, angústias e conflitos pessoais, com apoio de psicólogos e terapeutas comunitários.

O principal objetivo é a transformação social do jovem pela adoção de novos conhecimentos, atitudes e práticas que convirjam ao fortalecimento de sua saúde integral.

A Organização Pan-Americana da Saúde validou a metodologia de trabalho proposta e levou o projeto para sua oficina de projetos de prevenção à violência, sediada em Washington, como um modelo eficaz porque diminui a prática, o sofrimento e o presenciar de atos violentos por parte dos participantes.

Informações de contato

Grupo Caixa Seguros (instituição responsável)

SCN Quadra 01 - Bloco A - Ed. Number One - 15º andar -

Brasília (Brasil)

CEP: 70711-900

Tel: + 55 61 2192-2400

Site:

<http://www.caixaseguros.com.br/portal/site/CaixaSeguros/menuitem.9b0da7952f61a59b6cd4ac1230e001ca/?vgnnextoid=ec4e1cf28d916110VgnVCM1000009200640aRCRD>

País	BRASIL
Projeto	Projeto Começar de Novo
Objetivo	Reduzir a reincidência e promover a ressocialização de presos, egressos do sistema prisional, cumpridores de medidas e penas alternativas e adolescentes em conflito com a lei
Beneficiários	Adolescentes em conflito com a lei e egressos do sistema prisional
Descrição do projeto	<p>Idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o projeto busca promover a redução da reincidência e a ressocialização de presos, egressos do sistema prisional, cumpridores de medidas e penas alternativas e adolescentes em conflito com a lei por meio das seguintes atividades como: capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho; estabelecimento de parcerias com associações patronais, ONGs e o setor público em prol de ações de reinserção; elaboração de campanhas para implantação de redes em favor da ressocialização; e integração entre os serviços sociais nas unidades da federação para a identificação de beneficiários para o projeto.</p> <p>Para tanto, o CNJ procura conscientizar órgãos públicos, sociedade civil, setor privado e organizações não governamentais, além de disponibilizar um banco de vagas e de cursos oferecidos por esses atores para os egressos.</p>
Informações de contato	<p>Conselho Nacional de Justiça (instituição responsável) Anexo I – Supremo Tribunal Federal, Praça dos Três Poderes s/n Brasília (DF), Brasil CEP: 70175-900 Tel: +55 61 3217-6787 E-mail: comecardenovo@cnj.jus.br Site: http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/detentos-e-ex-detentos/pj-comecar-de-novo</p>

País

BRASIL

Projecto

Projeto Regresso

Objetivo

A ressocialização dos egressos do sistema prisional de Minas Gerais, ou seja, aqueles que já estão em liberdade condicional ou definitiva, visando assim à diminuição da reincidência criminal no Estado

Beneficiários

Egressos do sistema prisional

Descrição do projeto

O projeto busca incentivar a criação de postos de trabalho em empresas para egressos do sistema prisional, bem como sua qualificação por meio de cursos educacionais e profissionais por parte de instituições parceiras, como os órgãos do sistema FIEMG (Sesi e Senai). No primeiro caso, as empresas podem oferecer pelo menos uma vaga e, no máximo, 5% de sua força de trabalho para egressos, recebendo do Poder Executivo estadual, como contrapartida, uma subvenção econômica trimestral de dois salários mínimos, durante dois anos, por empregado contratado.

As empresas interessadas em oferecer vagas para egressos podem se credenciar junto ao Instituto Minas Pela Paz, mas devem cumprir uma série de requisitos. O formulário de oferta de vagas por parte da empresa discrimina o cargo/função a ser desempenhado pelo egresso, o número de vagas disponíveis, o local de trabalho, o salário e os benefícios oferecidos, assim como requisitos para o preenchimento da vaga – como escolaridade e qualificação profissional.

Por sua vez, o egresso a ser beneficiado deve estar vinculado ao Programa de Reinserção Social do Egresso do Sistema Prisional (Presp) da Superintendência de Prevenção à Criminalidade (Secretaria de Estado de Defesa Social), que avaliará seu grau de escolaridade e potencialidades de trabalho para melhor encaminhá-lo. Assim, os órgãos governamentais responsáveis selecionarão, entre os egressos, os possíveis candidatos para as vagas existentes. A seguir, inicia-se a tramitação do Termo de Compromisso, que será efetivado entre a empresa participante, o Instituto Minas Pela Paz e o governo de Minas Gerais – por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social.

A seleção do egresso é realizada pelas próprias empresas, e as regras que regerão seu trabalho são as mesmas aplicadas aos outros funcionários – inclusive podendo o egresso ser demitido se não tiver um desempenho compatível com as expectativas da empresa.

Informações de contato

Instituto Minas Pela Paz (instituição responsável)

Rua dos Timbiras, 1200, sala 502.

Centro, Belo Horizonte (MG), Brasil

Tel: +55 31 3214-0417

Site: <http://minaspelapaz.org.br/projetos.php?id=1>

País	CHILE
Projeto	Paz Activa (Paz Ativa)
Objetivo	Prevenir delitos em bairros vulneráveis
Beneficiários	Comunidade em geral
Descrição do projeto	<p>O Paz Activa é um projeto da Fundación Paz Ciudadana e tem por missão a prevenção de delitos em bairros vulneráveis. Para tanto, a instituição utiliza uma metodologia de trabalho que identifica os fatores de riscos relevantes por bairro e coordena, com a comunidade, programas efetivos para abordar tais fatores.</p> <p>Na primeira etapa do trabalho, busca-se atrair a confiança dos moradores do bairro, informando-os sobre o programa e convidando-os para participar dele. Na segunda fase, é criado um diretório comunitário composto pelos principais representantes do bairro e instituições ali presentes, de forma que esses atores participem da definição e priorização das estratégias a serem aplicadas localmente e monitorem seu cumprimento efetivo. A partir de então, acontece a coordenação das ações, estratégias e projetos que intervenham sobre os fatores relacionados à criminalidade, com o município correspondente, a polícia e as instituições da sociedade civil. A terceira etapa compreende a oferta de estratégias de intervenção que busquem identificar e reduzir fatores de riscos, objetivando tornar os entornos mais seguros e agradáveis, prevenir que públicos de risco se envolvam com a violência, resgatar quem já se envolveu com crimes e reduzir as oportunidades e situações em que a violência se manifesta. A última etapa do trabalho é a avaliação das ações e iniciativas implementadas, por meio de pesquisas de vitimização, com vistas a conhecer os resultados obtidos e o impacto alcançado. O projeto ocorre em duas localidades: na comunidade de Recoleta e no bairro La Pincoya, da comunidade Huechuraba.</p> <p>O projeto é executado pela Fundación Paz Ciudadana, que é financiada, em grande medida, pelo setor privado, com empresas como o banco Santander, as lojas Falabella, PricewaterhouseCoopers, entre outras.</p>
Informações de contato	<p>Fundación Paz Ciudadana (instituição responsável) Valenzuela Castillo 1881, Providencia Santiago – Chile Tel: +56 2 363-3800 E-mail: fpc@pazciudadana.cl Site: www.pazciudadana.cl/at_prevision_barrios_pactiva.html</p>

País	CHILE
Proyecto	Paz Educa
Objetivo	Prevenir a violência escolar
Beneficiários	Crianças, adolescentes e jovens
Descrição do projeto	<p>O projeto Paz Educa, implementado pela Fundación Paz Ciudadana, tem por objetivo prevenir a violência escolar, fenômeno que influencia o desenvolvimento integral de crianças e jovens. O trabalho começou com uma experiência-piloto em três estabelecimentos educacionais municipais da comuna Puente Alto, graças à colaboração da prefeitura, à doação de uma instituição privada com interesse nessa comunidade e ao apoio técnico da Universidade de Oregon (Estados Unidos).</p> <p>O histórico do projeto remonta ao trabalho realizado, em 2000, em colaboração com a <i>Peace Education Foundation</i> referente à mediação e resolução de conflitos nos estabelecimentos educacionais. Posteriormente, foram empreendidas diversas atividades e produção de material e estudos sobre a violência escolar.</p> <p>Depois de três anos de execução, o programa tem mostrado bons resultados relacionados à violência escolar, especialmente na Escola Padre Hurtado de Puente Alto. Segundo os próprios estudantes, houve uma melhora em média de 9,1% em indicadores como destruição do material escolar, roubo, porte de armas, ameaças entre alunos, empurrões entre os estudantes, entre outros, e 8,8% em violência entre professores e alunos. De acordo com os professores, uma das maiores conquistas foi a redução de 57% no que tange a espancamentos e provocações entre os estudantes. Entre 2006 e 2008, diminuiu em 45% o número de alunos enviados para inspeção devido a problemas de comportamento.</p>
Informações de contato	<p>Fundación Paz Ciudadana (instituição responsável) Valenzuela Castillo 1881, Providencia Santiago – Chile Tel: +56 2 363-3800 E-mail: fpc@pazciudadana.cl Site: www.pazciudadana.cl/at_prevenccion_escuelas_educa.html</p>

País	CHILE
Projecto	Plan Maestro de Alumbrado Público (Plano Diretor de Iluminação Pública), CPTED – Chilectra
Objetivo	Recuperar espaços públicos
Beneficiário	Comunidade em geral
Descrição do projeto	<p>O projeto Plan Maestro de Alumbrado Público foi implementado em 2006 pela Chilectra, empresa de distribuição de energia elétrica.</p> <p>Parte desse projeto objetiva recuperar o espaço urbano por meio da intervenção em seu desenho arquitetônico, visando maior segurança para os moradores da localidade escolhida.</p> <p>Para tanto, em 2006, foi substituída toda a iluminação pública com mais de sete anos, conforme a metodologia <i>Crime Prevention Through Environmental Design</i> (CPTED), na comunidade de Lo Prado, em Santiago do Chile.</p> <p>A estratégia CPTED foi aplicada de acordo com as etapas de diagnóstico, desenho de projeto, execução e avaliação – as duas últimas estão em execução. As fases de diagnóstico e desenho de projeto foram realizadas em conjunto com a comunidade local e representantes do setor público.</p>
Informações de contato	<p>Plan Maestro de Alumbrado Público (CPTED – Chilectra)</p> <p>Site: http://206.49.219.106/medios/municipios/Present_V_Semin/02_ClaudioInzunza_Chilectra.pdf</p>

País

COLÔMBIA

Projecto

Bogotá Cómo Vamos

Objetivo

Causar impactos positivos sobre a qualidade de vida em Bogotá

Beneficiários

Sociedade

Descrição do projeto

O projeto Bogotá Cómo Vamos é produto de uma aliança institucional entre a Casa Editorial El Tiempo, a Fundação Corona e a Câmara de Comércio de Bogotá.

Configura-se como um espaço para análise e debate, procurando causar impactos sobre a administração pública, a cidadania em geral e os grupos de especialistas e pesquisadores que trabalham para o melhoramento de Bogotá.

Dessa maneira, procura-se promover uma atuação pública efetiva e transparente, pois o projeto cobra a prestação de contas pela administração distrital, incentivando-a, por sua vez, a gerar as informações necessárias para essa prestação de contas para, então, avaliar esses dados com especialistas e cidadãos.

Igualmente, promove-se uma cidadania mais informada, participativa e responsável, uma vez que as avaliações são divulgadas ao público em geral, que é consultado sobre sua percepção da qualidade e do acesso a serviços públicos, comunicando-se os resultados dessa consulta à população.

O projeto promove alianças estratégicas para o desenvolvimento de políticas que melhorem a qualidade de vida, construindo espaços de debates e de conhecimento para potencializar os esforços e recursos dos diferentes atores que avaliam e acompanham a cidade. Ao ser criado um espaço de discussão permanente sobre Bogotá, são complementados os conhecimentos existentes e é impulsionada a aprendizagem institucional.

Informações de contato

Bogotá Cómo Vamos (instituição responsável)

Carrera 6 # 26 – 85. Piso 17

Bogotá- Colômbia

Tel: +57 1 3506420/ 7425432

E-mail: info@bogotacomovamos.orgSite: www.bogotacomovamos.org/

País	COLÔMBIA
Projecto	Cultura de Paz
Objetivo	Recuperação e retorno da paz aos territórios e comunidades afetadas pela violência e conflitos armados
Beneficiários	Jovens e sociedade
Descrição do projeto	<p>A Corporación VallenPaz é uma corporação privada sem fins lucrativos dedicada à construção da paz por meio do desenvolvimento humano e socioeconômico dos pequenos agricultores das regiões mais afetadas pelo conflito armado no sudoeste colombiano.</p> <p>A corporação realiza o programa <i>Habilidades para La Convivencia en Instituciones Educativas</i>, que busca recuperar e restabelecer a paz nos territórios e comunidades atingidas pela violência e conflitos armados. O projeto forma crianças, jovens, pais e professores afetados pelo conflito armado colombiano em “atuação não violenta e construção da paz”. O programa beneficiou 6.000 estudantes, 1.000 pais e 300 professores.</p>
Informações de contato	<p>Corporación VallenPaz (instituição responsável) Carrera 5 n.11-68, piso 5 Cali, Valle del Cauca, Colômbia Tel: +57 2 8821933- 8822573 Site: http://www.vallenpaz.org.co/</p>

País

COLÔMBIA

Projecto

Fútbol por la Paz (Futebol pela Paz)

Objetivo

Consolidar práticas de convivência pacífica e equidade de gênero em comunidades do entorno da empresa Indupalma.

Beneficiários

Comunidade em geral

Descrição do projeto

O projeto busca consolidar práticas de convivência pacífica e equidade de gênero em comunidades do entorno da empresa Indupalma.

Para tanto, o projeto se vale de mudanças nas regras do futebol tradicional, como a inclusão de mulheres em cada time e o requisito de que o primeiro gol seja feito por alguma delas. Dessa forma, os habitantes da região aprendem que o futebol pode também oferecer um cenário para a paz. A empresa apoia o projeto e tem seus representantes acompanhando-o de perto, participando de reuniões nas comunidades e de um comitê de mediadores.

A empresa também desenvolve um projeto de métodos alternativos de solução pacífica de conflitos, envolvendo funcionários da empresa, cooperativas de trabalho colaboradoras, professores e alunos das instituições educativas de San Alberto e região. O objetivo do programa é promover o uso de ferramentas pacíficas para a solução de conflitos cotidianos.

Informações de contato

Indupalma (instituição responsável)

Calle 67 N°. 7-94 Piso 8º

Bogotá D.C. - Colômbia

Tel: (+1) 347 00 10

Fax: (+1) 212 10 68/16

Site:

www.indupalma.com/contenido/contenido.aspx?catID=6&conID=37

País

COLÔMBIA

Projecto

Laboratório de Paz

Objetivo

Construção coletiva das condições para uma paz duradoura e convivência pacífica baseada em uma vida com dignidade e oportunidades para todos os habitantes

Beneficiários

Sociedade

Descrição do projeto

A Corporación Prodepaz é formada por parceiros de diversas empresas privadas colombianas que estão unidos com a missão de participar do processo de integração e desenvolvimento territorial por meio da articulação de esforços institucionais, fortalecimento da governabilidade democrática, “empoderamento” da comunidade e geração de renda na própria comunidade. O objetivo é proporcionar condições de convivência pacífica e vida digna aos habitantes da zona de influência.

A Interconexión Eléctrica S.A. (ISA) é a maior transportadora de energia da Colômbia e uma das empresas que mais sofreu com os ataques de guerrilhas: suas torres de energia foram bombardeadas mais de cem vezes desde 1999. A escalada de violência na década de 1990 na Colômbia foi um importante fator que levou a companhia a refletir mais profundamente sobre os conflitos armados, a possibilidade de desenvolver negócios sustentáveis em áreas de conflito e a necessidade de direcionar seus programas sociais para contribuir com a construção de uma paz sustentável nesses territórios.

Em 1999 a ISA, em parceria com a diocese de Sonson, criou, em Antioquia, um programa regional de desenvolvimento e construção da paz – o Desarrollo para la Paz (Prodepaz). Desde então, a política da ISA tem sido apoiar outros programas no país e convencer outras empresas a fazerem o mesmo.

O programa promove a organização comunitária e a capacitação para que seus membros sejam atores políticos e sociais, gerando mudanças que melhorem sua qualidade de vida e seu ambiente. Seus focos são as causas estruturais dos conflitos e da violência, como a desigualdade, a falta de perspectiva de futuro (falta de emprego, de projeto de vida, entre outros), a cultura da violência e a ausência de valores democráticos. Atualmente, 28 cidades e cerca de 2.300 famílias já foram beneficiadas.

Os Laboratórios de Paz constituem uma ferramenta de cooperação técnica e financeira da União Europeia com a Colômbia.

O primeiro Laboratório de Paz teve início em 2002, na região de Magdalena. Para dar continuidade e maior alcance ao projeto, a União Europeia aprovou a execução de um segundo Laboratório de Paz para três outras regiões colombianas – Norte de Santander, Oriente Antioqueño e Macizo Colombiano/Alto Patía –, cujo objetivo geral é a construção coletiva das condições para uma paz duradoura e convivência pacífica baseada em uma vida com dignidade e oportunidades para todos os habitantes.

Informações de contato

Corporación Prodepaz – Programa Desarrollo para la Paz
(instituição responsável)
Calle 51 n. 50-34, Ed. San Miguel, Piso 3
Rionegro, Antioquia – Colômbia
Tel: +57 4 5314422, Ext. 501
Site: www.prodepaz.org/

País

COLÔMBIA

Projecto

Negocios Responsables y Seguros
(Negócios Responsáveis e Seguros)

Objetivo

Incentivar e facilitar a integração de medidas contra a lavagem de dinheiro no modelo de gestão do setor empresarial da Colômbia e propor ao setor público medidas para melhorar a regulamentação, o controle e a implementação do sistema contra a lavagem de dinheiro no setor empresarial

Beneficiários

Empresas colombianas e sociedade em geral

Descrição do projeto

Iniciativa conjunta entre o Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNODC), por meio do Programa de Assistência Legal para a América Latina e o Caribe (LAPLAC), a Embaixada Britânica na Colômbia e a Câmara de Comércio de Bogotá (CCB).

O programa é uma parceria público-privada entre o setor público (regulador e de justiça) e o setor privado (real e financeiro) para prevenir e controlar a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e o contrabando no setor empresarial da Colômbia.

Além da CCB e do UNODC, o convênio conta com outras 16 instituições públicas e privadas dedicadas ao tema da lavagem de dinheiro e relacionados.

Para facilitar a integração de medidas contra a lavagem de dinheiro, o programa trabalha em quatro enfoques: conscientização, capacitação, correção e cooperação. Conscientização: pretende divulgar os fenômenos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e contrabando para evitar que os empresários e comerciantes sejam vítimas desses crimes. Capacitação: busca gerar processos de ensino-aprendizagem para que empresários e comerciantes desenvolvam as habilidades e capacidades necessárias para identificar e se proteger desses crimes. Correção: pretende promover espaços de diálogo entre o setor público e privado com vistas à adoção de medidas anti-lavagem para lutar contra esses fenômenos, proteger a economia e incentivar o crescimento dos diferentes setores. Cooperação: busca criar canais efetivos de comunicação e intercâmbio de experiências entre os setores público e privado para fortalecer o sistema antilavagem no setor empresarial da Colômbia.

Informações de contato

Site: www.negociosresponsablesysegueros.org

País	COLÔMBIA
Projecto	<i>Observatorio de Seguridad (Observatório de Segurança)</i>
Objetivo	Propor e apoiar as ações das autoridades na redução e prevenção da criminalidade e, ainda, manter informados os empresários e as organizações públicas e privadas responsáveis e interessadas no assunto
Beneficiários	Sociedade
Descrição do projeto	<p>O Observatório de Segurança é uma iniciativa da Câmara de Comércio de Bogotá que analisa as condições de segurança na cidade de Bogotá e na região de Cundinamarca com o objetivo de propor e apoiar as ações das autoridades na redução e prevenção da criminalidade e, ainda, manter informados os empresários, as organizações públicas e privadas e os interessados em geral. Para tanto, são analisadas variáveis objetivas (estatísticas de delitos de maior impacto) e subjetivas (por meio de pesquisas de percepção e vitimização) relacionadas à segurança em Bogotá e sua região.</p> <p>A publicação periódica do Observatório inclui artigos especializados sobre temas relacionados à segurança e identifica boas práticas nos contextos nacional e internacional. Configura-se, portanto, como ferramenta que contribui para o desenho de políticas públicas e de estratégias de redução e prevenção dos delitos em Bogotá e sua região.</p>
Informações de contato	<p>Câmara de Comércio de Bogotá (instituição responsável) Avenida Eldorado n. 68D - 35, piso 7 Bogotá- Colômbia Tel.: +57 1 594 1000, Ramal: 2764, 3703 e 2755 E-mail: observaseg@ccb.org.co Site: http://camara.ccb.org.co/contenido/contenido.aspx?catID=126&conID=6574</p>

País

COLÔMBIA

Proyecto

Observatorio de Seguridad, Convivencia y Cultura Ciudadana (Observatório de Segurança, Convivência e Cultura Cidadã)

Objetivo

Oferecer um espaço permanente de encontro entre atores públicos e privados que atuam em rede para a discussão, pesquisa e proposição de linhas de atuação diante de eventos ou fenômenos sociais que afetam a segurança e a convivência cidadã

Beneficiários

Sociedade

Descrição do projeto

O Observatório de Segurança, Convivência e Cultura Cidadã é um espaço permanente de encontro entre atores públicos e privados que atuam em rede para a discussão, pesquisa e proposição de linhas de atuação diante de eventos ou fenômenos sociais que afetam a segurança e a convivência cidadã.

Um sistema com estatísticas de homicídios, acidentes de trânsito, violência familiar e crimes contra o patrimônio foi consolidado em Palmira. O Observatório, portanto, é um sistema de vigilância que utiliza informações georreferenciadas de baixo custo, sendo monitorado institucionalmente como um instrumento para definição de estratégias de intervenção em nível municipal por parte das autoridades locais de governo, justiça e saúde, encabeçadas pelo prefeito municipal de Palmira.

Informações de contato

Fundación Progresamos (instituição responsável)

Edificio Cámara de Comercio de Palmira

Calle 28 n. 30-15 Oficina 201

Palmira, Valle del Cauca - Colômbia

Tel: 2735045

E-mail: observatorios@fundacionprogresamos.org.coSite: www.osccc.org/

País	EL SALVADOR
Projecto	Todos contra la Violencia (Todos contra a Violência)
Objetivo	Transformar a maneira de abordar as notícias e o tema da violência na imprensa, enfatizando a necessidade de não utilizar imagens ou linguagens violentas, respeitar todas as pessoas e não estigmatizar vítimas ou agressores
Beneficiários	Sociedade
Descrição do projeto	<p>Em 2005, a Prensa Gráfica, uma das maiores empresas de mídia de El Salvador, publicou o <i>Manual para el tratamiento informativo de la violencia</i> depois de um importante processo de reflexão e consulta sobre como o tema vinha sendo tratado pela mídia.</p> <p>Após sua publicação, o manual já começou a ser aplicado em todas as sessões do jornal. Em maio de 2005, a Prensa Gráfica lançou uma edição com 188 páginas, em preto e branco, para marcar a mudança na forma de abordar as notícias e o tema da violência, enfatizando a necessidade de não utilizar imagens ou linguagens violentas, respeitar todas as pessoas e não estigmatizar vítimas ou agressores.</p>
Informações de contato	<p>La Prensa Gráfica (instituição responsável)</p> <p>Site: http://www.laprensagrafica.com/el-salvador/social/35739--todos-contra-la-violencia.html</p>

País	GUATEMALA
Projecto	Projeto Puente Belice
Objetivo	Oferecer uma perspectiva de inserção no mercado de trabalho para os jovens
Beneficiários	Jovens
Descrição do projeto	<p>Pelo projeto Puente Belice, a empresa têxtil Koramsa oferece empregos para jovens moradores de regiões com altos índices de violência. Para isso, os jovens selecionados devem comprovar responsabilidade, interesse em melhorar suas condições de vida e matrícula em uma escola local. Por um lado, isso impede que jovens integrantes de gangues participem do projeto por não cumprirem com os requisitos. Por outro, os familiares podem ser recrutados se satisfizerem essas exigências — algo que já ocorreu.</p> <p>Assim, o projeto oferece uma perspectiva de inserção no mercado de trabalho para os jovens, como alternativa à criminalidade, além de valorizar a educação, a responsabilidade e o compromisso dos jovens.</p>
Informações de contato	<p>Projeto Puente Belice</p> <p>Site: http://puentebelice.org/</p>

País**MÉXICO**

Projecto***Comunidad en Libertad Asistida***
(Comunidade em Liberdade Assistida)

Objetivo

Gerar processos de reinserção social de adolescentes com medidas alternativas à privação de liberdade

Beneficiários

Adolescentes em conflito com a lei

Descrição do projeto

O projeto integra a intervenção familiar, educativa e social para prevenir a reincidência, apoiando jovens em conflito com a lei.

Para tanto, o programa educacional com adolescentes oferece ensino para adultos (INEA), oficina de computação, oficinas de desenvolvimento humano, preparação física, teatro, oficina de produção audiovisual, atividades comunitárias, psicoterapia individual e grupal, entre outras atividades. O programa familiar oferece ensino para adultos (INEA), oficinas de desenvolvimento humano, atividades comunitárias e psicoterapia individual e familiar.

A Fundação Reintegra tem financiamento do setor privado e de outros parceiros.

Informações de contato**Reintegra – Fundação Mexicana de Reintegração Social**

(instituição responsável)

Amores 32, Col. Del Valle

México, D.F. 03100 – México

Tel: +52 55 36 71 74

E-mail: reinteg@reintegra.org.mx

Site: <http://www.reintegra.org.mx/>

País	MÉXICO
Projecto	Observatorio del Delito (Observatório do Crime)
Objetivo	Contribuir para a melhoria da segurança do entorno dos centros empresariais da Coparmex
Beneficiários	Sociedade
Descrição do projeto	<p>A Confederación Patronal de la República Mexicana (Coparmex) tinha interesse em contribuir para melhorar a segurança do entorno de seus centros empresariais, com vistas à atração de novos investimentos.</p> <p>Para isso, propôs a criação de uma rede nacional de Observatórios de Crimes, em parceria com o Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNODC), no sentido de articular os esforços dos cidadãos pela segurança pública por meio da identificação de oportunidades e boas práticas.</p> <p>Com esse objetivo, foi incentivada em cada estado a criação de Observatórios do Crime que convergiram para essa rede.</p>
Informações de contato	<p>Coparmex – Confederación Patronal de la República Mexicana (instituição responsável)</p> <p>Insurgentes Sur. 950 1ro. y 2do. pisos, Colonia Del Valle México D.F. 03100 – México</p> <p>Tel: +52 55 5682 5466, 5547, 5615, 5741, 5868</p> <p>Site: www.coparmex.org.mx/upload/comisionesDocs/PPT%20oficial%20observatorio%20del%20Delito_290307.ppt#277,3,OBJETIVO GENERAL</p>

País

PERU

Proyecto

Encuestas de Victimización Nacional Urbana y Metropolitana 2011 de Ciudad Nuestra (Pesquisa Nacional de Vitimização Urbana e Metropolitana 2011 Ciudad Nuestra)

Objetivo

Ter uma linha de base das condições de segurança pública nas 23 principais cidades do país e nos 35 distritos mais importantes da capital, Lima.

Beneficiários

O Sistema Nacional de Segurança Cidadã e os municípios e distritos em que se realizou a pesquisa

Descrição do projeto

A pesquisa mediu os principais indicadores de segurança, ou seja, vitimização – direta e por residências, tipo de crime, local de ocorrência e uso de armas –, opinião sobre a polícia e sobre os patrulheiros municipais (Serenazgo), e percepção de insegurança. No total, 22.560 pessoas foram entrevistadas, cerca de 400 por cidade ou distrito de Lima. A pesquisa foi aplicada durante o primeiro trimestre de 2011 pelo Instituto de Opinião Pública da Pontifícia Universidade Católica do Peru.

Empresas de mineração, tais como Buenaventura, Hochschild, Barrick, Southern Perú e Yanacocha financiaram a pesquisa nas cidades de atuação. A Associação Atocongo do Grupo Cementos Lima financiou a pesquisa nos distritos do sul da capital. Além disso, vários municípios de Lima financiaram a pesquisa nos distritos. A Open Society Institute contribuiu com o capital inicial e a Corporação Andina de Fomento ajudou a completar toda a amostra.

Informações de contato

Ciudad Nuestra (institución responsable)
 Av. José Pardo N° 138 - Oficina 1202 - Miraflores,
 Lima 18 (Perú)
 Tel.: + 51 1 243-6377
 Correo electrónico: contacto@ciudadnuestra.org
 Site: www.ciudadnuestra.org

América do Norte

País	CANADÁ
Projecto	Associação de Revitalização de San Romanoway
Objetivo	Estimular a colaboração de todos os setores para promover a segurança na comunidade, melhorando o desenho ambiental e implementando estratégias de prevenção da criminalidade por meio do desenvolvimento social, tais como atividades extracurriculares.
Beneficiários	Jovens
Descrição do projeto	<p>A Associação de Revitalização de San Romanoway, em Toronto, Canadá, trabalha com todos os níveis de governo para combater algumas das causas sociais da criminalidade na região.</p> <p>Uma importante característica da comunidade de San Romanoway é o grande número de jovens e imigrantes, os quais têm poucas oportunidades de trabalho e tempo demasiado disponível para o ócio. Em julho de 2002, graças ao financiamento do Programa de Ação Empresarial (BAP) da Estratégia Nacional de Prevenção do Crime do Canadá (Canada's National Crime Prevention Strategy), a SRA lançou um Programa de Enriquecimento Cultural Social.</p> <p>O programa é administrado pela Rede Empresarial de Prevenção do Crime e recebe apoio de todos os setores da sociedade. A ideia é estimular a colaboração de todos os setores para promover a segurança na comunidade, melhorando o desenho do ambiente e implementando estratégias de prevenção da criminalidade por meio do desenvolvimento social, como atividades extracurriculares.</p> <p>O setor privado tem ajudado a SRA a desenvolver uma forte rede de apoio e a destacar os aspectos positivos das comunidades por meio da revitalização de bairros. Com isso, foi possível construir um parque (<i>Home Depot</i>), ampliar a sede da SRA e criar oportunidades de empregos para jovens fora da escola ou com prévio envolvimento com a Justiça Criminal.</p>
Informações de contato	<p>San Romanoway Revitalization Association (instituição responsável)</p> <p>10 San Romanoway – Ground Floor, North Wing Toronto, Ontário – Canadá Site: www.srra.ca/</p>

País	CANADÁ
Projecto	<i>Partnership Opportunities Legacy Fund</i> (Fundo de Legado de Oportunidades de Parceria)
Objetivo	Criar ou aprimorar os serviços que os residentes consideram que podem ter um impacto positivo sobre suas comunidades
Beneficiários	A comunidade de 13 bairros de Toronto
Descrição do projeto	<p>O Fundo de Legado de Oportunidades de Parceria, criado como parte do Plano de Segurança Comunitária da Cidade de Toronto, tem como objetivo aprimorar os serviços que os residentes consideram que podem ter um impacto positivo sobre suas comunidades. Entre esses serviços estão instalações para práticas esportivas (futebol, basquete), espaços para programas dirigidos aos jovens, parques e salões comunitários em bairros prioritários.</p> <p>A cada dólar investido pelo município, mais US\$ 1,90 foi investido por meio de associações do setor privado (pequenas e grandes empresas, fundações etc.) e outros órgãos públicos (governos municipais, estaduais e federal). Desta maneira, em 2008, a Câmara de Vereadores de Toronto destinou US\$ 13 milhões ao projeto como orçamento básico para uma ampla campanha de financiamento que arrecadou mais US\$ 24 milhões graças ao envolvimento de empresas e outros órgãos governamentais.</p> <p>A cidade recrutou jovens, adultos e entidades comunitárias para a participação em todos os aspectos do processo: desde o desenvolvimento do fundo até as consultas à comunidade, passando pela concepção e pela construção dos espaços públicos. Os residentes cumpriram um papel fundamental para determinar o tipo de serviços que teria um melhor impacto sobre a comunidade. Foram programados 16 projetos para 2010. A conclusão de outros dez estava prevista para o mesmo ano.</p>
Informações de contato	<p>Cidade de Toronto (órgão responsável) Toronto City Hall, 2nd Floor, 100 Queen St. West, Toronto, Ontário (Canadá) CEP: M5H 2N2 Site: http://www.toronto.ca/nan/about/pol.htm</p>

País	CANADÁ
Projecto	Licença conjunta de venda de bebidas alcoólicas (<i>reunion permit</i>) entre Terrasses Bonsecours e Femmes et Villes International (FIV)
Objetivo	Conscientizar e oferecer segurança às mulheres que retornam para casa após eventos noturnos
Beneficiários	Mulheres (e funcionários) que participam de eventos noturnos
Descrição do projeto	<p>O Terrasses Bonsecours (TB) é um bar, restaurante, discoteca e sorveteria que funciona durante o verão no cais do porto de Montreal. Atrás do prédio principal, também conta com um galpão que pode ser utilizado como anfiteatro para festas e eventos. Para conseguir uma licença de venda de bebidas alcoólicas, o Terrasses Bonsecours associou-se com a organização Femmes et Villes International (FVI), especializada na segurança das mulheres.</p> <p>Desta maneira, ambas as organizações adquirem conjuntamente uma licença para venda de bebidas alcoólicas nos eventos organizados durante o verão. Os eventos terminam de madrugada, e o Terrasses Bonsecours está em um terreno baldio afastado, o que significa que é necessário caminhar uma certa distância antes de chegar à avenida principal para usar o transporte público ou veículos particulares. Por constatarem que o ambiente não é seguro para que as mulheres voltem para casa, a FVI e o TB propuseram uma melhora das medidas de segurança para as mulheres clientes do estabelecimento, comprando “carrinhos de golfe” destinados a acompanhar as clientes até um ponto onde possam tomar um táxi para casa com total segurança. Os carrinhos de golfe têm o logo da FVI e ajudam a conscientizar o público sobre a segurança das mulheres por meio de materiais promocionais.</p> <p>Além disso, a FVI oferece assistência técnica para dar mais segurança às mulheres no perímetro do estabelecimento e participa conjuntamente de todas as atividades de imprensa para conscientizar o público. TB e FVI são parceiros na organização dos eventos de verão, e a FVI recebe uma doação a cada evento celebrado.</p>
Informações de contato	Femmes et Villes International (instituição responsável) 6465, Avenue Durocher, Suite 309, Montréal, Québec (Canadá) CEP: H2V 3Z1 Site: http://www.femmesetvilles.org

País	CANADÁ
Projecto	Cybercap
Objetivo	Integrar jovens desempregados que não tenham terminado o ensino secundário e estejam interessados em fazer carreira no setor de multimídia, além de evitar a evasão escolar dos jovens em risco
Beneficiários	Jovens desempregados de 18 a 25 anos e jovens em risco entre 15 e 17 anos
Descrição do projeto	<p>A Cybercap é uma organização não governamental cuja missão é promover a integração de jovens em risco a seu local de trabalho ou escola, aprimorando suas habilidades pessoais, sociais e profissionais por meio de técnicas de multimídia. A Cybercap enfoca a multimídia de duas maneiras: por meio de um programa de capacitação socio-profissional chamado <i>TransiTion Path</i> (<i>Parcours TransiTion</i>) e mediante o <i>InteraXion Challenge</i> (<i>Défi InteraXion</i>), com os quais pretende evitar a evasão escolar.</p> <p>O <i>TransiTion Path</i> tende a integrar os jovens desempregados tanto social como profissionalmente ao mercado ou de volta à escola. Ele é um programa de imersão de seis meses adaptado para desenvolver as competências e a empregabilidade dos participantes em um ambiente semelhante ao do setor de multimídia. Os participantes trabalham em um plano de desenvolvimento pessoal a ser aplicado em suas atividades produtivas e desenvolvem projetos de multimídia como sites, DVDs, animações 2D e vídeos digitais para clientes supervisionados diariamente pelos profissionais da Cybercap. Durante os três últimos meses do programa, os participantes detalham os objetivos pessoais e profissionais, além de aprofundarem os conhecimentos técnicos. Atualizam as qualificações pessoais, produzem um plano de desenvolvimento, organizam seu portfólio, implementam projetos para clientes externos, aprendem técnicas específicas e escolhem uma área de especialização: redação de roteiros, criação de imagens, animação ou técnicas de áudio e vídeo digital. Neste ponto, cada participante começa a trabalhar em seu plano para depois do programa, seja para buscar um emprego ou continuar estudando.</p> <p>A Cybercap colabora com uma série de órgãos públicos, como Emploi-Quebec e Ville de Montreal, e atores do setor privado, como Microsoft Canada, TQS Télévision, Caisse Populaire Desjardins, Radio Canada e Ubisoft, os quais disponibilizam materiais de trabalho (como computadores) ou acolhem jovens para a realização de estágios.</p>
Informações de contato	<p>Cybercap 20, rue Queen, bureau 301 CEP: H3C 2M7 Montréal, Québec (Canadá) Site: http://www.cybercap.qc.ca</p>

País	CANADÁ
Projecto	Projeto Remix
Objetivo	Ajudar jovens com oportunidades escassas a transformarem seu talento em fonte de renda viável
Beneficiários	Jovens provenientes de meios com oportunidades escassas em Toronto
Descrição do projeto	<p>O projeto foi fundado em 2006 com o objetivo de ajudar jovens com oportunidades escassas a transformarem seu talento em fonte de renda viável, oferecendo oportunidades e afastando-os da criminalidade.</p> <p>Os jovens que participam do Remix são selecionados conforme suas necessidades, talento, criatividade e dinamismo. Os realizadores do projeto ajudam a identificar os objetivos dos participantes e a elaborar um plano de atuação com duração de seis meses. Os participantes também podem contar com o apoio de um “mentor” profissional do setor, ter acesso a práticas profissionais em empresas, receber apoio financeiro ou bolsas de estudo, e ainda contar com oportunidades para a expansão da rede profissional. Assim, o programa Remix permite que os jovens realizem seus projetos artísticos graças ao acesso a equipamentos de qualidade, como estúdios de gravação, material fotográfico e laboratórios, entre outros.</p> <p>O projeto funciona graças à colaboração com uma série de atores do setor privado: MTV News, Universal Music Canada, new flow 935, llaMP e Humber College. Entre as contribuições deles destacam-se estágios, publicidade ou apoio financeiro a jovens que queiram retomar os estudos. O projeto foi inicialmente financiado com fundos públicos (federais, estaduais e municipais). Hoje em dia, o projeto é financiado por fundos privados e fundações (como Fundação Trilium e Banco Td), além de campanhas de financiamento organizadas pelo Remix.</p>
Informações de contato	<p>The Remix Project 2 Pardee Avenue, Suite 201, CEP M6K 3H5 Toronto, Ontário (Canadá) Site: http://theremixproject.ca/site/</p>

País**ESTADOS UNIDOS**

Projecto***National Crime Prevention Council***
(Conselho Nacional de Prevenção do Crime)

Objetivo

Mobilizar diferentes públicos para o desenvolvimento de ações de prevenção da violência

Beneficiários

Comunidade em geral

Descrição do projeto

O Conselho Nacional de Prevenção do Crime é uma das mais antigas e maiores colaborações em prevenção da criminalidade nos Estados Unidos.

Corporações e empresas parceiras apoiam projetos e o desenvolvimento de programas estratégicos e inovadores.

Uma das principais metas, entre 2001 e 2010, foi o desenvolvimento e a promoção de programas para habilitar famílias e comunidades a criarem ambientes saudáveis e seguros para crianças, envolvendo os jovens nesse processo e incentivando-os a também formarem lares, escolas e comunidades seguras por meio de esforços de prevenção da criminalidade, violência e abuso de drogas. Os adultos também foram envolvidos nos programas, desenvolvendo habilidades de prevenção da criminalidade e da violência. O objetivo foi a mobilização de diferentes públicos para o desenvolvimento de ações de prevenção da violência.

Informações de contato

National Crime Prevention Council (instituição responsável)
2345 Crystal Drive, suíte 500
Arlington, VA – 22202, Estados Unidos
Tel: +1 202 466-6272
Site: <http://www.ncpc.org/>

África

País	NIGÉRIA
Projecto	<i>Lagos State Security Trust Fund – a public private partnership for improvement of Security in Lagos State (Fundo para a Segurança do Estado de Lagos)</i>
Objetivo	Mobilizar recursos para aumentar a segurança no Estado de Lagos (Nigéria)
Beneficiários	Habitantes do Estado de Lagos
Descrição do projeto	<p>O Fundo para a Segurança do Estado de Lagos foi criado em 2007 como uma iniciativa de cooperação público-privada, parte de uma estratégia integral de controle e prevenção do crime. O fundo busca mobilizar recursos do governo, do setor privado e dos cidadãos para melhorar a capacidade operacional dos órgãos de segurança do Estado. A diretoria do fundo é composta majoritariamente pelo setor privado e presta contas periódicas aos cidadãos.</p> <p>Dois anos depois de ser criado, o fundo conseguiu mobilizar mais de 27 milhões em doações de empresas privadas, instituições públicas e pessoas físicas, além das contribuições de órgãos governamentais.</p> <p>Os recursos foram utilizados para equipar a polícia e outros órgãos de segurança com mais de 200 veículos de patrulhamento, lanchas e motocicletas, entre outros. Por meio do fundo, o Governo do Estado de Lagos adquiriu recentemente dois helicópteros de resgate.</p> <p>O papel do fundo é o de responder ao déficit de recursos e aos níveis de crime e insegurança, assim como fomentar o desenvolvimento econômico e social. Os fundos ajudaram a melhorar o policiamento nas comunidades e permitiram o início de uma série de assembleias comunitárias na prefeitura, com o objetivo de fomentar uma maior interação e participação da comunidade em assuntos de segurança.</p>
Informações de contato	Lagos State Security Trust Fund Site: http://www.lagosstatesecuritytrustfund.org/

País	ÁFRICA DO SUL
Projecto	<i>Business Against Crime (Empresas Contra o Crime)</i>
Objetivo	Aprimorar a velocidade e a efetividade da resposta policial a determinados tipos de crimes
Beneficiários	Agentes de polícia
Descrição do projeto	Em 1996 foi criada, na África do Sul, a <i>Business Against Crime South Africa</i> (BAC), organização profissional formada por líderes empresariais. A instituição trabalha com a polícia em âmbitos nacional e local para aprimorar a velocidade e a efetividade da resposta policial a determinados tipos de crimes, melhorar o serviço das delegacias de polícia e o atendimento às vítimas de crimes, tornar mais eficiente a utilização de recursos tecnológicos nas investigações e implantar programas de prevenção de violência nas escolas.
Informações de contato	Business Against Crime South Africa (instituição responsável) Office Block n. 2 Morning View Office Park Morningside (África do Sul) Tel: +27 011 883 0717 Fax: +27 011 883 1679 Site: www.bac.org.za/

País	ÁFRICA DO SUL
Projecto	Modelo de intervenção <i>What it looks like when it's fixed</i> (“É assim quando funciona bem”)
Objetivo	Propor uma nova maneira integral de entender sistemas sociais complexos e suas problemáticas, como o crime, a pobreza e o desemprego, construindo coesão entre diferentes parceiros e gerando soluções efetivas
Beneficiários	Todos os atores das comunidades
Descrição do projeto	<p>A multinacional PricewaterhouseCoopers África do Sul se associou com a Dra. Barbara Holtmann, criadora do modelo de intervenção <i>What it looks like when it's fixed</i>, na promoção desta metodologia. Este modelo consiste em uma nova maneira de entender os desafios sociais atuais (como o crime e a violência), criando as condições de transformação para que os diferentes atores da comunidade (governo, sociedade civil, setor privado, cidadãos) possam gerar soluções efetivas em um esforço coletivo.</p> <p>Este modelo está baseado em uma metodologia que incorpora princípios tanto dos processos empresariais quanto das ciências sociais, os quais facilitam a geração de consenso graças à participação de atores de diferentes setores. Nesse âmbito, o setor privado tem muito a contribuir não apenas como parceiro, mas também como agente de transformação. Esta metodologia propõe o desenvolvimento de respostas práticas aos problemas das comunidades, com base no conhecimento e nas habilidades que as próprias comunidades possuem e desejam compartilhar, em um esforço coletivo de transformação para benefício próprio.</p> <p>Este instrumento está sendo implementado por diferentes organizações, como Khulisa na África do Sul, UN-Habitat no Quênia e o Governo de Nova Déli na Índia. Este instrumento foi publicado graças ao patrocínio da PricewaterhouseCoopers África do Sul, e a publicação foi lançada em um evento apoiado igualmente pela empresa Da Vinci e pelo Conselho de Pesquisa Social e Industrial (CSIR) da África do Sul.</p>
Informações de contato	<p>What it looks like when it's fixed Site: http://www.pwc.com/za/safecommunities</p>

Oceania

País

AUSTRÁLIA

Projecto

Residents In Safer Environments - RISE (Residentes em Ambientes mais Seguros), Austrália

Objetivo

Melhorar a segurança no município de Fairfield

Beneficiários

Residentes do município de Fairfield

Descrição do projeto

Na década de 1990, o município de Fairfield implementou o projeto “Residentes para um Ambiente Mais Seguro” (RISE), o qual tinha como objetivo tanto o desenvolvimento comunitário quanto o aprimoramento das instalações.

A companhia de seguros automotores *National Roads and Motorists Association* (NRMA) manifestou interesse em apoiar a prevenção em Fairfield, especialmente em função de seu conhecimento no que tange a queixas de roubos de carros e casas. A NRMA já havia apoiado previamente iniciativas de vigilância comunitária no Estado de New South Wales (*neighborhood watch*), mas queria testar um novo enfoque de prevenção do crime e motivar os outros membros da comunidade a contribuir para a redução das taxas de criminalidade.

O projeto RISE foi criado pela NRMA e pelo município de Fairfield como um subcomponente de um programa de desenvolvimento social mais amplo que estava sendo implementado. Assim, o desenvolvimento comunitário seria a maneira de enfrentar as condições relacionadas ao crime no setor. A NRMA se comprometeu a financiar por três anos as atividades identificadas pelos residentes por meio de processos de desenvolvimento comunitário. Foram executados dois tipos de projetos de RSE. Um primeiro grupo de projetos consistiu em responder às necessidades dos jovens e crianças (acompanhamento psicossocial e comunitário, além de programas recreativos e auxílio para a busca de emprego). O segundo consistiu em criar recursos e redes solidárias na comunidade como um todo. Foram criadas redes de mulheres, de artesanato, de aulas de idiomas, entre outras.

Em 1996, a NRMA lançou seu próprio programa de bolsas *CrimeSafe*, pelo qual destinou mais de 1 milhão de dólares australianos a projetos comunitários de prevenção do crime. Desde então, o programa se transformou em um programa de bolsas mais amplo, o *Communityhelp Grants*, prestando auxílio no que se refere à prevenção de lesões, aos serviços de emergência e à prevenção ao crime.

Informações de contato

Fairfield City Council

PO Box 21

Fairfield

NSW 1860

Sydney (Austrália)

Site: <http://www.fairfieldcity.nsw.gov.au/>

Ásia

País

ÍNDIA

Projecto

Prevention and Assistance to Survivors of Trafficking - PAST (Prevenção e Assistência a Sobreviventes do Tráfico), Índia

Objetivo

Combater o tráfico de pessoas

Beneficiários

Vítimas do tráfico de pessoas

Descrição do projeto

A OIM impulsionou uma série de parcerias público-privadas na Índia com o envolvimento de representantes do setor privado, governo e sociedade civil.

Estas PPPs buscam elaborar conjuntamente programas de reabilitação dirigidos aos sobreviventes do tráfico mediante o desenvolvimento de habilidades e melhores oportunidades de trabalho como medida de prevenção ao tráfico e mecanismo de assistência direta às vítimas.

O modelo de PPP levou ao estabelecimento de várias empresas económicas como os salões Nestlé Amul Food, lojas de presentes, *cybercafés*, o café Xpress Coffee Day, oficinas de vestuário, agências de turismo e locadoras de veículos. A OIM também promoveu empresas como o Easy Shoppe Mini Supermarket e uma lavanderia automática em Goa chamada Swift Wash, patrocinada por várias empresas e pela Câmara de Comércio e Indústria de Goa. O trabalho em parceria também levou a OIM, juntamente com a Conferência Indiana da Indústria, a oferecer capacitação em higiene, venda de bebidas e alimentação no varejo.

Desde 2003, as PPPs vêm enfocando a prevenção do tráfico de seres humanos e a reabilitação de sobreviventes, oferecendo oportunidades de emprego e de empreendimento económico durável. Esse enfoque permitiu a formação de alianças com mais de 20 empresas e 20 organizações da sociedade civil. Além disso, beneficiou 600 sobreviventes do tráfico de seres humanos.

Informações de contato

Organização Internacional de Migração (OIM)

Flat No: 202 on 2nd Floor, Bhavya's Faroqui Splendid, MCH
No: 11-4-659, Bazar Ghat Road, Red Hills. Lakdi Ka Pul, Hyderabad
500004 (Índia)

Site: www.iom.int

Europa

País

ALEMANHA

Projecto

Fairness Brings More (A Justiça Traz Mais)

Objetivo

Iniciar um mecanismo de gestão de conflitos por meio da mediação escolar, contribuindo assim para a prevenção da violência

Beneficiários

Comunidade escolar (alunos e professores) da cidade de Oldenburg

Descrição do projeto

Este projeto tem como proposta a capacitação de professores para o exercício da mediação escolar e de estudantes para a mediação entre colegas, estabelecendo assim uma cultura ativa de gestão de conflitos por meio da mediação. A iniciativa é composta de três pilares: capacitação de professores, capacitação de alunos e elaboração de um programa de apoio a escolas para o uso da mediação.

O projeto é baseado em parcerias público-privadas com empresas e comerciantes locais que patrocinam a capacitação dos mediadores escolares.

A iniciativa geral, coordenada pelo Conselho Municipal de Prevenção do Crime, é amplamente financiada por empresas privadas de Oldenburg: o Conselho organiza o sistema de financiamento identificando as empresas e as coloca em contato com as escolas a fim de que patrocinem as capacitações em mediação. Desta maneira, o Conselho, a empresa e a escola firmam um acordo de patrocínio pelo qual a empresa cobre o custo integral de uma capacitação por mediador. Em contrapartida, a escola se compromete a iniciar um programa de mediação, a criar um grupo de trabalho de mediação, a integrar a mediação como mecanismo de gestão de conflitos e a relatar suas atividades periodicamente. As empresas de Oldenburg apoiam esta iniciativa não apenas pela importância da gestão de conflitos nas escolas, mas também pelos benefícios que a capacidade de gerir conflitos traz para a comunidade como um todo.

Informações de contato

Präventionsrat Oldenburg (Conselho de Prevenção do Crime)

Schlossplatz 26

Oldenburg

Niedersachsen (Alemanha)

26122

Site: <http://www.praeventionsrat-oldenburg.de>

País	REINO UNIDO
Projecto	Organização <i>Crime Concern</i> (Preocupação com o Crime) — vários projetos
Objetivo	Trabalhar com atores locais para reduzir o crime e criar comunidades mais seguras
Beneficiários	Sociedade
Descrição do projeto	<p>A organização <i>Crime Concern</i> foi criada em 1988 para ajudar o Ministério do Interior (<i>Home Office</i>), a polícia e as autoridades locais a reduzirem o crime e criarem comunidades mais seguras. A <i>Crime Concern</i> se caracteriza por trabalhar em colaboração sistemática e em diferentes níveis com o setor privado e a comunidade, como uma maneira inovadora de enfrentar a criminalidade e a insegurança e de educar os parceiros e a comunidade sobre a prevenção da criminalidade.</p> <p>Em um período de 20 anos, a <i>Crime Concern</i> cresceu e ganhou influência, tornando-se a líder de importantes iniciativas como <i>Neighbourhood Watch</i>, programas <i>Safer Cities</i>, programas de apoio a vítimas e de inclusão juvenil e a iniciativa <i>Crime and Disorder Act</i> de 1998. Em cada uma destas iniciativas houve uma colaboração sistemática com atores do setor privado. Por exemplo, na década de 1990, a <i>Crime Concern</i> lançou uma série de publicações sobre segurança local – sobre prevenção em nível comunitário com a Marks & Spencer, sobre prevenção de roubos de veículos com a Aliança Europeia de Seguro Automotivo e a Vauxhall Motors, e sobre redução de roubos em bairros juntamente com a empresa de serviços de segurança Securicor.</p> <p>Em nível nacional, a <i>Crime Concern</i> trabalhou com uma série de órgãos estaduais para fortalecer mais de 150 “mesas de prevenção do crime”, das quais também participou sistematicamente o setor privado.</p>
Informações de contato	<p>Crime Concern (atual Catch 22) Site: http://www.catch-22.org.uk/Crime-Concern</p>

País

REINO UNIDO/GLOBAL

Projecto

Stop Sex Trafficking of Children and Young People (Fim do Tráfico Sexual de Crianças e Jovens), campanha da Body Shop e da ECPAT contra o tráfico de crianças com fins de exploração sexual

Objetivo

Oferecer alívio e apoio a crianças vítimas de tráfico de seres humanos, conscientizar o público e fazer *lobby* junto às autoridades

Beneficiários

Crianças traficadas para fins de exploração sexual

Descrição do projeto

Em 2007, a empresa Body Shop e a organização ECPAT associaram-se para o lançamento de uma campanha global contra o tráfico de crianças. A campanha de três anos busca oferecer alívio e apoio a crianças vítimas de tráfico de seres humanos e gerar mudanças profundas por meio da conscientização do público e do *lobby* junto às autoridades para fortalecer as ações contra o tráfico de crianças com fins de exploração sexual.

Com base na ampla rede da ECPAT (presente em 75 países) e na capacidade que a Body Shop tem para chegar a seus clientes (2.500 estabelecimentos em 64 países), a iniciativa combina a ampla experiência em campanhas de marketing e comunicações com a *expertise* técnica no que tange aos direitos das crianças.

A campanha foi lançada em 2009 juntamente com a publicação do relatório *Their protection is in our hands – The State of Global Child Trafficking for Sexual Purposes* (“A proteção delas está em nossas mãos – O panorama mundial do tráfico de crianças com fins de exploração sexual”). O relatório evidencia que este fenômeno está crescendo em muitos países e que os governos precisam fazer mais para enfrentarem o problema. Durante o primeiro ano da campanha, os grupos ECPAT informaram que houve um aumento das solicitações de informações do público e da imprensa com relação ao assunto.

A campanha do creme para mãos *Soft Hands Kind Heart* (“Mãos suaves, coração amável”) gerou mais de 70% das vendas esperadas durante o primeiro ano. Em cada país, o lucro gerado pela compra destes produtos é destinado a apoio direto a crianças afetadas pelo tráfico, conscientização do público e implementação de outros programas da ECPAT no mundo todo (pesquisa, *lobby*, capacitação, apoio a crianças, construção de albergues, entre outros).

A campanha também abrange um componente de mobilização dos governos para a proteção das crianças e que consiste em um monitoramento das ações empreendidas por cada país sobre o assunto.

Informações de contato

Campanha “Stop Sex Trafficking of Children & Young People”

Site: www.ecpat.net/TBS/en/about_campaign.html e www.thebodyshop.com/_en/_ww/values-campaigns/trafficking.aspx?

Global

País	GLOBAL
Projecto	The Code: turismo responsável contra o tráfico e a exploração sexual infantil
Objetivo	Proteger crianças vulneráveis ao tráfico de seres humanos e à exploração sexual
Beneficiários	Crianças vulneráveis ao tráfico de seres humanos e à exploração sexual
Descrição do projeto	<p>O Código de Conduta contra o Tráfico e a Exploração Sexual Infantil durante Viagens de Turismo (<i>Code of conduct for the Protection of Children from Sexual Exploitation in Travel and Tourism</i>) é uma iniciativa de turismo social responsável cujo objetivo é incrementar a proteção às crianças expostas ao turismo sexual e a outros fenômenos relacionados à exploração sexual infantil.</p> <p>O Código é um sistema voluntário de prevenção do turismo sexual infantil que consiste em comprometer a indústria do turismo a colocar em prática medidas padronizadas ao longo da cadeia de suprimentos (desde os países de origem até seu destino) e conscientizar os turistas. Desta maneira, mais de 960 hotéis, agências de turismo e operadoras de viagens aderiram formalmente ao Código em mais de 40 países da Europa, Ásia, África e América.</p> <p>As empresas e organizações que aderem ao Código adotam e se comprometem a implementar uma série de medidas de conscientização e capacitação de seu pessoal, além de prestarem contas anualmente.</p> <p>Entre as empresas que adotaram o código, é possível mencionar a Accor, que assinou o código em 34 países e em 2009 capacitou 13 mil funcionários nesses países. A Accor também disponibiliza materiais de conscientização produzidos pela ECPAT a fim de conscientizar os viajantes.</p>
Informações de contato	<p>The Code Code Secretariat c/o ECPAT USA, 157 Montague Street 11201 Nova York, NY (Estados Unidos) Site: http://www.thecode.org/</p>

FONTES CONSULTADAS

AKINTOYE, A., BECK, M. & HARDCASTLE, C. (Ed.) 2003. *Public-Private Partnerships. Managing risks and opportunities*. Oxford: Blackwell Publishing.

ANIELSKI, M. 2011. 'The caring corporation. How the next generation of business leaders could redefine the role of corporate culture.' *Globe & Mail, Corporate Knights*, Spring Issue no. 35.

ANTAL, A. B. & SOBCZAK, A. 2007. 'Corporate social responsibility in France.' *Business & Society* 46 (1) pp. 9-32.

ARTHUR-WORREY, F. & CHUCKWUMA, I. 2011. 'The Lagos State Crime and Safety Survey: Challenges and Outcome.' In Shaw, M. & Carli, V. *Practical Approaches to Urban Crime Prevention*. Proceedings of the workshop held at the 12th UN Congress on Crime Prevention & Criminal Justice, Salvador Brazil April 12-15th 2010. Montreal: ICPC & UNODC.

AUSTIN, J.E. et al. 2004. *Social Partnering in Latin America*. Cambridge: Harvard University Press.

BAHNU, C.; STONE, C. 2003. *Public private partnerships for police reform*. Vera Institute of Justice. Disponível em: <http://www.vera.org/project/project1_3.asp?section_id=2&project_id=31&sub_section_id=38>. Acesso em: 09/02/2010.

BANCO MUNDIAL. 2003. *Guía didáctica para municipios: prevención de la delincuencia y la violencia a nivel comunitario en las ciudades de América Latina*. Department of Finance, Private Sector and Infrastructure, Latin American Region..

BLASCO, M. & ZOLNER, M. 2010. 'Corporate social responsibility in Mexico and France'. *Business & Society* 49 (2) pp. 216-251.

BUCCI, M. P. D. *Direito Administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAMARA DE COMERCIO DE BOGOTÁ. *Observatorio de seguridad en Bogotá*. Disponível em: <<http://camara.ccb.org.co/contenido/contenido.aspx?catID=126&conID=6574>>. Acesso em: 30/09/2011.

CANDINA, A. 2007. *Comunidad y seguridad: una guía para la prevención a nivel local*. Santiago do Chile, Cesc, Universidad de Chile.

CAPOBIANCO, L. 2005. *Ajustando el lente: la participación del sector privado en la prevención del delito*. Documento de referência para o 5^o Colóquio do CIPC, Montreal: CIPC;

CAPOBIANCO. L. 2006. *Public Private Community Action Towards Safety: A focus of housing in disadvantaged neighborhoods. Compendium of Practices*. Montreal: CIPC.

CERQUEIRA, D.; CARVALHO, A.; LOBÃO, W.; RODRIGUES, R. 2007. *Análise dos custos e consequências da violência no Brasil*. Brasília: Ipea. (Texto para discussão, 1284).

CENTRO INTERNACIONAL PARA A PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE. 2005. *Urban Crime Prevention & Youth at Risk: Compendium of promising practices and programmes from around the world*. Montreal: CIPC.

CENTRO INTERNACIONAL PARA A PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE. 2008 e 2010. *International Report on Crime Prevention & Community Safety*. Montreal: CIPC.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. 2009. *Informe sobre seguridad ciudadana y derechos humanos*. Washington, D.C.: Organización dos Estados Americanos.

CRIME CONCERN (sem data). *Partners for Life: A guide for involving young people in community safety*. Londres: Prudential and Crime Concern.

DAMMERT, L.; PAULSEN, G. (Eds.). 2005. *Ciudad y seguridad en América Latina*. Santiago (Chile): FLACSO.

DECKHA, N. 2003. 'Insurgent urbanism in a railway quarter: scalar citizenship at King's Cross, London.' *ACME An International E-Journal for Critical Geographies*, 2 (1)33 pp.54.

DISQUE-DENÚNCIA. 2010. *Heróis anônimos: UPPs – A visão da favela*. Núcleo Disque-Denúncia de Estudos, Pesquisas e Resultados. Rio de Janeiro.

FONDATION DOCTEUR PHILLIPE PINEL, INTERNATIONAL CENTRE FOR THE PREVENTION OF CRIME, UNION DES MUNICIPALITÉS DE QUEBEC. 2004. *The key to safer municipalities: joining forces to prevent violence and crime in our communities*. Disponível em: <<http://www.pinel.qc.ca/contentt.aspx?navid=1413&CultureCode=en-CA>>. Acesso em: 08/02/2010.

FÓRUM EUROPEU PARA A SEGURANÇA URBANA. 2007. *Guía sobre las auditorías locales de seguridad: síntesis de la práctica internacional*. Disponível em: <http://efus.eu/wp-content/uploads/fileadmin/efus/secutopics/EFUS_Safety_Audit_es_WEB.pdf>. Acesso em: 30/09/2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2010. *Participação do Setor Privado na Segurança Pública no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

FOSTER, M. K. et al. 2009. 'Corporate Philanthropy in the Canadian Context: From damage control to improving society.' *Nonprofit & Voluntary Sector Quarterly*, 38 (3) pp. 441-466.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. *Lei NDEG 18 401*, de 28 de setembro de 2009, que embasa a concessão de subvenções econômicas para as empresas que contratarem egressos do sistema prisional de Minas Gerais. Disponível em <<http://www.fiemg.org.br/admin/BibliotecaDeArquivos/Image.aspx?ImgId=20216&TabId=10877&portalid=115&mid=22904>>.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. 2008. *Censo Gife Juventude 2008*. São Paulo: Gife.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. 2009. *Perspectivas para o marco legal do terceiro setor*. São Paulo: Gife.

GUERRA, N. 2005. *Youth Crime Prevention*. Washington, D.C.: Banco Mundial.

HOME OFFICE & CRIME CONCERN (sem data). *Reducing Neighbourhood Crime: A Manual for Action*. Londres: Home Office Crime Prevention Agency & Crime Concern supported by Securicor Security Services.

KLIKSBERG, B. 2006. *Mitos e realidades sobre a criminalidade na América Latina: algumas observações estratégicas sobre como enfrentar e melhorar a coesão social*.

KRUG, E. G. et al.(Eds.). 2002. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde.

KYTLE, B. & RUGGIE, J. 2005. *Corporate Social Responsibility as Risk Management*. Working Paper No. 10, Harvard Kennedy School of Government.

LA VIGNE, N.G., OWENS, C. & HETRICK, S.S. 2009. *Evaluation of Target's Safe City Initiative*. Washington: National Institute of Justice, Office of Justice Programs US Department of Justice.

LIMA, R. S.; RICARDO, C. M. 2009. *Gobiernos locales y seguridad pública en Brasil: cuestiones para el debate*. Versão preparada a convite e apresentada no seminário "LA CIUDAD Y LA SEGURIDAD: Balance de experiencias locales en seguridad en Latino América", organizado pelo Programa Latinoamericano do Woodrow Wilson Center em Washington, D.C., em 10 de dezembro 2009. O texto na íntegra será publicado pelo Woodrow Wilson Center.

MESQUITA NETO, P. Asociaciones públicas-privadas para la reforma policial em Brasil: Instituto São Paulo Contra la Violência. Paper apresentado no VI Research and Education in Defense and Security Studies Seminar (Redes 2003), Santiago de Chile. O artigo é parte do projeto "Public Security and Police Reform in the Americas" dirigido por John Bailey (Georgetown University) e Lucía Dammert (Universidade do Chile).

MESQUITA NETO, P. 2000. Crime, violence and political uncertainty in Brazil. *Crime and Justice in Transitional Societies*. Johannesburgo: Jan Smuts House, University of the Witwatersrand. p. 76-91.

MESQUITA NETO, P. 2007. Políticas municipais de segurança cidadã: problemas e soluções. *Caderno Análises e Propostas*, 34, FES. Disponível em: <www.fes.org.br>.

MOVIMENTO NOSSA SÃO PAULO; IBOPE INTELIGÊNCIA. 2010. *IRBEM – Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município*. São Paulo, janeiro de 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. 2002. *Relatório mundial sobre violência e saúde*.

PRENZIER, T. & SARRE, R. 2010. *Public-private crime prevention partnerships in Australia: Progress Report*. Presentation at CEPS International Conference, Canberra Austrália October 7-8th 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. 2010. *Nota Temática "Promover la rendición de cuentas social: de la teoría a la práctica"*. Oslo: PNUD. Disponível em: <http://www.beta.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic%20Governance/OGC/dg-ogc-Fostering%20Social%20Accountability-Guidance%20Note-ES.pdf.pdf>. Último acesso em 30/09/2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS (UN-HABITAT); UNIVERSIDAD ALBERTO HURTADO DE CHILE. 2011. *Guía para la prevención local: hacia políticas de cohesión social y seguridad ciudadana*. Disponível em: <http://www.unhabitat.org/downloads/docs/10001_2_593990.pdf>. Acesso em: 30/09/2011.

RAMOS, S. 2009. Meninos do Rio: violência armada e polícia nas favelas cariocas. *Boletim Segurança e Cidadania*, Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, n. 13, ano 8, dez. 2009.

REDE DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA LATINO-AMERICANA; INSTITUTO SANGARI; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. 2008. *Mapa da violência: os jovens da América Latina*. 2008. Brasília.

REDO, S. 2010. *Urban Crime Prevention Private Investment in Public Spaces: Instruments, methods and Effects*. Unpublished paper in preparation for the 12th UN Congress on Crime Prevention & Criminal Justice. UNODC.

RICARDO, C. M. 2008. Mecanismos de control sobre la seguridad privada en el Brasil. *Revista America Latina Hoy*. Revista de Ciencias Sociales, Espanha, Ediciones Universidad Salamanca, v. 50, P. 55-56. Disponível em: <<http://campus.usal.es/~iberoame/americalatinahoy/cincuenta.htm>>.

RICARDO, C. M.; NETO; T. D.; LIMA, R. S. 2008. Contribuições do setor privado para a segurança pública. *Revista Tópicos*, Berlim, Sociedade Brasil-Alemanha, n. 4. Disponível em: <<http://www.topicos.net/Topicos.7.0.html>>. Acesso em: 09/02/2009.

SCHULLER, N. 2002. 'In the business of preventing crime together: involving the private sector in local partnerships.' *Community Safety Practice Briefing*. Londres: NACRO

SHAW, M. & CARLI, V. 2011. *Practical Approaches to Urban Crime Prevention*. Proceedings of the workshop held at the 12th UN Congress on Crime Prevention & Criminal Justice, Salvador Brazil, April 12-15th 2010. Montreal: ICPC & UNODC.

SHAW, M. 2001. *The Role of Local Government in Community Safety*. Washington DC: US Department of Justice, Bureau of Justice Assistance.

SOUZA NETO, C. P. 2009. Parâmetros para a conceituação constitucionalmente adequada da segurança pública, In. OLIVEIRA, F. B. de et al. (Orgs). *Desafios da gestão pública da segurança*. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 55.

SOUZA, C. 2004. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. *Perspec.* [online], v.18, n.2, p. 27-41. Disponível em <www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a04v18n2.pdf>.

UN GIFT. 2010. *Human Trafficking and Businesses. Good Practices to Prevent and Combat Human Trafficking*. Viena: UNODC.

UN-HABITAT & ICPC. 2010. *Youth Resource Guide: Participate in Safer Cities!* Nairobi & Montreal: UN-HABITAT & ICPC.

UN HUMAN RIGHTS COUNCIL. 2011. *Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations "Protect, Respect and Remedy" Framework*. Report of the Special Representative of the Secretary General on the issue of human rights and transnational corporations and other business enterprises, John Ruggie. Human Rights Council 17th session A/HRC/17/31, 21st March.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME. 2005. *Crime and Development in Africa* Viena: UNODC.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME. 2007. *Caught in the Crossfire: Crime and Development in Central America*. Viena: UNODC.

UNODC. 2007. *Crime, Violence & Development. Trends, Costs and Policy Options in the Caribbean*. UNODC & Latin American and Caribbean Region World Bank.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME. 2008. *Crime and Its Impact on the Balkans and Affected Countries*. Viena: UNODC.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME. 2010. *Handbook on the Crime Prevention Guidelines: Making them Work*. Nova York: UNODC.

VELÁSQUEZ, E.; GIRALDO, F. (Eds.). 2009. *Hábitat y seguridad urbana: tendencias, prevención y gobernanza de la seguridad*. Alcaldía Mayor de Bogotá, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, UN-Habitat, Bogotá. Disponível em: <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=65&Itemid=73>. Acesso em: 03/03/2010.

VELÁSQUEZ, H.A. *La seguridad ciudadana, entre lo público y lo privado*. Experiencia de Bogotá, Colômbia. Disponível em: <<http://incae.org/ES/clacds/seminarios/foroseguridad/Acero-Sector-Privado-Seguridad.pdf>>. Acesso em: 08/02/2010.

VIDAVER-COHEN, D. 1998. 'Public-Private Partnership as a Strategy for Crime Control: Corporate citizenship makes a difference'. *Business & Society Review*, 100/101: 21-31.

WADDELL, S. 2002. *Youth Employment and Livelihood: the Role of the Private Sector*. Paper produced for the Youth Employment Summit (YES2002), Alexandria, Egypt 2002. Newton, MA: Educational Development Centre Inc.

WORLD BANK. 2011. *Crimen y violencia en Centroamérica: Un desafío para el desarrollo*. Washington, DC: World Bank.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. 2002. *World Report on Violence and Health*. Genebra: WHO

WORLD HEALTH ORGANIZATION. 2008. *The global burden of disease, 2004 update*. Genebra: WHO

Sites consultados

Ação Comunitária Chácara Santo Antônio (Brasil)
(<http://www.chacarasantoantonio.org.br/?pg=depoimentos&id=56>)

Ação na Linha (Brasil)
(www.soudapaz.org/acaonalinha/Conheça/tabid/526/language/pt-BR/Default.aspx)

Doncel (Argentina)
(www.amartya-ar.net/proyectos.htm)

Associação Paulista Viva (Brasil)
(www.associacaopaulistaviva.org.br/)

Associação Ser Parte (Brasil)
(<http://www.serparte.com.br/>)

Associação Viva o Centro (Brasil)
(www.vivaocentro.org.br/)

Banco Interamericano de Desenvolvimento
(www.iadb.org)

Bogotá Cómo Vamos (Colômbia)
(www.bogotacomovamos.org)

Caese (Colômbia)
(www.paislibre.org/alfa/index.php?option=com_content&view=article&id=23:caese&catid=16:comunicados&Itemid=33)

Câmara de Comércio de Bogotá (Colômbia)
(camara.ccb.org.co/contenido/contenido.aspx?catID=126&conID=560)

Centro de Estudios de Justicia de las Américas (Chile)
(www.cejamericas.org/portal)

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) – Universidade Cândido Mendes (Brasil)

(www.ucamcesec.com.br)

CEPAZ – Comissão Empresarial de Paz (Guatemala)

(www.international-alert.org/pdfs/lblp_Guatemala.pdf)

Comunidad para Adolescentes – GDF (México)

(www.reclusorios.df.gob.mx/adolescentes/modelo_comunidades.html)

Conselho Nacional de Justiça (Brasil)

(www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7704&Itemid=740)

Conselho Nacional de Prevenção do Crime (Estados Unidos)

(www.ncpc.org/)

Coparmex - Confederación Patronal de la República Mexicana (México)

(www.coparmex.org.mx/upload/comisionesDocs/PPT%20Oficial%20Observatorio%20del%20Delito_290307.ppt#277,3,OBJETIVO_GENERAL)

Corporación Prodepaz – Programa Desarrollo para la Paz (Colombia)

([www.prodepaz.org/agenda.shtml?apc=&s=b&m=a&cmd\[68\]=c-1-'010'](http://www.prodepaz.org/agenda.shtml?apc=&s=b&m=a&cmd[68]=c-1-'010'))

Corporación VallenPaz (Colombia)

(www.corporacionvallenpaz.com/index.html)

Disque-Denúncia do Rio de Janeiro (Brasil)

(www.disquedenuncia.org.br)

Empresas contra o Crime (África do Sul)

(www.bac.org.za/)

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Brasil)

(<http://www.fiesp.com.br/ppp/interfaces/exp-brasil.asp>)

Flacso Chile

(www.flacso.cl)

Fundación País Libre (Colombia)

(<http://www.paislibre.org/alfa/>)

Fundación Paz Ciudadana (Chile)

(www.pazciudadana.cl/at_prevenccion_barrios_pactiva.html)

Fundación Progresamos (Colômbia)

(www.fundacionprogresamos.org.co)

Fundación Reintegra (México)

(<http://www.reintegra.org.mx>)

Fundación Salvadoreña para El Desarrollo Económico y Social (El Salvador)
(www.fusades.org)

Fundación SES (Argentina)
(www.fundses.org.ar/index.html)

Fundación Telmex (México)
(www.fundaciontelmex.org)

Goods for Guns (El Salvador)
(www.ddr-humansecurity.org.uk/images/DDR%20DESK%20REVIEW%20EL%20SALVADOR.pdf)

Grupo Caixa Seguros (Brasil)
(www.caixaseguros.com.br/portal/site/CaixaSeguros/menuitem.9b0da7952f61a59b6cd4ac1230e001ca/?vgnextoid=ec4e1cf28d916110VgnVCM1000009200640aRCRD)

Grupo Ceiba (Guatemala)
(www.grupoceiba.org)

Grupo Cultural AfroReggae (Brasil)
(www.afroreggae.org.br/)

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE (Brasil)
(www.gife.org.br)

Ilsed – Instituto Latinoamericano de Seguridad y Democracia (Argentina)
(www.ilsed.org)

Indupalma (Colômbia)
(www.indupalma.com)

Instituto Cisalva (Colômbia)
(www.cisalva.univalle.edu.co/)

Instituto de Segurança Pública (Brasil)
(www.isp.rj.gov.br)

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Brasil)
(<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>)

Instituto Minas Pela Paz (Brasil)
(<http://www5.fiemg.com.br/>)

Instituto Nacional de Ciencias Penales (INACIPE) - México
(www.inacipe.gob.mx/)

Instituto São Paulo Contra a Violência (Brasil)
(www.ispcv.org.br/)

Instituto Sou da Paz (Brasil)

(www.soudapaz.org)

Inter-American Coalition for the Prevention of Violence

(www.who.int/violenceprevention/about/participants/iacpv/en/index.html)

Latinobarómetro: Opinión Pública Latinoamericana:

(www.latinobarometro.org/)

Londrina Pazeando (Brasil)

(www.londrinapazeando.org.br/)

Medellín Solidaria y Competitiva (Colombia)

(www.medellin.gov.co/alcaldia/jsp/modulos/P_desarrollo/P_desarrollo.jsp?idPagina=380)

Núcleo de Estudos da Violência – Universidade de São Paulo (Brasil)

(www.nevusp.org/portugues/)

Observatório de Favelas (Brasil)

(www.observatoriodefavelas.org.br)

Observatorio de Seguridad, Convivencia y Cultura Ciudadana – OSCC (Colombia)

(www.oscc.org)

Papo de Resposta (Brasil)

(www.papoderesposta.com.br/)

Pátio Legal (Brasil)

(www.patialegal.com.br/siscen/institucional/wCVR_MNU_Principal.asp)

Paz Ciudadana (Chile)

(www.pazciudadana.cl)

Praças da Paz SulAmérica (Brasil)

(www.soudapaz.org/pracasdapazsulamerica)

Projeto Geração de Paz (Rede Globo)

(<http://geracaodepaz.globo.com/>)

Proyecto Puente Belice (Guatemala)

(<http://puentebelice.org/page/show/inicio>)

Reintegra - Fundação Mexicana de Reintegração Social (México)

(www.reintegra.org.mx)

Repórteres sem Fronteiras (Brasil)

(<http://en.rsf.org/report-brazil,169.html>)

San Romanoway Revitalization Association (Canadá)

(www.srra.ca)

Subsecretaria de Carabineros de Chile
(<http://www.subsecar.cl/>)

The Emerging Fourth Sector
(www.fourthsector.net/)

Unicef – Guatemala
(www.unicef.org/guatemala/spanish/)

Unicef México
(www.unicef.org/mexico/spanish/index.html)

Universidad Torcuato di Tella – Laboratorio de Investigaciones, Crimen, Instituciones y Políticas (Argentina)
(www.utdt.edu/ver_contenido.php?id_contenido=912&id_item_menu=1967)

Viva Rio (Brasil)
(www.vivario.org.br)

Woodrow Wilson International Center for Scholars
(www.wilsoncenter.org/)

World Bank
(www.worldbank.com)

